



Escola Nacional de Administração Pública
Diretoria de Formação Profissional
Coordenação-Geral de Especialização

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN

Cléo Alves Pinto de Oliveira

Brasília, 2011



Escola Nacional de Administração Pública
Diretoria de Formação Profissional
Coordenação-Geral de Especialização

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN

Cléo Alves Pinto de Oliveira

Orientador: Ricardo Correa Coelho

Monografia submetida à Diretoria de Formação Profissional
da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP
como parte dos requisitos necessários para obtenção
do grau de Especialista em Gestão Pública.

Brasília, 2011

OLIVEIRA, CLÉO ALVES PINTO DE.

Educação patrimonial no Iphan. [Brasília, DF] 2011.

131p., 210x297mm (CGE/DFR/ENAP, Gestão Pública, 2011)

Monografia de Especialização – Escola Nacional de Administração Pública.

Diretoria de Formação Profissional

1. Educação Patrimonial 2. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –
Iphan 3. Patrimônio Cultural

FOLHA DE APROVAÇÃO

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN

Cléo Alves Pinto de Oliveira

Monografia aprovada como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão pública à comissão julgadora da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.

Prof. Ricardo Correa Coelho (Orientador)

Prof. Bruno Moretti (Examinador)

Brasília, 17 de Janeiro de 2011

DEDICATÓRIA

A todas as “moças” e “moços” do Patrimônio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Ricardo Correa Coelho pela orientação precisa e pela disponibilidade, tranquilidade e gentileza no processo de escrita dessa monografia.

Agradeço também a Bruno Moretti pela leitura cuidadosa no momento da qualificação, sugestões importantes e incentivo para que este trabalho seja o início da trajetória.

À Ceduc - Pedro Clerot, Sônia Florêncio, Juliana Bezerra e João Tadeu Gonçalves – pelas informações, e-mails, conversas, depoimentos, telefonemas, enfim, por toda ajuda e confiança que agora tentarei retribuir com esse trabalho. Que seja útil a vocês nessa longa caminhada.

Aos membros das Casas do Patrimônio que contribuíram com depoimentos sinceros, comprometidos e esclarecedores: Carlos Alberto Pereira Junior, Rosiane Limaverde, Simone Fernandes, Fernanda Andrade Rocha, Átila Tolentino, Romero de Oliveira e Ivo Matos Barreto Junior.

Ao Weber Sutti, por todo apoio, disponibilidade e por contribuir para que eu faça parte do meu sonho.

À minha amiga e chefe Carolina Baima Cavalcanti, pelo exemplo, apoio e generosidade.

Às amigas do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais – Fernanda Barbosa, Letícia Teixeira, Viviane Amaral e Endyra Russo -, pela paciência e pela torcida. À querida Naia pela ajuda no francês.

Aos queridos Leonardo Barci Castriota, Ana Cecília Rocha Veiga, Flávio de Lemos Carsalade, Rosemary Barbosa e Rubem Sá Fortes por me ensinarem a amar, respeitar e trabalhar pelo patrimônio cultural.

Ao “kit terapia”: Alessandra, Adriana e Adelcio, por me lembrarem todas as vezes de que eu posso tudo o que quiser.

Enfim, manifesto a todos minha admiração e sincero agradecimento por me ajudarem a completar uma missão que relutei muito em iniciar, mas que começa a me parecer... destino.

RESUMO

Desde a sua criação, o Iphan manifestou em documentos e publicações a importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio cultural. Contudo, a educação patrimonial é concretamente tratada apenas como uma atividade complementar às outras realizadas pelo órgão, tendo sido, de modo geral, realizadas atividades pontuais, desvinculadas das ações finalísticas do Iphan. Assim, verifica-se um grande descompasso entre a importância da educação patrimonial enunciada e as ações realizadas nesse sentido.

Frente a esse quadro, este trabalho tem como objetivo analisar a evolução da educação patrimonial no Iphan, contrapondo a enunciação à ação. Para isso, procedeu-se a uma extensa pesquisa e análise documental e bibliográfica sobre as propostas e ações educativas empreendidas pela instituição ao longo de sua história. A análise foi aprofundada na proposta institucional atual das Casas de Patrimônio.

Espera-se com este trabalho contribuir para a sistematização da trajetória da educação patrimonial no Iphan e com apontamentos técnicos e políticos para que as ações futuras de educação patrimonial sejam mais efetivas para a política de preservação do patrimônio cultural.

Sumário

LISTA DE TABELAS.....	9
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	10
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO.....	1
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO.....	2
1.2 OBJETIVO.....	4
1.3 JUSTIFICATIVA.....	4
1.4 METODOLOGIA.....	5
CAPÍTULO 2 – CONCEITUAÇÃO.....	5
2.1 – ASPECTOS PARA A ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	13
CAPÍTULO 3 – EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	15
3.1 CARTAS PATRIMONIAIS.....	15
3.2 EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL.....	16
3.3 EXPERIÊNCIA NACIONAL.....	17
CAPÍTULO 4 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN.....	21
4.1 BREVE HISTÓRICO DO IPHAN.....	22
4.2 ESTRUTURA DO IPHAN.....	26
4.3 COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	27
4.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL – ENUNCIACÕES.....	30
4.3.1 DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES DO IPHAN ATÉ 2004.....	30
4.3.1.1 GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	34
4.3.2 DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES DO IPHAN APÓS 2004.....	36
4.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - AÇÕES.....	39
4.4.1 AÇÕES ATÉ 2004.....	40
4.4.2 AÇÕES APÓS 2004.....	44
4.4.2.1 AÇÕES PROMOVIDAS PELAS SEs.....	45
4.4.2.2. AÇÕES PROMOVIDAS PELA CEDUC.....	47
CAPÍTULO 5. CASAS DO PATRIMÔNIO.....	50
5.1 CONCEITO.....	51
5.2 PACTUAÇÃO.....	52
5.3 ESTRUTURAÇÃO.....	53
5.4 FORMALIZAÇÃO.....	55
5.5 RELAÇÃO ENTRE A CEDUC E AS CASAS DO PATRIMÔNIO.....	56
5.6 EVENTOS.....	57
5.7 AVANÇOS.....	59
5.8 DESAFIOS.....	59
CAPÍTULO 6 - ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO IPHAN COM BASE NAS CASAS DO PATRIMÔNIO.....	61
CAPÍTULO 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
ANEXO 1 - AÇÕES EDUCATIVAS NAS CARTAS PATRIMONIAIS.....	74
ANEXO 2 – EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL.....	84
ANEXO 3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IPHAN.....	89
ANEXO 4 – RELATÓRIOS DE GESTÃO E ATIVIDADES.....	92
ANEXO 5 – CASAS DO PATRIMÔNIO.....	105

LISTA DE TABELAS

FIG 1. Quadro de metodologia da Educação Patrimonial

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIG 1. Organograma do Iphan

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
Ceduc – Coordenação de Educação Patrimonial
CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural
Cogeprom – Coordenação Geral de Promoção
CP – Casa do Patrimônio
DAF – Departamento de Articulação e Fomento
DEPAM – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
DPA - Departamento de Planejamento e Administração
Dphan – Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DPI - Departamento de Patrimônio Imaterial
EP – Educação Patrimonial
Etec – Escritório Técnico
FNpM – Fundação Nacional pró-Memória
HELM - Historic Environment Local Management
Ibram - Instituto Brasileiro de Museus
IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
ICCROM - Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração da Propriedade Cultural
ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Laboep – Laboratório de Educação Patrimonial
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MinC – Ministério da Cultura
NEP – Núcleo de Educação Patrimonial
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCH – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PEP – Programa de Especialização do Patrimônio
PPA – Plano Plurianual
SNPC - Sistema Nacional do Patrimônio Cultural
Span - Serviço de Patrimônio Artístico Nacional
Sphan – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Sphan – Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SE – Superintendência Estadual
SR – Superintendência Regional
TCT – Termo de Cooperação Técnica
UFMS – Universidade Federal de Santa Maria
UFF – Universidade Federal Fluminense
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

Este trabalho tem como objetivo analisar as propostas e as ações de educação patrimonial desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan¹.

Para isso, neste capítulo será apresentada primeiramente a problematização do tema. Complementarmente, serão expostos o objetivo geral e os específicos da pesquisa; a justificativa de escolha do tema e do problema; e a metodologia escolhida para atingir o que foi proposto.

No capítulo 2 serão apresentados os conceitos que servirão de base para toda a pesquisa, quais sejam: política pública, patrimônio cultural e educação patrimonial. Trata-se, porém, de conceitos complexos que, pelo espaço reduzido do trabalho, serão abordados de forma simplificada. Especificamente, no caso do patrimônio cultural e de sua preservação, houve uma complexa evolução ao longo do tempo, no mundo e no Brasil. Desse modo, será abordado prioritariamente com base na visão institucional do Iphan. Após a definição de educação patrimonial, no item 2.1 serão expostos alguns aspectos importantes que devem ser considerados na execução e análise das ações educativas, que serão retomados no capítulo 6.

As experiências em educação patrimonial serão abordadas no capítulo 3, a partir de três óticas: as Cartas Patrimoniais, a experiência internacional e a experiência nacional. Devido à multiplicidade de abordagens e atividades e ao foco deste trabalho, foram selecionadas algumas iniciativas internacionais em órgãos governamentais. No que se refere à experiência nacional, serão analisadas principalmente as experiências de dois grupos sediados em universidades. Neste momento não será enfocada a atuação do Iphan, pois isso será feito no capítulo 4.

O capítulo 4 tratará da educação patrimonial no âmbito do Iphan. Primeiramente, será relatado um breve histórico da instituição e descrita sua estrutura. Será também analisada a atuação da Coordenação de Educação Patrimonial – Ceduc, setor do Iphan responsável pelo tema.

Nos itens 4.3 e 4.4 serão apresentados os levantamentos documental e bibliográfico e feita a análise da educação patrimonial no nível das enunciações e das ações, respectivamente, distinguindo a atuação do Iphan antes e depois de 2004. Essa

¹ O Iphan nasceu Sphan e teve várias denominações ao longo de sua história. Neste trabalho, exceto no item de 4.1 – Breve histórico do IPHAN, será usada somente a denominação Iphan.

separação tem como razão a criação de um setor específico para a educação patrimonial, evento que marcou o posicionamento institucional quanto ao tema. Em ambos os tópicos, a análise terá como base um apanhado de como a questão é abordada nas publicações do órgão, documentos de gestão, eventos e projetos realizados.

O item 4.3.1.2 será dedicado à análise da utilização do *Guia básico de educação patrimonial*, uma publicação do Iphan que influencia, até hoje, a maioria das iniciativas na área fora do órgão.

No capítulo 5 será apresentada a Casa do Patrimônio, que é a proposta atual da instituição para realizar as ações de educação patrimonial. Nesse sentido, são abordados vários aspectos que enfocam desde a formulação da proposta até sua implementação. Serão também apontados avanços e desafios.

No capítulo 6 será realizada a análise da educação patrimonial no Iphan com base nas Casas do Patrimônio. Para isso, ações educativas empreendidas por algumas Casas são analisadas com base nos aspectos considerados importantes para que se realize uma educação patrimonial efetiva para a preservação do patrimônio cultural, como abordado no item 2.1.

Por fim, no capítulo 7 serão apresentadas as considerações finais, nas quais se procurará identificar pontos técnicos e políticos para melhorar a institucionalização da educação patrimonial no Iphan.

Com base nessa estrutura, acredita-se ser possível apresentar um panorama evolutivo da educação patrimonial no Brasil, centrando na atuação do Iphan.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A preservação do Patrimônio Cultural iniciou-se no Brasil na década de 1930, quando era apenas considerado importante o patrimônio histórico e artístico. Nessa década, foi criado o Iphan e promulgado o principal instrumento legal de preservação, o Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, conhecido como Lei do Tombamento. De lá para cá, o conceito de patrimônio ampliou-se, assim como os instrumentos e meios de atuação do Iphan, aliados à criação de instâncias estaduais e municipais de preservação.

Dentro desta temática, a educação patrimonial pode ser basicamente entendida como um processo sistemático e permanente que busca levar os indivíduos a um

processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização do patrimônio cultural, com o intuito de que sejam agentes diretos da preservação.

É consenso na área que a educação patrimonial é peça fundamental para a preservação do patrimônio, na medida em que só se preserva o que se conhece. Sob este ponto de vista, quanto mais uma comunidade conhecer e se apropriar de sua história e de seus bens culturais, mais ela será agente da preservação e conservação desses bens (sejam eles materiais – edificações, paisagens, objetos, etc. - ou imateriais – tradições, festas, modos de fazer etc.). Essa preocupação está presente em vários documentos institucionais, desde a criação do Iphan.

Cabe ressaltar que o relacionamento entre a comunidade e órgãos de preservação sempre teve um componente polêmico. O Iphan tradicionalmente é visto pelas comunidades como “inimigo”, e isso é motivado principalmente pelo desconhecimento dessas sobre os seus procedimentos e ações. Acredita-se que esse quadro muito provavelmente seria revertido com a realização de boas práticas educativas voltadas à comunidade.

Contudo, apesar da importância do tema, historicamente nunca houve uma visão e atuação por parte do Iphan e de outros órgãos de preservação patrimonial que situasse a educação patrimonial como uma questão digna de compor uma política pública exclusiva, ou mesmo como um processo de importância equivalente às demais atividades essenciais por eles desempenhadas (tombamento, fiscalização, identificação, etc.).

Assim, apesar de algumas ações educativas bem sucedidas terem sido realizadas, a educação patrimonial veio sendo concretamente tratada apenas como uma atividade complementar às outras realizadas pelo órgão. Isso se reflete no Iphan pela pouca estruturação e institucionalização do setor responsável pela educação patrimonial, criado somente em 2004. Em 2008, o Iphan lançou a proposta das Casas do Patrimônio como espaços institucionais dedicados à realização de ações educativas e de interface entre o órgão e a população.

Nesse sentido, a contraposição entre enunciações e ações, bem como a investigação do papel que as ações de educação patrimonial assumem dentro das estratégias adotadas nacionalmente para a preservação e conservação de bens culturais se coloca como

questão estratégica, na medida em que a realização de ações de educação patrimonial se relaciona diretamente com o sucesso das políticas de preservação.

1.2 OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a evolução da educação patrimonial no Iphan, contrapondo a enunciação à ação.

Os objetivos específicos são:

- 1 - Analisar experiências em educação patrimonial no Brasil e em alguns países;
- 2 - Analisar as propostas e ações de educação patrimonial desenvolvidas pelo Iphan ao longo de sua trajetória, enfocando a proposta e a experiência das Casas do Patrimônio;
- 3 - Propor, caso necessário, adequações na atuação do Iphan quanto à educação patrimonial de modo que esta seja mais efetiva para a política de preservação do patrimônio cultural.

1.3 JUSTIFICATIVA

O campo da educação patrimonial tem uma produção acadêmica ainda incipiente. Existem muitas publicações utilizadas em ações de educação patrimonial, mas nem tantas sobre o assunto. Dentre as que discutem o tema, a abordagem está quase sempre circunscrita a uma análise de casos e/ou atividades pontuais. O número de referências é ainda muito menor no que se refere a publicações que enfoquem e analisem a atuação do Iphan na área².

Embora a educação patrimonial seja consensualmente considerada como um aspecto chave de uma política pública efetiva de preservação do patrimônio cultural, ela é um tema muito pouco investigado, principalmente no que se refere à sua prática institucional. O estudo aqui proposto pretende contribuir no preenchimento desta lacuna, além de fornecer elementos para análise, por parte do Iphan, para evolução e aprimoramento de suas ações.

² Camila Henrique Santos, participante do Programa de Especialização do Patrimônio - PEP do Iphan redigiu o artigo *Educação patrimonial: uma ação institucional e educacional* (SANTOS, 2007), no qual, a partir da análise de quatro ações educativas do Iphan propõe uma comparação entre essas e ações realizadas por escolas. Também no âmbito do PEP, a bolsista Flávia Luz Pessoa de Barros elaborou a monografia *Entre a sala de aula e o museu: Educação Patrimonial no IPHAN*, que teve como objetivo analisar as propostas de educação patrimonial da Superintendência Estadual do Maranhão no município de Alcântara. Infelizmente não foi possível acesso a este trabalho.

1.4 METODOLOGIA

Para cumprir os objetivos do trabalho, foi desenvolvida pesquisa exploratória, uma vez que não existe grande quantidade de conhecimento sistematizado sobre o problema. Assim, buscou-se justamente coletar dados e informações, sistematizá-los e analisá-los de modo a construir algum conhecimento mais específico sobre o tema. Segundo GIL (2002), este tipo de pesquisa possui um planejamento flexível, envolvendo normalmente pesquisa bibliográfica, entrevistas e análise de exemplos.

Por isso, o trabalho foi, metodologicamente, dividido em três fases: problematização, coleta e análise de dados.

Problematização – Teve como objetivo realizar um apanhado de experiências sobre tema de modo a demonstrar a profundidade e relevância do problema a ser estudado e apontar diretrizes para análise dos dados. Para isso, foi utilizada como técnica a pesquisa bibliográfica e documental.

Coleta de dados – Teve como objetivo fornecer subsídios para a análise do problema. Foram coletados dados e informações sobre as ações de educação patrimonial desenvolvidas pelo Iphan por meio de extensa pesquisa bibliográfica e documental. Além disso, foram também realizadas oito entrevistas³, sendo uma com membros da Ceduc e sete com técnicos do Iphan e de prefeituras municipais que atuam em algumas Casas do Patrimônio.

Análise – Teve como objetivo confrontar os dados coletados com a problematização construída. Para isso, foi utilizada como técnica a pesquisa qualitativa.

CAPÍTULO 2 – CONCEITUAÇÃO

Para o estudo proposto, é necessário conceituar alguns termos básicos: política pública, patrimônio cultural e educação patrimonial.

Segundo Maria das Graças Ruas (RUAS, 2009), pode-se entender política pública como propostas e ações implementadas pelo poder público por meio de suas instituições sobre temas de interesse coletivo. As políticas públicas são definidas em meio a conflitos, interesses e negociações por diversos atores – tanto do Estado como da

³ Os roteiros das entrevistas e a sistematização dos resultados encontram-se no Anexo 5.

sociedade civil. O ciclo das políticas públicas envolve as seguintes etapas: formação da agenda, formulação, implementação, monitoramento e avaliação.

Após definidas, as políticas públicas indicarão caminhos para a proposição de programas, projetos e ações, bem como o direcionamento de recursos para atingir os objetivos pretendidos.

Três conceitos balizam as políticas públicas: eficiência, eficácia e efetividade. Estes, brevemente, podem ser definidos como:

Eficiência – indica o quão bem se utiliza os recursos para produzir os produtos e serviços. Isto é, o grau em que um sistema utiliza os recursos para atingir os objetivos programados. A eficiência dá ênfase nos meios, resolve problemas e cumpre tarefas;

Eficácia – é a capacidade de se atingir os objetivos determinados, ou o grau em que um sistema realiza aquilo que dele se espera. As medidas de eficácia são expressas pelo alcance das metas; cumprimento de cronogramas e o atendimento aos requisitos de projeto. Sua ênfase se dá nos resultados, no alcance dos objetivos e na obtenção de resultados; e

Efetividade⁴ – efeito ou impacto transformador causado pelos serviços prestados ou pelos bens disponibilizados sobre uma realidade que se pretende modificar.

Considera-se, nesse trabalho, que a educação patrimonial não constitui uma política pública, visto que não existem programas e ações suficientemente desenvolvidos e direcionados para esse fim. Sobretudo porque não existe um posicionamento político do Iphan nesse sentido. As atividades de educação patrimonial podem, entretanto, ser entendidas hoje como parte de uma política pública de preservação do patrimônio cultural.

Uma das principais políticas públicas brasileiras na área da cultura é a de preservação do patrimônio cultural, na qual estão englobadas as ações de identificação, proteção, preservação, promoção e difusão do patrimônio cultural. Para discuti-la, é preciso entender como se construiu o conceito de patrimônio cultural, bem como a evolução do processo de preservação.

⁴ O conceito de efetividade é especialmente importante para esta pesquisa na medida em que a educação patrimonial deveria ter um caráter transformador sobre a preservação do patrimônio cultural. Contudo, é o que tem a aferição mais difícil, conforme aponta o Relatório de Gestão do Iphan de 2007: “*A avaliação de efetividade, por outro lado, é muito mais difícil no segmento cultural. (...) Até o momento, contudo, não foi possível levantar um conjunto de dados suficiente para criar indicadores relevantes para a preservação do patrimônio cultural, devido à situação acima descrita.*” (Relatório de Gestão, 2007: 53)

A questão da preservação de um monumento histórico emerge na época do *Quattrocento*, na Itália renascentista, quando os edifícios começam a ser conservados com a justificativa de serem obras de arte ou testemunhos históricos, desvinculados da religião cristã. Françoise Choay (2001) denomina esta fase de “antiguizante”, pois os monumentos preservados pertenciam somente à antiguidade. Contudo, a fase de “consagração” acontece na revolução francesa quando surge o conceito de monumento histórico e os instrumentos de preservação com o objetivo de construir a identidade nacional.

Maria Cecília Fonseca observa, porém, que

(...) o amor à arte e ao saber histórico não foi suficiente para implantar, de forma sistemática e definitiva, a prática da preservação. Foi preciso que surgissem ameaças concretas de perda dos monumentos, já então valorizados como expressões históricas e artísticas – o vandalismo da Reforma e o da Revolução francesa – e uma mística leiga vinculada a um interesse político definido – o culto à nação – para que a preservação dos monumentos se tornasse um tema de interesse público. (FONSECA, 1997: 57)

Como dito acima, no final do século XVIII estava em voga também a questão do culto à nação, pois o patrimônio protegido deveria “*servir à memória das gerações futuras (...), afirmar os grandes desígnos públicos, promover estilos, falar à sensibilidade estética*” (CHOAY, 2001: 19). Assim, a ideia de monumento é muito próxima à de documento, e os bens culturais, dessa forma, eram utilizados como fonte de instrução pública.

Desse modo, o conceito de monumento histórico surgido nessa época diz respeito a um bem ligado a um fato histórico importante ou de valor artístico excepcional⁵ que não é criado com a função de rememorar deliberadamente (como os monumentos puros), mas sim “*(...) constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte.*” (CHOAY, 2001: 25).

⁵ A questão da excepcionalidade marcou a visão de patrimônio durante séculos no mundo e teve como consequência, a perda de exemplares significativos pertencente a vários períodos e estilos não considerados excepcionais ou autênticos, como o eclético e o *art nouveau*, os quais só foram valorizados a partir da 2ª metade do século XX.

Esta visão influenciou muitos países na definição de suas políticas de preservação, entre eles, o Brasil. Assim, a partir de 1937⁶ – ano de criação do Iphan - até a década de 1970, entendeu-se oficialmente patrimônio como o conjunto de bens materiais de natureza arquitetônica, urbanística, histórica, artística, arqueológica e documental. Isso fica claro no Decreto-Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937⁷, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.
(BRASIL, 1937)

Com base nesta abordagem, a proposta inicial do Iphan foi a de salvaguardar bens monumentais brasileiros, de valor excepcional e materiais - sobretudo arquitetônicos e predominantemente do período colonial (principalmente igrejas em Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro), com o intuito de construir a memória e a identidade nacionais.⁸ Esta visão predominou até o fim da década de 1960 e foi chamada de “pedra e cal” e de “fase heroica”⁹. O instrumento utilizado para isso foi o

⁶ Antes de 1937, houve algumas iniciativas públicas de preservação: a criação de Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos, na década de 1920; em alguns estados, a criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais, em 1937; o Decreto Nº 22.928/33, que declara Ouro Preto monumento nacional; e uma menção, na Constituição de 1934, (Capítulo II, artigo 148) à preservação do patrimônio ser um princípio constitucional e dever da União, estados e municípios (FONSECA, 1997).

⁷ Esta Lei é, ainda, o mais importante instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural e na qual se baseia o Iphan para sua atuação. Porém, é criticada por muitas razões, entre elas, o fato de apresentar uma definição restrita do que seja patrimônio e basear a proteção somente no tombamento.

⁸ A definição de quais bens devem ser protegidos é um dos aspectos mais criticados da atuação do Iphan em função do processo pouco participativo de escolha e, conseqüentemente, da pouca identificação de alguns grupos sociais com o patrimônio brasileiro – o que traria implicações para a educação patrimonial. Contudo, para esta pesquisa, considera-se que ao longo dos anos houve uma evolução significativa na definição dos bens a serem protegidos, bem como dos grupos sociais contemplados, baseada na ampliação do conceito de patrimônio. Assim, não será abordado o processo de escolha dos bens tombados pelo Iphan.

⁹ A fase é chamada de Heroica, pois, até então, quase não havia documentação sobre o patrimônio brasileiro, assim, a equipe do Iphan montou uma estrutura descentralizada de pesquisa e tombamento e realizou um trabalho de registro completo. Este é também um momento de personificação do órgão na pessoa do então presidente, Rodrigo Melo Franco de Andrade.

tombamento¹⁰. Depois de escrito no livro de tomo, a proteção e conservação do monumento eram (e ainda são) de responsabilidade compartilhada do poder público e do proprietário.

Nas décadas de 1950 e 60, acompanhando um movimento mundial, observa-se a evolução da proteção, que passou a ser feita de forma mais sistemática em conjuntos arquitetônicos - que constituem os sítios históricos protegidos - e do entorno de bens tombados¹¹.

Na década de 1970, o Iphan começou a ampliar o conceito de patrimônio à medida que incorporou a ideia de bem cultural, do qual fazem parte as manifestações populares e bens ligados a outros grupos sociais, além da burguesia. Assim, o recorte de bens protegidos passou a representar o patrimônio cultural, não só histórico e artístico.

A constituição de 1988 trouxe essa ideia, bem como um artigo específico sobre o patrimônio cultural, abrangendo essa visão mais abrangente e definindo a competência da preservação:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988)

Desse modo, observa-se que, paulatinamente, o conceito de patrimônio, bem como os bens inscritos nos livros de tomo, foram sendo ampliados de forma

¹⁰ O tombamento foi regulamentado pelo Decreto-Lei Nº 25/37. Trata-se de um ato administrativo do Iphan para proteção de bens culturais. Os bens protegidos são inscritos em um ou mais livros de tomo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas-Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. O tombamento pode ser voluntário ou compulsório, provisório ou definitivo. Após o ato, incidem uma série de efeitos sobre o bem no que se refere a transferência, alienação e proibição de destruição, demolição e mutilação. Qualquer modificação deve ser previamente aprovada pelo Iphan, o que implica em limitações no direito de propriedade. Este é o ponto mais complicado da relação entre o órgão e a sociedade.

¹¹ Esse tipo de tombamento apresentou vários conflitos com o período desenvolvimentista pelo qual passava o Brasil, a partir da década de 1960. Como forma de minimizá-los, foi estabelecido um acordo de cooperação com a UNESCO, instituição que já procurava associar a preservação e o desenvolvimento como práticas compatíveis. Isso se deu de forma mais evidente por meio do incentivo ao turismo cultural. (FONSECA, 1997: 142)

significativa, conferindo maior diversidade ao que é protegido e, conseqüentemente, a uma identificação de uma maior parte da população brasileira de modo geral com seu patrimônio¹².

Em 2000, o Iphan institucionalizou a prática da proteção e promoção do patrimônio imaterial (ou seja, as festas, tradições, lugares, modos de fazer etc.), por meio do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial¹³.

Mais recentemente a proteção ampliou-se ainda um pouco mais, pois passou a considerar também o conceito de paisagem cultural¹⁴: “*Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores*” (BRASIL, 2009). A paisagem cultural foi regulamentada pelo Iphan por meio da Portaria nº 127, de 30 de Abril de 2009.

Assim, atualmente, patrimônio cultural abrange bens imóveis e conjuntos urbanos, bens móveis e integrados, sítios arqueológicos, patrimônio imaterial, paisagem cultural, acervos museológicos, bibliográficos, arquivísticos e audiovisuais. A política de preservação deste patrimônio envolve intervenções físicas de conservação e restauração, mas também ações de valorização dos bens de modo que seja resgatada sua relação de memória e afeto com a comunidade.

¹² Os bens tombados na Fase Heroica estão ligados à história oficial do Brasil e representam o modo de viver da classe dominante (ricas igrejas, casarões, engenhos). Assim, as classes desfavorecidas economicamente não se identificam com esses bens. Na medida em que o Iphan passou a tombar centros históricos (como Natividade-TO), vilas operárias, etc. uma parcela maior da população se viu representada no patrimônio protegido nacionalmente e passou a se identificar com ele.

¹³ Devido ao fato do patrimônio imaterial estar em constante evolução, ele não é tombado e sim registrado como Patrimônio Cultural do Brasil. “*O conhecimento gerado durante os processos de inventário e Registro é o que permite identificar de modo bastante preciso as formas mais adequadas de salvaguarda. Essas formas podem ir desde a ajuda financeira a detentores de saberes específicos com vistas à sua transmissão, até, por exemplo, a organização comunitária ou a facilitação de acesso a matérias primas.*” [http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12553&retorno=paginaIphan]. O registro deve ser reavaliado pelo menos a cada dez anos.

¹⁴ A paisagem cultural também não é protegida pelo tombamento, e sim pela chancela de Paisagem Cultural Brasileira. Este instrumento, assim como o Registro, também considera a evolução da cultura e da ação humana sobre o ambiente. É operacionalizada pelo estabelecimento de um pacto de gestão entre poder público, sociedade civil e iniciativa privada. O Iphan deve realizar relatórios de monitoramento e avaliação periódica dos bens, devendo a chancela ser revalidada no prazo máximo de dez anos. Apesar de nenhuma paisagem cultural ter sido chancelada pelo Iphan, considera-se como exemplo a cidade do Rio de Janeiro.

Como abordado no Capítulo 1 deste trabalho, a educação patrimonial é um aspecto chave para o sucesso da política de preservação do patrimônio cultural.

Educação patrimonial é neste trabalho entendida como um processo sistemático e permanente por meio do qual os indivíduos se apropriam dos bens culturais e entendem a necessidade e a importância da valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se como agentes diretos. Desse processo também decorre o fortalecimento das identidades individuais e coletiva.

Como será visto nos capítulos seguintes, desde a década de 1980, muitas instituições e agentes têm empreendido ações de educação patrimonial. Contudo, observa-se que essas possuem naturezas diversas com base em concepções diferentes do que seja educação patrimonial. Isso faz com que uma determinada atividade seja considerada educação patrimonial para uns, mas não para outros.

Essa confusão é complementada pelo fato de que, em algumas publicações e documentos (SOARES & KLANT, 2007: apresentação; SOARES & KLANT, 2010: 130), a educação patrimonial é considerada uma metodologia enquanto em outras, fica a impressão de que a metodologia de educação patrimonial seria somente a exposta no *Guia Básico de Educação Patrimonial*, publicado pelo Iphan em 1999 (Reunião Técnica, 2004; BARRETO et al, 2008: 39). É preciso ficar claro que a educação patrimonial não é uma metodologia, mas sim uma ação que dispõe de várias metodologias para atingir seus propósitos.

Nesse sentido, é importante diferenciar ações educativas de ações de capacitação e divulgação. Ações de capacitação são as destinadas a formar grupos específicos para a preservação do patrimônio cultural, como por exemplo, a formação de mão de obra qualificada para atuar na restauração e conservação de bens culturais.

Ações de divulgação são aquelas destinadas a disseminar o conhecimento da política de preservação executada pelo Iphan, o modo de atuação da instituição, os bens tombados e registrados, bem como as ações do órgão realizadas nesses ou para esses bens. Ações de capacitação podem – e devem – ter um componente de educação patrimonial. Ações educativas, por sua vez, podem – e quase sempre tem – algum componente de divulgação. Contudo, as ações educativas pressupõem uma intervenção

específica com o propósito de que o indivíduo se aproprie¹⁵ dos bens culturais e os preserve.

Os relatórios de gestão do Iphan dos últimos anos¹⁶ mostram que na própria instituição existe uma mistura das três atividades, principalmente da educação patrimonial e da divulgação, todas englobadas no campo da promoção. Ao mesmo tempo, na descrição da ação orçamentária 2826 – *Educação patrimonial em áreas de bens culturais*¹⁷ é incluída a formação de artífices para restauração de bens arquitetônicos e bens móveis e integrados (Relatório de Gestão, 2009: 61).

Existe também uma tendência muito forte em vincular a educação patrimonial à educação formal no ambiente escolar e ao seu público-alvo – crianças, jovens e professores. Certamente a formação desse público é essencial como projeto de médio e longo prazos para a preservação do patrimônio cultural, com a condição de que seja realizado um trabalho educativo efetivo.

Contudo, a ação educativa deve ter como objetivo atingir todos os tipos de público, uma vez que o patrimônio cultural diz respeito, ao mesmo tempo, a cada indivíduo e à coletividade, já que é um conjunto de bens usufruídos por todos. Os bens tombados são de propriedade e/ou estão sob a responsabilidade de um público que é muitas vezes incluído no rol de indivíduos que deveria ser atingido pela educação patrimonial, porém, na prática é considerado público-alvo de poucas ações empreendidas. Em última instância, isso tem como consequência uma potencial descaracterização, degradação ou mesmo destruição de vários bens culturais importantes pela falta de conscientização desse grupo.

Com base nessas ideias, a educação patrimonial deveria englobar atividades com o objetivo de propiciar (de forma isolada ou integrada):

¹⁵ Entendendo apropriação como uso, desfrute, conhecimento, transformação, etc.

¹⁶ No Anexo 4 está sistematizada a atuação do Iphan na educação patrimonial com base nos relatórios de gestão e de atividades a partir de 1998.

¹⁷ Finalidade: *Preparar e conscientizar a sociedade para reconhecer e valorizar o Patrimônio Cultural Brasileiro, especialmente o valor simbólico dos bens culturais inseridos no contexto em que vivem e atuam, garantindo a sua preservação e a sua disseminação às gerações presentes e futuras.* (Sigplan 2008).

Descrição: *Implementação de ações em parceria com as instituições educacionais nas três esferas de governo, envolvendo o **treinamento e a capacitação de educadores** para a introdução da tônica da preservação dos bens culturais em sua dinâmica de trabalho cotidiano: produção de material didático de apoio às atividades educativas (manuais, guias e cartazes); palestras, cursos, seminários, encontros, workshops e similares sobre patrimônio cultural, principalmente em áreas de intervenções, dando **informações sobre o andamento das obras em bens culturais; formação de artífices com diversas especializações para a restauração de bens arquitetônicos e bens móveis e integrados.*** (Sigplan 2008). (Relatório de Gestão, 2009)

- Conhecimento sobre os bens culturais;
- Conhecimento dos valores que levaram os bens a serem protegidos;
- Conhecimento das atribuições, direitos e deveres do Iphan, da Prefeitura Municipal, de outras instituições e de cada indivíduo, no que se refere à preservação do patrimônio cultural;
- Fortalecimento da identidade cultural local por meio do envolvimento da comunidade com seus bens culturais;
- Conhecimento e respeito para com os bens culturais com os quais a comunidade não se identifica diretamente (a partir do entendimento da cultura brasileira como múltipla e plural);
- Entendimento quanto à necessidade de preservação do patrimônio cultural;
- Conhecimento de medidas de conservação preventiva para proteção dos bens materiais;
- Conhecimento sobre as relações entre tradição e evolução dos bens imateriais;
- Construção de relação de parceria entre o Iphan e a sociedade civil, prefeituras, estados, instituições (educativas, religiosas, ONGs, entre outras) etc.;
- Disseminação do que foi aprendido com seus pares;
- Contribuição para a construção da cidadania.

2.1 – ASPECTOS PARA A ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Alguns aspectos e diretrizes são essenciais para que a Educação Patrimonial cumpra seu objetivo de forma efetiva, ou seja, para que proporcione resultados transformadores para a política de preservação do patrimônio cultural. De forma muito geral, seguem algumas considerações:

a) As ações educativas devem provocar um maior envolvimento da população.

Observa-se que, de modo geral, as ações de educação patrimonial seguem dois caminhos: a divulgação de conceitos básicos como patrimônio cultural e tombamento e a sensibilização para a preservação do patrimônio. Normalmente, as estratégias empreendidas para isso são a distribuição de cartilhas e a realização de palestras. Contudo, essas ações têm alcance extremamente limitado, uma vez que não provocam efeitos significativos nos participantes, ou seja, não têm como consequência a mudança em sua mentalidade e atitudes.

b) Continuidade e aprofundamento nas ações. Observa-se, com raras exceções, a realização de atividades pontuais em detrimento de projetos e programas estruturados. Além disso, os indivíduos quase sempre participam somente uma vez de alguma ação ou programa de educação patrimonial, não sendo contemplados novamente com outras ações, complementares e aprofundadas. Consequentemente, isso diminui significativamente o impacto sobre sua vida. Assim, se deve realizar atividades sistemáticas e permanentes (com grupos novos e grupos já contemplados), aprofundando cada vez mais a temática do patrimônio cultural e relacionando-a com outros aspectos afins, como o planejamento urbano e o desenvolvimento socioeconômico, por exemplo.

c) Não privilegiar públicos específicos. Como apontado no item anterior, toda a população deve ser contemplada pelas ações educativas.

d) Abordagens diferentes para públicos diferentes. Cada público tem um interesse e uma especificidade e, conseqüentemente, o assunto deverá ter abordagens adequadas a cada grupo. No caso do público escolar, o foco está na construção das identidades individual e coletiva. Para os proprietários e responsáveis, é importante abordar os ônus e bônus que a manutenção das características originais, a conservação preventiva e o tombamento têm sobre o bem. Para os turistas, é interessante focar o conhecimento da evolução urbana do município e a história dos diferentes bens culturais. Já para os técnicos municipais e estaduais, importa saber como atrelar a preservação ao desenvolvimento urbano e socioeconômico.

e) Articulação com as prefeituras, igrejas e outras instituições locais. Um bem cultural está inserido em uma realidade complexa, na qual interferem diferentes atores, muitas vezes com interesses antagônicos. Assim, o esclarecimento da atribuição de deveres e responsabilidades de cada um é essencial. Mas, além disso, é importante estabelecer uma parceria entre os diferentes agentes visando uma atuação integrada.

f) Aprendizagem significativa. A educação patrimonial pressupõe aprendizado, que pode ser definido como “(...) *atribuição de significado ao conteúdo da aprendizagem*”¹⁸ (CARSALADE, in: MINAS, 2002: 69). A aprendizagem significativa,

¹⁸ O conceito de aprendizagem que subsidia esse trabalho possui elementos das concepções da epistemologia genética e construtivismo (cujo maior expoente é Jean Piaget) e do sócio interacionismo (criada por Lev S. Vygotsky). O construtivismo defende que o sujeito constrói ativamente seu conhecimento por meio da assimilação de conteúdos novos e de sua acomodação com as estruturas formadas anteriormente. Na perspectiva sócio interacionista, o sujeito aprende, determinadamente, na interação dialética com o outro e com o meio.

por sua vez, é relacionada a três elementos: participação (na medida em que a aprendizagem é uma construção pessoal, o aprendiz tem um caráter ativo que deve ser estimulado no processo), contextualização (o aprendiz deve conseguir estabelecer relações entre o que está sendo ensinado e o seu mundo, representado por seu contexto sociocultural e seus conhecimentos prévios) e envolvimento (por meio de estabelecimento de relação afetiva e de motivação com o conteúdo). (CARSALADE, in MINAS, 2002: 70; COLL, in COLL et al. 1996: 50).

CAPÍTULO 3 – EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A seguir serão apresentadas algumas iniciativas de educação patrimonial, como base em três aspectos: as Cartas Patrimoniais, a experiência internacional e a experiência nacional.

3.1 CARTAS PATRIMONIAIS

Nas Cartas Patrimoniais¹⁹ é possível observar que a primeira referência à importância de ações educativas para a preservação do patrimônio data de 1933, na Carta de Atenas:

A conferência, profundamente convencida de que a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização. (CURY, 2004: 17)

Ao longo do tempo, o tema foi citado em vários outros documentos²⁰, com abordagens mais ou menos detalhadas. A maioria tem como público-alvo crianças e jovens e como estratégia a educação formal. Outras, porém, focam na comunidade em geral e indicam os governos, a imprensa e instituições públicas e privadas ligadas à preservação como responsáveis pelas ações.

¹⁹ As Cartas Patrimoniais são compromissos assinados por países e/ou instituições acerca da preservação do patrimônio cultural. São normas, procedimentos, concepções e conceitos acordados pelos signatários que orientaram, ou continuam orientando, as ações de preservação. Apesar de o Brasil não ser signatário de todas, esses documentos representam um saber internacional consolidado e muito respeitado pelos profissionais da área, cujo intuito é influenciar as práticas nacionais em função de padrões internacionais conjuntamente pactuados.

²⁰ As principais cartas patrimoniais nacionais e internacionais até 1999 foram reunidas no livro de Isabelle Cury, publicado em 2ª edição pelo IPHAN em 2004. No Anexo 1, estão discriminadas todas as menções às ações educativas nessa compilação.

A denominação *educação patrimonial* aparece somente na *Carta internacional do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS sobre proteção e gestão do patrimônio cultural subaquático*, de 1996. Até então, eram utilizados apenas os termos “ações” e “programas educativos.”²¹

Nas Cartas Patrimoniais brasileiras, o enfoque escolar permanece. Em 1970 na Carta de Brasília, inclusive, é explicitado o que deve ser aprendido em cada nível de ensino, de forma totalmente desvinculada das realidades regionais. No ano seguinte, o Compromisso de Salvador atenta para a formação em nível técnico de profissionais para atuarem nos museus do interior. Por fim, na Carta de Fortaleza, de 1997, recomenda-se “(...) que seja desenvolvido um Programa Nacional de Educação Patrimonial, a partir da experiência do Iphan, considerando sua importância no processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro” (CURY, 2004: 367).

3.2 EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL²²

Na análise das experiências internacionais fica claro que a abordagem dada por cada país ou organismo está diretamente ligada às suas peculiaridades e contextos político e socioeconômico. Assim, na Europa, por exemplo, pelo fato do continente ser formado por dezenas de países com culturas diferentes, as ações têm como mote o conhecimento de outras culturas para o fortalecimento da unidade europeia, incentivando um espírito de cidadania, tolerância e convivência. A ideia é demonstrar que o continente possui uma herança multicultural e que assimilou influências externas, mas que se tornaram parte do seu patrimônio comum.

Já em Cuba o foco é a proteção do patrimônio vinculada à valorização e promoção da cultura de modo mais amplo, sendo que esta é considerada o principal elemento de desenvolvimento socioeconômico. De modo geral, isso é observado também nas experiências de outros países, nas quais a preservação do patrimônio está normalmente atrelada ao desenvolvimento local.

Outra característica comum é que, quase sempre, as diretrizes para educação patrimonial são muito genéricas. Do ponto de vista prático, as estratégias divulgadas,

²¹ Assim, levou-se mais de 60 anos para que o termo *educação patrimonial* fosse explicitado em um tratado internacional. Isso pode ser um indicativo de que a educação patrimonial ainda não é um conceito universal, mesmo para os especialistas da área da preservação.

²² O levantamento da experiência internacional em Cuba, Inglaterra, Chile e Uruguai, Itália, França e na UNESCO e no Conselho da Europa encontra-se no Anexo 2.

em geral, dizem respeito ao ambiente escolar e têm como público-alvo professores e alunos.

Contudo, se observa algumas poucas iniciativas no sentido de ampliar esse público em alguns países. Segundo Lida Branchesi, autora italiana: “*After so much overriding attention to the school context, it now becomes inescapable to extend heritage education to adult audiences, in the perspective of lifelong and recurring education.*”²³ (BRANCHESI, 2007: 17)

Em Cuba, por exemplo, existe uma abordagem específica para a terceira idade, articulando atividades culturais e terapêuticas, tais como: visitas a museus, exposições, monumentos, sítios históricos, debates, dinâmicas de grupo, técnicas de ativação da memória, entre outros. É promovido também um workshop anual - *Taller de Rescate de la Memoria Barrial*, no qual os idosos têm a oportunidade de resgatar suas memórias, reconstruindo acontecimentos e lugares que fazem parte da história do centro histórico. Toda a população pode participar e, assim, enriquecer seus conhecimentos sobre a história do bairro. A participação dos idosos neste programa produz resultados muito positivos, tanto físicos como emocionais.

Entretanto, essas iniciativas são ainda isoladas, havendo ainda um longo caminho evolutivo a ser percorrido no que se refere à inserção de outros públicos e abordagens no âmbito da educação patrimonial.

3.3 EXPERIÊNCIA NACIONAL

No Brasil, o termo educação patrimonial foi introduzido em 1983 no âmbito do Museu Nacional (instituição vinculada ao Iphan) pela então diretora, Maria de Lourdes Horta, baseado no conceito de *Heritage Education*. Assim, as primeiras experiências de educação patrimonial aconteceram em museus²⁴ – sob a direção do Iphan ou não -, tendo se espalhado posteriormente para outras instituições.

Em 1999, o Iphan lançou o *Guia Básico de Educação Patrimonial* (HORTA et al, 1999), a primeira publicação produzida pelo órgão sobre o tema²⁵, que influenciou e

²³ Livremente traduzido como: “Depois de tanta atenção prioritária para o contexto escolar, torna-se inevitável estender a educação patrimonial para o público adulto, na perspectiva da educação permanente e recorrente”.

²⁴ Este trabalho não abordará as ações educativas realizadas pelos museus.

²⁵ O *Guia Básico de Educação Patrimonial* será analisado no item 4.3.2.1. Contudo, pelo papel importante que desempenhou e ainda desempenha, algumas idéias serão expostas nesse item.

ainda influencia de maneira contundente as concepções e ações de educação patrimonial no Brasil.

Segundo o *Guia*,

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Esse processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultural brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA et al, 1999: 6)

Pesquisadores do Núcleo de Educação Patrimonial – NEP da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM passaram a contestar essa ideia em sua última publicação (2010), argumentado que a expressão analfabetismo cultural pode levar a uma conotação errônea, uma vez que

(...) nenhuma pessoa pode ser considerada “analfabeta cultural”, mas detentora de códigos de leitura de mundo que nem sempre estão em consonância com os saberes dominantes, sejam eles o erudito, o científico ou o formal. Podemos estar correndo o sério risco de desprezar, dessa maneira, os conhecimentos socioculturais que cada ser humano tem em contato com outros seres e com o meio circundante. (SOARES & KLANT, 2010: 77-78)

Para o NEP, a educação patrimonial teria como objetivo promover uma maior identificação da comunidade com os bens protegidos, pois este seria o fator essencial para que os indivíduos sintam-se responsáveis por sua preservação (KLANT & SOARES, 2003, 2008, 2010). Assim, defendem a participação direta da população na escolha dos bens culturais a serem tombados como a principal bandeira da educação patrimonial.

No que se refere a esta questão, já foi apontada neste trabalho a importância da identificação da comunidade com os bens protegidos para sua preservação. Naturalmente, existe uma maior identificação com os bens que têm significado direto para um determinado grupo social. Contudo, o fato de um bem não fazer parte da história desse mesmo grupo não significa que sua proteção não possa ser legitimada pela coletividade, uma vez que pode ser importante para a população como um todo. Isso fica mais evidente quando se trata de bens protegidos nacionalmente e, ainda mais, aquelas classificados como patrimônio da humanidade.

Nesse sentido, para Maria Cecília Fonseca (1997),

De um lado, é evidente que esses bens serão tanto mais nacionais quanto maior for o número de pessoas que os identifique como patrimônio. Por outro lado, esse consenso não significará necessariamente que todos fazem a

mesma leitura do bem. Só para dar um exemplo bastante óbvio, a igreja do Senhor do Bonfim em Salvador, será valorizada por alguns por suas qualidades estéticas, por outros, como local de culto católico, por outros ainda, como palco para rituais de candomblé, e pelo turistas, muito provavelmente como um dos símbolos da capital da Bahia..

O que quero dizer é que, por mais regulamentado e controlado que pretenda ser o processo de construção dos patrimônios, e por mais fixos que possam parecer os efeitos de um tombamento, tanto materiais como simbólicos a recepção dos bens tombados tem uma dinâmica própria em dois sentidos: primeiro no de mutabilidade de significações e valores atribuídos a um mesmo bem em diferentes momentos históricos – mudança que diz respeito inclusive às próprias concepções do que seja histórico, artísticos etc; segundo, no da multiplicidade de significações a valores atribuídos em um mesmo momento e um mesmo contexto, a um mesmo bem, por grupos econômica, social e culturalmente diferenciados. (FONSECA, 1997: 44)²⁶

Com base nesse exemplo, verifica-se que, apesar de ser possível observar uma certa homogeneidade nas concepções que regem as ações de educação patrimonial baseada na metodologia descrita no *Guia*, não existe consenso sobre todos os aspectos.

Ainda do ponto de vista conceitual, a educação patrimonial, no Brasil, está muito ligada à concepção de educação de Paulo Freire (1970), ou seja, de que as ações educativas têm como propósito fortalecer a identidade e a liberdade do educando para seu desenvolvimento pessoal, autonomia e inserção consciente no mundo.

Nesse sentido, Leandro Henrique Magalhães (CERQUEIRA et al, 2008: 66-67) aponta a existência de uma educação patrimonial tradicional – caracterizada pela imposição de uma identidade e memória únicas exemplificadas unicamente por bens relacionados ao Estado e aos grupos dominantes – em contraposição a uma educação patrimonial transformadora. Esta abarcaria contextos múltiplos, valorizando a diversidade de bens e manifestações, bem como a diversidade de apropriações e interpretações²⁷.

Quanto à prática²⁸, existe uma maior uniformidade na proposição e condução das ações educativas, em comparação ao aspecto conceitual, como visto anteriormente.

Nas ações educativas abordadas nas publicações analisadas, são privilegiadas experiências com o público escolar, principalmente num contexto de educação formal.

²⁶ Essa fala vem ao encontro da necessidade da educação patrimonial se valer de abordagens diferentes para públicos distintos, como apontado no item 2.1.

²⁷ O autor considera que há uma predominância de experiências de educação patrimonial tradicional nos meios acadêmicos, por profissionais da área e pelos meios de comunicação de massa.

²⁸ Dentre as experiências de educação patrimonial analisadas, serão aqui relatadas as realizadas pelo NEP e pelo Laboep, por se tratar dos dois grupos nacionais estruturados para este fim.

Outro ponto a ser destacado é o largo uso do *Guia Básico de Educação Patrimonial* (HORTA et al, 1999) como referência. A metodologia - baseada em quatro passos: observação, registro, exploração e apropriação – é seguida a risca.

As publicações do NEP (2003 e 2008) apresentam exemplos de aplicação da metodologia na arqueologia e história, por meio do trabalho com objetos, enfatizando sua história e função, porém aparentemente descontextualizados de uma discussão explícita sobre a importância da preservação. O grupo apresenta também como proposta a inserção da educação patrimonial nas disciplinas escolares (SOARES & KLANT, 2007: 39). Além de atividades baseadas na aplicação da metodologia do *Guia*, são citadas palestras apresentando noções sobre o tema e a produção de materiais paradidáticos como jogos da memória e caça palavras. De modo geral, são citados como efeitos positivos das ações educativas a melhora na autoestima das comunidades e a apropriação direta dos alunos sobre o objeto de conhecimento.

Já o Laboratório de Educação Patrimonial – Laboep, da Universidade Federal Fluminense – UFF, não menciona a metodologia do *Guia* em suas ações. A maioria delas também se destina ao público escolar, notadamente a docentes e estudantes de pedagogia. Destacam-se, porém, dois projetos com enfoque diferenciado.

O primeiro é o projeto *Saberes da construção – casas de colono e casas e trabalhadores em assentamentos rurais fluminenses*, cujo objetivo foi resgatar, transmitir e preservar os saberes tradicionais de construção de pau-a-pique e taipa de pilão por meio de inventário, oficinas, exposição e elaboração de livro didático. O trabalho foi realizado com um grupo de ex-colonos do município de Trajano de Moraes, atualmente assentados no Assentamento Santo Inácio, no mesmo município.

Outra iniciativa que apresentou uma abordagem interessante foi o projeto *Memória Social e Trabalho Comunitário na Rocinha*, cujo objetivo foi organizar o acervo documental referente à trajetória de moradores e iniciativas de trabalho comunitário na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro.

Através de cursos, enquetes e oficinas comunitárias, em parceria com instituições culturais da Rocinha, pretende ampliar aquele acervo e disponibilizar as informações sistematizadas à consulta pública, especialmente às escolas locais da rede municipal. Esse trabalho de pesquisa e documentação intenta ainda subsidiar a criação de um banco de dados e de um museu itinerante na Rocinha.
[<http://www.laboep.uff.br/rocinha.html>]

No que diz respeito à produção acadêmica e editorial, como mencionado no item 1.4 – Metodologia, existem poucas publicações que têm como objeto a discussão sobre a educação patrimonial, principalmente do ponto de vista teórico. Nesse sentido, apesar de existir um vasto conhecimento produzido sobre concepções de aprendizagem, estratégias didáticas etc., há poucas iniciativas de intercâmbio direto entre educação e patrimônio cultural.

Dentro de uma relação mais geral entre esses campos de conhecimento, Carsalade aponta que existem “*três pontos de convergência e auxílio mútuo entre educação e patrimônio cultural: a facilitação do processo de aprendizagem, a formação pessoal e cidadã e a criação de uma ética de ações*” (in MINAS, 2002: 76). Em relação ao primeiro aspecto, o patrimônio contextualizaria os conteúdos, facilitando sua aprendizagem; o segundo remete à inserção do sujeito em seu contexto sociocultural, e o último ponto é exemplificado pelo objetivo de desenvolvimento individual e coletivo por meio da educação e pela preservação de suas identidades por meio da preservação do patrimônio.

Já avançando para uma aplicação mais efetiva, Starling & Santana (in MINAS, 2002: 91) propõem a abordagem do patrimônio cultural a partir da pedagogia de projetos²⁹. Esta forma de trabalho coletivo, que visa uma aprendizagem ativa e significativa, traria, para a educação patrimonial, o contato direto com o objeto de estudo, a conscientização da importância da preservação, o estabelecimento de relações entre a vivência do aluno e as problemáticas históricas e, por fim, o registro e a reelaboração da história. Apesar da nova abordagem, observa-se que o artigo, direcionado para professores do ensino médio, não avança em relação à linha de sistematização metodológica do *Guia Básico de Educação Patrimonial* do Iphan.

CAPÍTULO 4 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN

O reconhecimento da importância da realização de ações educativas, visando a proteção do patrimônio cultural, acompanha a evolução do Iphan e pode ser identificado em documentos institucionais e publicações desde a sua criação.

²⁹ “*Os projetos de trabalho possibilitam uma generalização do conhecimento – essencialmente a possibilidade de se chegar a um conhecimento relacional entre as diversas disciplinas e informações disponíveis, bem como entre o conhecimento os fatos da experiência cotidiana.*” (MINAS, 2002: 93). A metodologia surgiu no início do século XIX com John Dewey, mas foi largamente aceita e implementada a partir da década de 1980.

Contudo, no campo das ações, como exposto anteriormente, a educação patrimonial começou a ser praticada no Brasil com essa denominação somente no início da década de 1980.

Para analisar esses dois movimentos, primeiramente serão expostas e discutidas algumas questões sobre a atuação e estruturação do Iphan e em seguida serão analisadas as enunciações e ações da instituição no que se refere à educação patrimonial.

4.1 BREVE HISTÓRICO DO IPHAN

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nasceu Sphan – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como parte do então Ministério da Educação e Saúde Pública³⁰, por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. O primeiro presidente, principal mentor e seu maior ícone até hoje foi Rodrigo Melo Franco de Andrade, um jornalista e intelectual que, junto com expoentes modernistas³¹, criou o órgão de proteção do patrimônio nacional.

Em 1946, o Sphan passa a Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Dphan e em 1970 transforma-se em Instituto.

Em 1967, Rodrigo se aposenta e, até o final da década de 1970, com a entrada de Aloísio Magalhães, o Iphan manteve a mesma linha de atuação, que começou a mudar a partir desse momento, quando houve uma grande reformulação institucional.

Duas iniciativas foram marcos dessa mudança, que se iniciou fora do Iphan. Em 1973, foi criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (que ficou conhecido como PCH). O Programa tinha como objetivo executar obras de infraestrutura e restauração em bens tombados para dar suporte ao turismo³². Assim, o PCH *“veio suprir basicamente a falta de recursos financeiros e administrativos do Iphan, continuando a cargo dessa instituição a referência conceitual e técnica”* (FONSECA, 1997: 143).

³⁰ Apesar de ter sido criado dentro do Ministério da Educação e Saúde, em todo o período de vinculação com essa instituição, ironicamente, não houve relação entre patrimônio e educação, mesmo nessa época do estado novo quando se utilizou o artifício da persuasão ideológica, principalmente no campo educacional. (FONSECA, 1997: 98).

³¹ Fizeram parte também Afonso Arinos, Carlos Drummond de Andrade, Lucio Costa, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, entre outros.

³² Além disso, pelo fato de tratar-se de um programa que contou com a participação de outros setores do governo estadual e federal, o PCH acabou tendo como efeitos o início da descentralização da proteção do patrimônio, com criação de legislação órgãos estaduais.

Em 1975, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)³³, que tinha como proposta discutir a modernização da noção de cultura brasileira, atualizando a questão da identidade nacional, por meio principalmente da inclusão das manifestações populares. O objetivo inicial era “*criar um banco de dados sobre a cultura brasileira, um centro de documentação que utilizasse as formas modernas de referenciamento e possibilitasse a identificação e o acesso aos produtos culturais brasileiros*” (FONSECA, 1997: 144). Ao longo do tempo, foi tomando força o propósito de articular cultura e desenvolvimento socioeconômico local por meio do estudo de processos culturais e formulação de tipologias e modelos dentro de quatro programas: mapeamento do artesanato brasileiro, levantamentos socioculturais, história da ciência e da tecnologia no Brasil e levantamento de documentação sobre o Brasil. Isso teve como efeito a ampliação da noção de patrimônio, incluindo a cultura popular, (manifestações tradicionais e sua interface com os ambientes urbano e industrial) e o que hoje se conceitua como patrimônio imaterial³⁴.

O trabalho realizado no CNRC possuía uma visão inovadora com base em duas questões. A primeira é a evolução constante das manifestações culturais e, portanto, do patrimônio cultural. Assim, a memória dos processos culturais deveria ser preservada, mas também seu desenvolvimento deveria ser apoiado. A segunda era uma preocupação contundente com o envolvimento da população, por meio dos produtores e consumidores da cultura.

Após alguns anos de operação do PCH e do CNRC, o governo federal promoveu a integração desses com o então Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Dphan, em 1979.

Reunia-se assim, numa só instituição, os recursos e o know-how gerencial do PCH, o prestígio e a competência técnica do Iphan e a visão moderna e renovadora do CNRC. Foi criada uma nova estrutura: um órgão normativo – a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e um órgão executivo - a Fundação Nacional pró-Memória (FNpM). (FONSECA, 1997: 154).

³³ O CNCR foi fundado pelo artista plástico e designer Aloísio Magalhães e por um grupo de intelectuais de diversas áreas e órgãos, por meio de um convênio intersetorial. Assim, era desvinculado de qualquer instituição pública em particular e, portanto, dotado de grande autonomia.

³⁴ Porém, a proteção do patrimônio imaterial não se deve somente à atuação do CNRC no sentido de ampliar o conceito de patrimônio. Assim como o patrimônio material passou a ser protegido como forma de impedir práticas descaracterizadoras e destrutivas, no caso do patrimônio imaterial também houve uma preocupação contra as influências da cultura de massa de outros países que cada vez mais estavam ao alcance do povo brasileiro.

Aloísio Magalhães, nomeado dirigente das duas instituições, acreditava que com isso o Iphan passaria a atuar em campos ainda não explorados, mas essenciais: os bens culturais entendidos de forma ampla, o patrimônio “morto” (patrimônio de pedra e cal, ligado à cultura erudita) e o vivo (manifestações culturais populares), não mais tratados dicotomicamente. Outra proposta era trazer a participação social para os mecanismos e práticas do Estado.

Contudo, em 1981, Aloísio Magalhães torna-se Secretário de Cultura do Ministério da Educação e Cultura - MEC e vem a falecer no ano seguinte. Com isso, apesar de, em tese, ser mantida a sua proposta, perde-se o fôlego do trabalho inovador, pois não houve sucessores que tratassem as questões com tanto ímpeto quanto ele. Os técnicos continuaram a trabalhar da forma como o faziam antes da fusão das instituições, ou seja, com diferenças conceituais e práticas significativas. Os dois órgãos, que deveriam atuar de forma integrada, não o fizeram sistematicamente. Ou seja, o projeto proposto por Magalhães não foi integral e devidamente implementado. Toda a área cultural ficou em uma espécie de limbo até 1994³⁵.

O governo Collor, em 1990, deu outra reorganização à área: foi criada a Secretaria da Cultura, diretamente ligada à Presidência da República, em substituição ao Ministério da Cultura - MinC. A Sphan e a FNpM foram extintas, assim como o Conselho Consultivo. Em seu lugar, foi criado o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural - IBPC.

Em 1992, o MinC foi recriado e, em 1994, o IBPC passou a ser chamado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, denominação que mantém até hoje.

Atualmente, o Iphan “(...) *tem como atribuições identificar, proteger, restaurar, preservar e fiscalizar os bens culturais brasileiros de modo a assegurar a sua existência e garantir o seu usufruto pelas gerações presentes e futuras*” (INSTITUTO, 2003: 11). A missão institucional é “*Promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país*” [<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15145&retorno=paginaIphan>]

³⁵ Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura, em substituição à Secretaria de Cultura do MEC. Nesse período, foi formulada a Lei Sarney (depois substituída pela Lei Rouanet). Contudo, em 1990, o Ministério da Cultura foi extinto. O avanço na discussão das questões culturais e na sua interface com outras áreas de governo perdeu força institucionalmente e na sociedade (FONSECA, 1997: 168)

O Iphan sempre lidou com sérias restrições orçamentárias e de pessoal, o que limitou muito sua atuação. Isso se deu com base em dois fatores: o primeiro é a marginalidade da política de preservação do patrimônio cultural em comparação com as outras áreas consideradas “prioritárias”. O segundo diz respeito ao alto custo das intervenções no patrimônio, notadamente as de restauração.

Nos últimos anos, contudo, o órgão tem conseguido um incremento considerável em seu orçamento - de 2003 a 2010 houve um aumento nominal de 275% (MINISTÉRIO, 2010: 12) - o que tem possibilitado uma atuação mais completa e aprofundada.

Em 1999, foi criado o Programa Monumenta³⁶, vinculado ao Ministério da Cultura, que nos seus dez anos de existência obteve recursos da ordem de 213,3 milhões de reais por meio de parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, beneficiando 50 municípios nas áreas de requalificação urbana e arquitetônica.

Em 2009, foi instituído o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC das Cidades Históricas, uma parceria entre MinC-Iphan, estados e municípios viabilizada por meio de acordo de cooperação técnica com diversos órgãos federais. O objetivo é promover ações de requalificação urbana e arquitetônica vinculadas ao planejamento urbano e ao desenvolvimento socioeconômico por meio da elaboração e pactuação de Planos de Ação em 173 municípios. A partir de 2010 a previsão de investimentos anuais passou a ser de 250 milhões de reais.

Junto com o incremento orçamentário, o Iphan tem recentemente procurado em suas políticas atuar de forma sistêmica, vinculando ações socioeconômicas às obras de restauração e reabilitação. Ou seja, para que o patrimônio cultural seja de fato protegido, deve haver uma atuação integrada no que diz respeito ao planejamento e à pactuação entre os atores envolvidos, tais como prefeituras, estados, Igreja, comunidades etc. Para isso, o Iphan vem trabalhando nos últimos anos para a implementação da Política e do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural³⁷.

O Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC) deve propor formas de relação entre as esferas de governo que permitam estabelecer diálogos e

³⁶ Um dos componentes obrigatórios dos projetos apoiados pelo Monumenta era “Programas Educativos sobre o Patrimônio Histórico” [http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=167]. Apesar de terem sido implementados projetos interessantes, não foi produzida uma documentação aprofundada e sistematizada sobre as ações educativas empreendidas.

³⁷ Em 2009, foi realizado o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural com o objetivo de discutir desafios, estratégias e experiências para o SNPC. Duas mesas foram dedicadas à educação patrimonial. O resultado dessas discussões será analisado no item 4.4.2.2.

articulações para gestão do patrimônio cultural. Nas discussões realizadas até o momento, considerou-se que a proposta deve avançar em três eixos: Coordenação: definir instância(s) coordenadora para garantir ações articuladas e mais efetivas; Regulação: estabelecer conceituações comuns, princípios e regras gerais de ação; e, Fomento: incentivos direcionados principalmente para o fortalecimento institucional, estruturação de sistema de informação de âmbito nacional, fortalecer ações coordenadas em projetos específicos.

[<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14330&retorno=paginaIphan>]

Até 2010 o Iphan possuía 89 núcleos históricos protegidos, 14 mil sítios arqueológicos cadastrados, mais de 500 mil bens móveis e integrados protegidos e 19 bens imateriais registrados. (MINISTÉRIO, 2010).

4.2 ESTRUTURA DO IPHAN

No que se refere à estrutura³⁸, o Iphan é uma autarquia ligada ao Ministério da Cultura que sempre atuou por meio de uma rede descentralizada, ou seja, por meio de Superintendências Estaduais (anteriormente regionais, abarcando às vezes mais de um estado³⁹), havendo também Escritórios Técnicos em algumas cidades de maior importância.

O Iphan Central é formado por Presidência, Conselho Consultivo⁴⁰, quatro departamentos - Departamento de Planejamento e Administração (DPA), Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), Departamento de Articulação e Fomento (DAF). - e órgãos seccionais (Auditoria e Procuradoria). É comandado por uma diretoria da qual fazem parte o presidente e os quatro diretores. Dentre suas atribuições estão: estabelecer diretrizes e estratégias e deliberar sobre o plano anual e/ou plurianual, a proposta orçamentária e o desenvolvimento institucional, estabelecendo metas e indicadores de desempenho dos programas e projetos.

A estrutura descentralizada é composta de 27 Superintendências Estaduais e 25 Escritórios Técnicos. O Iphan também é responsável por museus, parques, arquivos e unidades especiais.

³⁸ No Anexo 3, encontra-se detalhada a estrutura organizacional do Iphan.

³⁹ Nos próximos itens será utilizado somente o termo Superintendência Estadual – SE, independente do ano de referência.

⁴⁰ Segundo o Decreto Nº6844/09, “Art. 11. Ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural compete examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas ao tombamento, ao registro de bens culturais de natureza imaterial e à saída de bens culturais do País e opinar acerca de outras questões relevantes propostas pelo Presidente” (BRASIL, 2009).

Segundo o Decreto nº 6844/09, às Superintendências Estaduais – SEs é atribuída a atividade de ponta, ou seja:

Art. 20. Às Superintendências Estaduais compete a coordenação, o planejamento, a operacionalização e a execução das ações do IPHAN, em âmbito estadual, bem como a supervisão técnica e administrativa dos Escritórios Técnicos e de outros mecanismos de gestão localizados nas áreas de sua jurisdição(...). (BRASIL, 2009)

Na prática, as SEs possuem grande autonomia de atuação. Apesar de haver demandas do Iphan Central para os estados, as SEs propõem as ações que desejam realizar anualmente e os projetos contemplados são decididos com cada diretor.

4.3 COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL⁴¹

Formação

Antes da década de 2000, o Iphan não possuía em sua estrutura um setor responsável pela educação patrimonial.

Em 2004 foi realizada uma reforma na estrutura organizacional do órgão, (Decreto nº 5.040) da qual resultou a criação do Departamento de Museus e do Departamento de Patrimônio Imaterial. O antigo Departamento de Promoção passou a Coordenação-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural – Cogeprom.

A educação patrimonial não era uma atribuição explícita da Cogeprom⁴², mas vinculada às ações de promoção e difusão. Na ocasião foi criada a Gerência de Educação e Projetos, formada apenas pelo atual coordenador da Ceduc. A Cogeprom padecia de carência de pessoal e recursos e convivia com uma constante ameaça de extinção. Apesar das circunstâncias, a então Gerência conseguiu iniciar a discussão sobre a política nacional de educação patrimonial, como será analisado no item 4.4.2.2.

Outro avanço foi a criação da Ação Orçamentária 2826 - *Educação Patrimonial em Áreas de Bens Tombados*, que faz parte do Programa 0167 - Brasil Patrimônio

⁴¹ Grande parte das informações deste item é advinda de entrevista realizada com os técnicos da Ceduc Sônia Rampim Florêncio e Pedro Morgado Clerot realizada em 3 de dezembro de 2010.

⁴² *Art. 17. A Coordenação-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural compete:*

I - propor diretrizes, articular e orientar a execução das ações visando a promoção do patrimônio cultural;

II - definir e gerenciar o uso da aplicação da identidade visual do IPHAN;

III - coordenar a execução das ações visando a organização e a difusão de informações do patrimônio cultural;

IV - coordenar o intercâmbio nacional e internacional para o incremento da gestão e preservação do patrimônio cultural; e

V - coordenar a editoração do IPHAN. (BRASIL, 2004)

Cultural, incluída no Plano Plurianual – PPA de 2004-2007 e mantida no PPA 2008-2011.

Em 2009 foi feita outra alteração na estrutura do Iphan (Decreto nº 6.844), na qual a Cogeprom passou a Departamento de Articulação e Fomento – DAF. Apesar da importante atuação da Gerência até 2009, a educação patrimonial ainda continuou não sendo considerada atribuição do Departamento responsável⁴³. Na reestruturação, o antigo setor passou a Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc), porém, não houve articulação política para definição e fortalecimento da área. Na verdade a Ceduc não existe oficialmente, pois não está explícita na estrutura do DAF como tal, mas sim definida como coordenação, genericamente.

Atualmente a Ceduc é formada por um coordenador, duas técnicas em Educação, um técnico em Ciências Sociais e duas estagiárias.

A Ceduc e a educação patrimonial

A Ceduc considera a educação patrimonial como tema de trabalho transversal e proposta política. No que se refere ao conceito, acredita que são oportunidades para discutir e construir a valorização e proteção do patrimônio cultural. Isso faz com que um amplo espectro de atividades seja considerado educação patrimonial. Da mesma forma, identifica possibilidade educativa em todas as ações finalísticas⁴⁴ do Iphan.

⁴³ Art. 19. Ao Departamento de Articulação e Fomento compete:

I - planejar, coordenar, orientar, controlar e avaliar a execução de atividades de formação, especialização e aperfeiçoamento técnico especializado em patrimônio cultural;

II - desenvolver e fomentar levantamentos, estudos e pesquisas que possibilitem ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural brasileiro e sua proteção;

III - promover a geração, sistematização, integração e disseminação de informações e conhecimentos relativos ao patrimônio cultural brasileiro;

IV - manter e gerenciar os arquivos e bibliotecas da área central e apoiar e orientar aqueles das unidades descentralizadas;

V - propor diretrizes, articular e orientar a execução das ações visando a promoção do patrimônio cultural;

VI - definir e gerenciar o uso da aplicação da identidade visual do IPHAN;

VII - coordenar o intercâmbio nacional e internacional para o incremento da gestão e preservação do patrimônio cultural;

VIII - analisar tecnicamente projetos que visem à preservação do patrimônio cultural com a finalidade de captar recursos;

IX - coordenar a editoração de publicações institucionais do IPHAN; e

X - supervisionar e orientar as atividades do Centro Cultural Paço Imperial. (BRASIL, 2009)

⁴⁴ São consideradas ações finalísticas: “(...) vistorias, visitas técnicas e a fiscalização de núcleos históricos tombados e seu entorno, de sítios arqueológicos e de bens culturais móveis e imóveis; (...) análises de processos e aprovação de projetos; emissão de autorizações, notificações e embargos; acompanhamento da execução de intervenções e projetos; (...) elaboração de instruções de tombamento, de inventários, de laudos técnicos e de relatórios; (...) entre outras atividades” (Relatório de Gestão, 2009: 20)

Contudo, define que ações de divulgação, comunicação e promoção são parte do processo da educação patrimonial e ferramentas úteis, mas que não podem ser consideradas ações educativas. Da mesma forma, ações de capacitação podem ser parte de um processo educativo, dependendo de como forem planejadas. Como mencionado anteriormente, ainda há muita confusão sobre isso, mesmo dentro do Iphan.

A Ceduc procura não utilizar expressões como conscientizar e sensibilizar, pois as associa à educação bancária, termo cunhado por Paulo Freire⁴⁵ que se refere um conhecimento externo que é “depositado” no outro, antes ignorante, vazio.

A Ceduc considera um desafio maior atuar no campo da educação formal⁴⁶, pois já possui uma estrutura formada, cheia de vícios e problemas. Encara a escola como mais um ambiente de aprendizagem, outra interface com a sociedade e, assim, utiliza o conceito de ambiente educador (pode ser a escola, a aldeia, o quilombo, a zona rural, a cidade e também a Casa do Patrimônio).

Acredita que no campo da educação não formal, tradicionalmente trabalhado por ONGs, seja mais fácil atuar, pois as iniciativas existentes estariam à frente das políticas governamentais. Mas considera que ambos os caminhos devem ser explorados paralelamente. Aponta que, de modo geral, para as SEs tradicionalmente o público da educação patrimonial é o da educação formal e existe certa resistência quanto à atuação na educação não formal.

A Ceduc e o Iphan

A Ceduc acredita que o papel do Iphan é ser provocador, facilitador, mediador e criador de situações e ambientes de aprendizagem sobre o patrimônio – tanto externas quanto internas. Contudo, internamente ainda não há espaço institucional para essas ações, e o que é feito acontece informalmente, na maioria das vezes, entre técnicos dos departamentos ou entre técnicos da Ceduc e técnicos das SEs. Dificilmente a discussão chega aos Superintendentes e Diretores.

A educação patrimonial não tem sua importância totalmente reconhecida dentro do Iphan, pois ainda é vista por muitos como atividade acessória. Dessa forma, a Ceduc

⁴⁵ Além de Paulo Freire, outros expoentes que servem de referencial para a Ceduc são Vygotsky e Edgar Morin. Morin é um sociólogo e filósofo francês considerado um dos principais pensadores sobre a Teoria da Complexidade, por meio da qual defende a interligação de todos os conhecimentos.

⁴⁶ Por esse motivo, não pretendem criar um programa de educação formal (mesmo porque a receptividade dos professores não é boa pois consideram mais uma atividade a desempenharem), e sim utilizar a estrutura do MEC através de seus programas, como o Mais Educação, por exemplo, que utiliza o conceito de educação integrada (MINISTÉRIO, 2008).

não possui força política necessária e legitimidade para implementar uma Política Nacional de Educação Patrimonial e algumas ações desejadas. A situação também é dificultada pela grande autonomia e falta de integração que existe entre os departamentos no Iphan Central e entre as SEs. Assim, os projetos e ações de educação patrimonial executados nas SEs não são discutidos e aprovados pela Ceduc, na verdade na maioria das vezes não são nem informados ao setor.

Além disso, cada SE atua nas áreas que considera prioritárias e isso depende basicamente da orientação do superintendente⁴⁷. No que se refere à educação patrimonial, algumas se mostram abertas à parceria (por interesse técnico ou meramente político - para conseguir mais recurso e visibilidade), enquanto outras, que já possuem tradição na realização de ações educativas, consideram o trabalho da Ceduc desnecessário ou acreditam que devem orientar a Coordenação por possuírem mais experiência.

Contudo, a Ceduc considera que a descentralização não é prejudicial, mas é necessário instituir novas ferramentas e formas de trabalhar. Deve haver descentralização sem perder de vista a política de Estado.

A Ceduc acredita que o caminho é instituir um Grupo de Trabalho envolvendo diretores e superintendentes (que possuem poder de decisão) e técnicos (responsáveis pela execução das ações) para realizar ações de sensibilização constante. Além disso, é preciso também instituir instrumentos e marcos legais de modo a afirmar a educação patrimonial como política de Estado e vincular obrigatoriamente ações educativas às atividades finalísticas do Iphan.

4.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL – ENUNCIACÕES

Como apontado no Capítulo 1, ao longo da trajetória do Iphan existe uma fala recorrente sobre a importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio cultural.

A seguir são analisadas algumas fontes documentais que abordam a questão.

4.3.1 DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES DO IPHAN ATÉ 2004

⁴⁷ Cargo em comissão, ou seja, posição normalmente de maior rotatividade e que é preenchida não somente com objetivos e critérios técnicos.

A primeira menção à importância da educação patrimonial acontece antes mesmo da fundação do órgão, no anteprojeto⁴⁸ para criação do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional - Span, elaborado por Mário de Andrade (que era Diretor do Departamento de Cultura do estado de São Paulo) a pedido do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema.

É parte da proposta a instituição de quatro museus, sendo um de Artes Aplicadas e Técnica Industrial. Sobre ele, Mário esclarece:

Isso [a proposta do Museu] foi aproveitado para preencher a feia lacuna do sistema educativo nacional, a meu ver, que é a pouca preocupação com a educação pela imagem, o sistema talvez mais percuente de educação. Os livros didáticos são horrorosamente ilustrados; os gráficos, mapas, pinturas nas paredes, das aulas são pobres, pavorosos, melancolicamente pouco incisivos; o teatro não existe no sistema escolar; o cinema está em tres artigos duma lei, sem nenhuma ou quasi sem nenhuma explicação. Aproveitei a ocasião para lembrar a criação dum desses museus técnicos que já estão se espalhando regulamente no mundo verdadeiramente em progresso cultural (...) São museus de caráter essencialmente pedagógico. (ANDRADE, 2002: 278,279)

Observa-se que, apesar do museu poder receber todo o tipo de público, o alvo são as crianças. No restante do anteprojeto não há menção a outras estratégias ou públicos a serem atingidos.

No que se refere ao tombamento, não é prevista participação da população na escolha e decisão do que será protegido. Quanto à publicidade, são previstas várias publicações (livros de tombo, revistas, livros, monografias, catálogos dos museus, cartazes e folhetos e propaganda turística), quase todas, porém, basicamente de caráter técnico.

Mesmo não estando explícita no anteprojeto alguma outra estratégia educativa, Fonseca aponta que:

Mário acreditava que, divulgando as produções artísticas, tanto as eruditas como as populares, criando condições de acesso a essas produções, se estaria contribuindo para despertar a população para o que costumava ficar reservado para o gozo das elites – a fruição estética – Desse modo, se estaria, ao mesmo tempo, democratizando a cultura e despertando na população o sentimento de apego às coisas nossas. (FONSECA, 1997: 102)

⁴⁸ O Anteprojeto é considerado visionário, pois classificava o patrimônio em oito categorias; arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeira, aplicada nacional e aplicada estrangeira; colocando as manifestações culturais populares em pé de igualdade com as eruditas. No âmbito internacional, somente em 1964, na Carta de Veneza, passou-se a considerar digno de proteção também o que não era considerado excepcional e, em 1989, os bens imateriais passam a ser protegidos, segundo os termos da “Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular” (SILVA, 2002: 133). O Iphan, por sua vez, só incorporou as manifestações populares na política de preservação década de 1970 e o patrimônio imaterial nos anos 2000.

Contudo, a proposta, apesar de ter sido implementada em caráter experimental, foi modificada quando Rodrigo Melo Franco de Andrade assumiu a direção e redigiu o Decreto-Lei N° 25/37.

Na década de 1960, Rodrigo aponta a importância da educação em alguns artigos e discursos:

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, inculcir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles ou nosso, será certamente praticável. (MINISTÉRIO, 1987: 64)

Para alcançar esse objetivo, ele indica que os meios de comunicação, as instituições educativas e o Conselho Nacional de Cultura deveriam empreender campanhas permanentes e sistemáticas de informação sobre o valor do patrimônio nacional e que tornariam a legislação em vigor mais eficaz.

No que se refere às iniciativas do próprio órgão que dirige, esclarece que:

O órgão administrativo da União destinado ao trato das questões correspondentes, sobrecarregado de responsabilidades e trabalhos e desprovido de meios financeiros, iniciou com empenho a obra educativa desejada, mediante a publicação de uma revista e uma série de monografias especializadas, ambas as quais já somam perto de 40 volumes, além de outros folhetos e catálogos, a par de exposições e conferências realizadas. O esforço empreendido ficou, porém, muito aquém das necessidades e a opinião do país permanece indiferente, porque ignorante, à causa de seu patrimônio. (MINISTÉRIO, 1987: 73)

Entretanto, as publicações às quais se refere Rodrigo são, em sua maioria, artigos e estudos extremamente técnicos, muito distantes da identificação – e até compreensão – da maioria da população brasileira.

É na década de 1970 que a questão é abordada de forma mais contundente, coerentemente com a orientação de Aloísio Magalhães.

Na época em que a FNpM atuou,

(...) a instituição se concentrou na elaboração de um discurso, amplamente difundido, em que a comunidade era incluída não apenas como objeto ou população-alvo, mas também como sujeito chamado a participar junto com os agentes institucionais. O lema desse discurso era “a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio”. (FONSECA, 1997: 185)

Porém, segundo os relatórios de gestão e atividades⁴⁹ a educação patrimonial não é protagonista, é colocada lado a lado com atividades de difusão e promoção, as quais abarcam também o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade⁵⁰, intercâmbio e formação profissional, publicações e eventos (cursos, seminários, campanhas, exposições).

Apesar disso, nos mesmos materiais é mencionada a necessidade de realização de atividades educativas, como lembrado por Superintendências como Amazonas e Roraima: “*Constatou-se em toda a área da Superintendência a necessidade de ações de educação patrimonial, sobretudo na zona rural, onde se encontram a maior quantidade de material arqueológico e o menor grau de conhecimento por parte dos moradores*” (INSTITUTO, 2005: 35) e Piauí: “*Percebe-se, ainda, a urgência da realização de ações de educação patrimonial junto à população local, em prevenção contra atividades que possam pôr em risco o patrimônio tombado (a exemplo de desmatamentos, saques, queimadas)*” (INSTITUTO, 2005: 71).

Até 2004 foram lançadas poucas publicações pelas SEs, as quais são destinadas a cidades específicas como Porto Seguro-BA (INSTITUTO, 2002), Icó e Sobral-CE (PAIVA, 1999) ou para a abrangência territorial da SE (Goiás, Tocantins e Mato Grosso, por exemplo). Das publicações pesquisadas, observa-se que o público-alvo é formado pela comunidade em geral e mais especificamente por moradores dos sítios históricos tombados.

Em seu trabalho cotidiano nos núcleos históricos tombados, os técnicos da 14ª Coordenação Regional do Iphan tem constatado que um dos principais, se não o maior entrave à preservação do nosso patrimônio cultural, é o desconhecimento - por parte das comunidades em geral - sobre o que é esse patrimônio, porque e como preservá-lo.

Enquanto órgão federal responsável pela preservação, entendemos que o esclarecimento destas questões é a grande tarefa que nos cabe cumprir, em caráter prioritário. (VARQUES & VALIO, 1994: apresentação)

Os livros, voltados para o patrimônio material, trazem informações sobre o que é patrimônio, o que é tombamento, porque se deve preservar, a quem cabe a preservação, direitos e deveres do proprietário de bem tombado, como proceder para realizar intervenções no imóvel e legislação referente à preservação. Apesar de uma relativa uniformidade na abordagem, o conteúdo é mais ou menos aprofundado. Contudo, a edição deste tipo de material possui um alcance reduzido quando não atrelado a outras

⁴⁹ Sistematizado no Anexo 4, a partir de 1998.

⁵⁰ Criado em 1987, é oferecido anualmente a empresas, instituições e pessoas que se destacaram no desenvolvimento de ações de proteção, preservação e divulgação do patrimônio cultural brasileiro. Entre as sete categorias premiadas, uma é a educação patrimonial.

ações educativas⁵¹. O recebimento de uma publicação não garante sua leitura, entendimento e, muito menos, atitudes de preservação por parte dos moradores. Além disso, é necessário estabelecer uma relação de diálogo entre o órgão de preservação e a comunidade.

4.3.1.1 GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O *Guia Básico de Educação Patrimonial* foi a primeira publicação institucional do Iphan sobre educação patrimonial. É utilizada como referência em várias atividades pelo país, até os dias de hoje.

O *Guia*, lançado em 1999, é uma iniciativa do Museu Imperial e do Departamento de Promoção do Iphan. A proposta é fornecer “*um roteiro de orientação para os debates e estudos do assunto e, principalmente, para a abertura de novas trilhas de exploração e descoberta dos significados que se escondem atrás da expressão Patrimônio Cultural Brasileiro*” (HORTA et al, 1999: apresentação).

A ideia apresentada é a de que o objeto real⁵² é a mais importante fonte de informação sobre si mesmo na medida em que atravessa o passado até chegar ao presente, devendo, portanto, ser o centro das atividades educativas. Através da análise dessa trajetória é possível descobrir o contexto em que ele foi produzido, o significado que carrega(ou) e as relações sociais que provoca(ou). Nesse sentido, a educação patrimonial teria a função de provocar essa descoberta e sistematizar as informações sobre o objeto.

Para colocar a proposta em prática, é apresentada uma metodologia detalhada, baseada em quatro passos: observação, registro, exploração e apropriação. O objetivo de cada fase é colocado a seguir, conforme quadro reproduzido do *Guia*:

Etapas	Recursos / atividades	Objetivos
1. Observação	Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação experimental, mediação, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive, etc.	. Identificação do objeto, da sua função e seu significado; Desenvolvimento da percepção visual e simbólica
2. Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas	Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica;

⁵¹ Com base nas pesquisas realizadas, isso não aconteceu no Iphan.

⁵² Entendendo o objeto real como um objeto propriamente dito (como um utensílio doméstico ou uma ferramenta de trabalho, por exemplo), mas que pode ser estendido a um monumento, um centro histórico, um sítio arqueológico, etc.

	baixas.	Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3.Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4. Apropriação	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo.	Envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural

FIG 1. Quadro de metodologia da Educação Patrimonial

Fonte: HORTA et al, 1999: 11

São apresentados exemplos de como aplicar a metodologia utilizando objetos como xícara e pires, monumento, centro histórico, sítio arqueológico. São também apresentadas sugestões de atividades entre as quais se destacam algumas interessantes: os mapas mentais (nos quais os participantes desenham o mapa de uma região registrando os edifícios lembrados), os jogos de simulação (onde os participantes têm que simular discussões nos municípios sobre o que deve ser preservado ou não e a razão; ou então sobre a aplicação de recursos para restauração e reabilitação urbana e edilícia) e o uso de fotografias antigas (para comparação sobre mudanças no ambiente urbano).

É também abordada a importância de trabalhar a metodologia com enfoque multidisciplinar, ou seja, quais atividades poderiam ser abordadas em cada disciplina escolar, além de como elaborar o material de apoio e como avaliá-las.

Horta destaca que a metodologia pode ser aplicada a qualquer tipo de bem, material ou imaterial, isolado ou em conjunto. O público alvo são professores e alunos e o foco é a educação escolar. Contudo, segundo Evelina Grumberg, uma das autoras, “(...) [A metodologia] *não foi pensada exclusivamente* [para o público escolar], *tanto é que as melhores e mais ricas experiências que temos têm ocorrido fora dos museus, com comunidades em áreas sob o impacto de crises.*” (Reunião Técnica, 2004: 28)

O *Guia* é mais um roteiro de atividades do que um roteiro de discussão sobre educação patrimonial, como se propõe. Contudo, é bem sucedido principalmente por apresentar uma metodologia básica que proporciona liberdade no que se refere às proposições de atividades. Por outro lado, destina-se a um público restrito e não trata de

toda a gama de bens culturais⁵³. Outras críticas feitas são a falta de reflexão teórica e de pressupostos conceituais (Reunião Técnica, 2004).

4.3.2 DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES DO IPHAN APÓS 2004⁵⁴

A partir de 2005 a educação patrimonial deixa de ser citada como parte das ações de promoção e difusão, sendo abordada como uma das ações finalísticas:

Todos esses aspectos [falta de recursos orçamentários, diminuição de pessoal e dificuldade de capacitação do corpo técnico] afetam justamente as suas áreas e atuação e atividades correspondentes, que se constituem no patrimônio intrínseco do próprio Iphan: saber e poder fiscalizar, conservar, inventariar, estudar e pesquisar, além de promover a sensibilização da sociedade e o fomento à realização de ações de educação patrimonial, em suma, promover uma gestão adequada do patrimônio cultural brasileiro. (...) (Relatório de Gestão, 2005: 5)

No relatório de gestão de 2007 a educação patrimonial aparece como atividade em dois programas finalísticos⁵⁵. Um deles é o Programa 0167 – Brasil Patrimônio Cultural, cujo objetivo é reverter a situação de degradação do patrimônio cultural.

Isto requer esforços visando aprimorar o processo de fiscalização sobre esses bens, como ainda sensibilizar e comprometer a sociedade para, em conjunto com o estado, possibilitar a permanência desse patrimônio que passa a ser visto não mais como um problema, mas como uma solução alternativa para o desenvolvimento local e regional.. (Relatório de Gestão, 2007: 26)

O Ministério da Cultura, no *Material informativo: as políticas culturais do Ministério da Cultura de 2003 a 2010* cita a educação patrimonial como o ponto chave da preservação do patrimônio cultural. Essa grande importância – que não difere dos documentos da década de 1960 – traz, porém, uma abordagem mais ampla, considerando vários públicos e abordagens, como visto a seguir:

Entendendo que um dos grandes desafios da preservação do patrimônio é conscientizar a nação sobre sua importância, o MinC considera a educação a matriz de todas as ações nessa área. Por isso, o Iphan apóia a educação patrimonial como processo permanente e sistemático de trabalho educativo. Tais trabalhos abrangem tanto o ambiente formal como o informal de ensino

⁵³ É importante, porém, lembrar, que a institucionalização da proteção dos bens imateriais, por exemplo, só aconteceu em 2001.

⁵⁴ Devido à limitação de páginas de uma monografia, optou-se por focar a análise nos documentos e publicações explicitamente sobre educação patrimonial. É importante mencionar, porém, que o IPHAN possui publicações, como a *Cartilha de Fiscalização – Orientações para usuários de bens tombados* (2009), elaborada pelo Depam sem a participação da Ceduc, que deveria possuir uma grande interface com a educação patrimonial.

⁵⁵ O Programa 0171 – Museu, Memória e Cidadania não será abordado pela opção de não analisar neste trabalho as ações em museus.

e se voltam a todas as faixas etárias. Incluem a capacitação e formação, produção de materiais para o ensino e desenvolvimento de campanhas e eventos, entre outras ações. (MINISTÉRIO, 2010: 54)

Em 2007 foi editado o *Manual de atividades práticas de educação patrimonial* (GRUMBERG, 2007), a única publicação que aborda a educação patrimonial do ponto de vista conceitual e metodológico desde o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, publicado oito anos antes. O livro, além de ter sido escrito por uma das autoras do *Guia*, segue a mesma direção, tendo inclusive muitos exemplos de atividades repetidos. Esses fatos apontam para uma não evolução teórica sobre o tema na produção editorial do Iphan.

No caso das SEs, observa-se um significativo incremento no número de publicações – portanto voltadas para cidades ou regiões específicas, principalmente no ano de 2007⁵⁶. Entre as publicações analisadas, verifica-se que algumas seguem a mesma linha das anteriores a 2004, qual seja: as dedicadas a moradores dos sítios protegidos, visando principalmente orientá-los na execução de intervenções nos bens tombados. Neste grupo, há publicações extremamente completas, como Alcântara-MA (BARRETO JR, 2009), mas também de abordagem genérica e superficial, como Curitiba-PR (INSTITUTO, 2007).

No que se refere à educação formal, em 2010 a SE do Maranhão publicou quatro livros sobre Alcântara – *Patrimônio contado: Alcântara, cultura e educação* destinados a alunos o Ensino Fundamental II (5ª a 8ª série) e dois livros de orientação para professores (INSTITUTO, 2010). Os livros são resultado do projeto Educação Patrimonial nas salas de aula de Alcântara, desenvolvido desde 2007. Entremeados a uma história fictícia, são trabalhados em quadro explicativo conceitos e termos como cultura, identidade, patrimônio cultural, Iphan, arqueologia, patrimônio e meio ambiente, entre outros. No final de cada capítulo há exercícios de interpretação de texto, construção de glossário pelos alunos e questões referentes ao quadro explicativo, além de atividades práticas. Nos livros do professor há sugestão de divisão dos quadros explicativos e atividades por disciplina e sugestão de abordagens e respostas básicas que

⁵⁶ Não foi possível avaliar se esse aumento se deve somente ao maior espaço dedicado à educação patrimonial ou ao aumento de recursos para a área.

são esperadas dos alunos. Foi realizada capacitação de professores para utilização do material⁵⁷.

Essa é a primeira iniciativa de realização de atividade de longo prazo – que se desenvolve ao longo dos quatro anos do segundo ciclo do Ensino Fundamental. Contudo, quando os livros começarem a ser utilizados é necessário avaliar a adequação do ritmo das atividades, de modo a verificar se o interesse dos alunos se mantém no decorrer dos quatro anos⁵⁸.

Foram também editados livros que enfocam o patrimônio imaterial, como em Cachoeira-BA (INSTITUTO, 2007) o qual, juntamente com outros, destinam-se à orientação de professores. Nesse caso as abordagens também são distintas: desde a publicação citada, que traz exemplos de patrimônio material e imaterial selecionados pela população, vinculados à sugestão de atividades (visitas, pesquisas, entrevistas, questões para discussão), até um livro composto por resenhas de obras literárias infanto-juvenis conhecidas que trazem termos e conceitos afins ao patrimônio (REZENDE, 2007). Em outro sentido, uma cartilha traz algumas sugestões de brincadeiras, atividades e questões para discussão desvinculadas do propósito da educação patrimonial, além de apresentar somente bens consagrados como exemplos de patrimônio material e trazer exemplos limitados de patrimônio imaterial, representando um abordagem ultrapassada (Aracaju-SE - FONTES, 2009).

Isso mostra que, apesar de haver um setor dedicado à educação patrimonial no Iphan Central desde 2004, a falta de conhecimento e orientação sobre as atividades desenvolvidas pelas SEs faz com que sejam produzidos materiais qualitativamente muito díspares e algumas vezes que não seguem as diretrizes nacionais.

⁵⁷ A publicação foi acompanhada pela capacitação de professores: “A equipe composta de dez professores doutores e mestres da UFMA, das áreas de educação, biblioteconomia, letras, artes, sociologia e antropologia, junto com os técnicos do Iphan e da Secretaria Municipal de Educação, realizou no segundo semestre de 2010 curso de capacitação com duração de 180 horas para noventa professores das disciplinas de português, história e geografia e técnicos da rede municipal de ensino que desenvolvem atividades pedagógicas de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental II, responsáveis por cerca de 430 alunos, distribuídos por 22 escolas no município” [<http://educacaopatrimonial.wordpress.com/2010/12/16/iphan-ma-certifica-90-professores-em-programa-para-educacao-patrimonial/>].

⁵⁸ Está previsto o início da utilização dos livros em 2011 em 22 escolas, bem como o monitoramento e avaliação do Programa até 2014. “O sucesso do Programa reside nessa estratégia de acompanhamento, absolutamente necessária para que os resultados possam ser avaliados, discutidos e reorientados. A cada ano está previsto o reforço na capacitação dos professores, visando à introdução dos outros livros, até que se feche o ciclo” [<http://educacaopatrimonial.wordpress.com/2010/12/16/iphan-ma-certifica-90-professores-em-programa-para-educacao-patrimonial/>].

4.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - AÇÕES⁵⁹

Apesar das várias enunciações sobre a importância de se realizar ações educativas, ao longo de quase toda a trajetória do Iphan, a instituição

(...) limitava-se ao estrito cumprimento do que considerava de sua competência – a proteção de bens e a produção e divulgação do saber necessário ao exercício dessa função, através dos procedimentos usuais no meio científico: publicações, conferências, cursos, etc. Deixava para outros a tarefa de “educação das massas”. (FONSECA, 1997: 124)

Até a década de 1970, acentua-se a especialização técnica no Iphan, mas somente no que tange à preservação do patrimônio cultural. Apesar de todas as enunciações sobre a educação patrimonial, a mobilização do governo e da sociedade para a preservação do patrimônio cultural não foi realizada pelo órgão. Porém, isso começou a mudar no final da década.

Para aqueles novos agentes institucionais, no final dos anos 70 e início dos 80, as ações da política cultural do governo federal deviam se voltar prioritariamente não só para o atendimento das necessidades culturais, como também levar em consideração as necessidades econômicas e políticas dos grupos sociais até então excluídos – simbólica e materialmente – dos benefícios dessa política. Mais que isso: era preciso que essas comunidades passassem a participar do processo de construção e gerenciamento da produção cultural brasileira, inclusive do patrimônio cultural. É pela via da participação social – e não mais pela seleção rigorosa de bens de valor excepcional – que se vai buscar legitimar a política de preservação dos anos 80. (FONSECA, 1997: 158)

Apesar de terem sido realizadas atividades nesse sentido, nas décadas de 1980 e 1990 não houve uma atuação sistemática, apenas ações pontuais realizadas por SEs de acordo com seu interesse e possibilidade financeira.

No que se refere à integração de ações educativas às ações finalísticas do Iphan, somente nos últimos anos aconteceram atividades relacionadas a alguns tombamentos e normatizações de centros históricos (Iguape-SP, Areia-PB e Ouro Preto-MG), porém com exceção de Iguape que possui uma experiência pioneira de participação social, os demais ficaram restritos a audiências públicas. Quanto ao patrimônio imaterial, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial⁶⁰, por exemplo, possui como linhas de ação:

⁵⁹ Devido à limitação de páginas de uma monografia, optou-se por focar a análise das ações explicitamente sobre educação patrimonial. É importante mencionar, porém, que o IPHAN desenvolve atividades, como as audiências públicas para discussão e apresentação das Normas de Preservação, realizadas pelo Depam sem a participação da Ceduc, que deveriam possuir uma grande interface com a educação patrimonial.

⁶⁰ Instituído pelo Decreto nº 3.551/2000, tem como objetivo fomentar, por meio de parcerias, projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção do patrimônio imaterial (BRASIL, 2000).

pesquisa documentação e informação; sustentabilidade; promoção e capacitação, ou seja, nenhum espaço definido para as ações educativas.

Nos últimos anos a preocupação com o envolvimento social continuou presente, porém foi efetivada em um número maior de ações educativas.

A tônica da difusão e valorização do patrimônio nacional ensejou a realização de ações educativas que trouxeram em sua essência a recuperação e a valorização da auto-estima das populações que habitam os centros históricos. O reconhecimento dos valores culturais representativos da identidade nacional dos diferentes grupos sociais, objeto dos programas institucionais, traz como consequência o real envolvimento do cidadão com a preservação do seu patrimônio. (Relatório de Gestão, 2005: 5)

No último relatório de gestão divulgado – 2009 – é colocada como meta a ampliação do acesso às políticas de patrimônio pela sociedade. Nesse sentido, é apontado que a educação patrimonial ganhou certo destaque pelo fato de ser um importante ponto de comunicação entre o Iphan e a sociedade, de forma a legitimar suas ações (Relatório de Gestão, 2009: 23).

4.1.1 AÇÕES ATÉ 2004

Em 1982 foi lançado o *Projeto Interação*, desenvolvido no âmbito do III Plano Setorial para a Educação, Cultura e Desporto (1980-85) da Secretaria de Cultura do MEC⁶¹. “*O Interação tinha como objetivo fortalecer a identidade cultural nacional, por meio do estreitamento da relação escola-comunidade*” (SANTOS, 2007: 154).

Para isso, a proposta era trazer a realidade social e cultural da comunidade para a sala de aula, visando o fortalecimento da cidadania e o desenvolvimento da comunidade a partir da cultura: “*A escola, ao reconhecer as atividades sociais que permeiam a comunidade em que está inserida, e ao levar essas atividades para a sala de aula, legitima tais atividades por meio de sua valorização*” (SANTOS, 2007: 162). Identifica-se muito das propostas de Paulo Freire nas premissas do projeto, apesar de não de forma explícita.

O primeiro programa institucionalizado e estruturado no âmbito nacional nesta área, envolvendo escolas, cultura popular e patrimônio, foi o Projeto interação. Como seu próprio nome indica, pretendia a ‘interação entre a educação e os contextos culturais populares’. As práticas desta breve experiência envolveram moradores de bairros populares e comunidades indígenas em diferentes pontos do Brasil, num conjunto significativo de

⁶¹ Formado por um grupo que tinha representantes da FnPM, Fundação Nacional de Artes, Instituto Nacional do Livro, Instituto Nacional de Artes Cênicas e Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do MEC Até 1984 foram implementados 95 projetos em diversos estados brasileiros (CUSTÓDIO, In: BARRETO, 2010: 26).

experiências que até hoje são consideradas como referência. (CUSTÓDIO, In: BARRETO, 2008: 24)

Porém, o Interação era um projeto que visava a valorização da cultura local e sua inserção no cotidiano escolar, assim, não é possível identificar a preservação do patrimônio cultural como objetivo direto. Contudo, este pode ter sido um efeito do trabalho realizado nas comunidades.

Em 1983 foi realizado o 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, sob coordenação da museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta (HORTA, In: BARRETO, 2008). O evento, realizado no Museu Imperial, marcou a introdução do termo Educação Patrimonial no Iphan e no Brasil e a partir desta ocasião desenvolveu-se a metodologia descrita no *Guia Básico de Educação Patrimonial*.

Observa-se que a utilização do material como metodologia nas ações de educação patrimonial não aconteceu de forma abrangente e significativa dentro do Iphan. O movimento, ao contrário, foi externo, na medida em que a instituição promoveu uma campanha Nacional de Educação Patrimonial, que disseminou o *Guia* nos estados e municípios com o objetivo de atingir um público maior por meio da formação de multiplicadores:

Outra ação desenvolvida refere-se à Campanha Nacional de Educação Patrimonial, com a distribuição de cinco mil exemplares do Guia Básico de Educação Patrimonial e realização de eventos para discussão da implantação da metodologia, envolvendo parceiros estaduais e municipais nos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Goiás e no Distrito Federal. Nesse sentido, foi também iniciada parceria com a Fundação Bradesco, para desenvolver o método em duas 40 escolas de primeiro e segundo graus, distribuídas em todo o país. (INSTITUTO, 2001: 17)

Ainda nesse sentido durante alguns anos – inclusive após 2004,

O Iphan ministrou numerosas oficinas de educação patrimonial, acompanhando obras e demais ações institucionais consciente de não haver preservação sem a participação e mesmo cumplicidade das comunidades locais. Equipes pedagógicas foram criadas, com informações gerais e específicas para cada sítio, urbano ou não, e para diferentes grupos étnicos e comunidades, respeitando suas especificidades culturais e explicitado o valor simbólico dos bens culturais existentes no contexto em que vivem e atuam. A educação patrimonial representa um importante instrumento da política global do Iphan, levado a bom termo com a parceria de instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais e sociedade civil. (INSTITUTO, 2005: 29-30)

É sabido que existe uma deficiência significativa na formação de professores, notadamente de escolas públicas. A transmissão de uma metodologia ou material

didático não garante o seu uso adequado com os alunos, pois é necessária a capacitação docente. Contudo, de modo geral, as ações de capacitação para este público são oficinas com a duração de poucos dias que, para alcançarem resultados efetivos em sala de aula, necessitam mais do que o ensino de uma metodologia, mas sim uma mudança de mentalidade.

No que se refere à inserção da participação social nas atividades do Iphan, Vera Bosi destaca o Projeto Piloto de Olinda do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos⁶², realizado entre 1981 e 1986 na FNpM (BOSI, 1987). A proposta foi executar obras de melhorias habitacionais com participação da população por meio da criação de um ambiente de trabalho coletivo, com intercâmbio de conhecimentos técnicos e populares. Porém, como consequência, a execução das obras demandou mais tempo e as propostas do governo federal foram revistas para se conciliar com o interesse da população. A despeito desses efeitos e do hiato entre planejamento e execução que causou muitos transtornos, Bosi acredita que o resultado foi considerado positivo:

A partir da organização e distribuição do trabalho técnico, segundo as competências institucionais e a inclusão das comunidades nos encargos da preservação do patrimônio cultural, certamente será facilitada a tarefa de fiscalização e proteção dos bens culturais, exercitada pela SPHAN com resultados desgastantes e nem sempre bem sucedidos. Na medida em que a sociedade seja incorporada ao processo, recebendo orientação e sendo sensibilizada para as questões técnicas e normativas, poderá exercer a supervisão com maior naturalidade e perseverança. (BOSI, 1987: 144)

Essa não foi uma ação deliberada de educação patrimonial, mas teria grande potencial para atingir esse objetivo. Apesar dos bons efeitos e perspectivas, de modo geral, não houve continuidade na adoção de processos participativos e o Iphan continuou efetuando suas ações finalísticas quase sempre desvinculado das comunidades locais.

O que se observa é que as SEs desenvolviam ações educativas pontuais, com diferentes abordagens, para o público prioritariamente escolar, estabelecendo ou não parcerias com entes locais, ou mesmo não executando as ações diretamente⁶³. No que se refere às ações executadas diretamente pelas SRs, seguem alguns exemplos.

⁶² Realizado em parceria entre a FNpM, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e Ministério do Interior, destinava recursos do Banco Nacional da Habitação para a preservação do patrimônio.

⁶³ Isso aconteceu, por exemplo, com a contratação de empresas para a execução de obras de restauração, pois em alguns casos essas também desenvolviam ações educativas – limitadas quase sempre a palestras, cartilhas, visitas guiadas ou tapumes informativos.

Ouro Preto iniciou o Projeto Museu Escola em 1993, numa parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e o Iphan (Escritório Técnico e Museu da Inconfidência). Tratava-se de atividades para 60 alunos da rede municipal escolhidos de diversas formas (os melhores, os piores, os interessados...) que participavam de oficinas de arte-educação ligadas à história e memória locais, englobando a confecção de maquetes, uso de sucata, contação de histórias e a difusão de conceitos em sala de aula. Paralelamente havia oficinas para professores seguindo a mesma abordagem.

Também na década de 1990 a SE do Maranhão promoveu ações em São Luís e Alcântara. Alunos e professores eram recebidos na sede do Iphan para visitarem uma exposição, ouvirem uma palestra e fazerem uma visita guiada ao Centro Histórico. Segundo a atual Superintendente, a demanda das escolas locais era enorme e os técnicos do Iphan não conseguiam atendê-la. *“Com os atendidos funcionou, porque foi o primeiro contato, eles se sentiram surpreendidos e dali em diante eles quiseram mais. Então funcionou nesse sentido. Não funcionou porque ficaram completamente aturdidos com a quantidade absurda de informações [referindo-se ao despreparo de alunos e professores]”* (Reunião Técnica, 2004: 135). Posteriormente foi realizada parceria com a Secretaria Estadual de Educação (INSTITUTO, 1999), porém, da parte da SE o projeto foi vetado em uma ocasião, pois o Superintendente na época não quis apoiar a ação por acreditar que a educação patrimonial não era prioridade (Reunião Técnica, 2004).

Ainda no âmbito das SEs, o projeto mais longo de educação patrimonial é o *Conhecer para Preservar, preservar para conhecer*, empreendido pela Superintendência de Goiás⁶⁴ (que anteriormente abarcava também Mato Grosso e Tocantins) desde 1985⁶⁵. *“O objetivo do projeto era promover a compreensão dos*

⁶⁴ No relatório de atividades de 2003/2004 (INSTITUTO, 2005) a 1ª SR – Amazonas, Roraima se refere à elaboração por parte da equipe pedagógica da cartilha *Conhecer para preservar- Preservar para conhecer*. Contudo, não há informações se foram realizadas outras atividades do projeto além da publicação.

⁶⁵ Em 2002 o Governo do Estado de Goiás, que já era parceiro, assumiu o projeto, que passou a se chamar *Viva e Reviva Goiás*. Em 2004, 19 municípios participavam, porém a estrutura sofreu modificações: *“(...) é um projeto muito mais abrangente do que o nosso porque ele não pega as crianças da 3ª e 4ª série do ensino fundamental, ele pega todo o ensino, até a Universidade Estadual de Goiás. Existe um projeto básico e cada escola monta o seu subprojeto de acordo com o bairro onde está inserido, o professor prepara, junto com aquela comunidade o que eles querem discutir, o que vão fazer, como é que vão tratar a questão. E o Iphan tem apoiado de diversas maneiras com palestrantes, muitas vezes buscando o material que falta na escola. Para nos tornou-se muito mais viável, podemos ajudar todo ano e, por outro lado, todos participam”* (Reunião Técnica, 2004: 158)

valores que envolvem os bens patrimoniais junto à comunidade, para que esta seja uma parceira na luta pela preservação do patrimônio cultural” (SANTOS, 2007: 153).

Foi implementado primeiramente na Cidade de Goiás, tendo se estendido para outros núcleos tombados ao longo dos anos e sendo revisto e redimensionado anualmente. O projeto foi executado nas escolas, integrado à educação formal na disciplina de Estudos Sociais. As atividades, de modo geral, compreendiam a apresentação da proposta nas escolas, bem como de conceitos como patrimônio cultural e tombamento; caminhadas orientadas (palestra e caminhada pelo centro histórico); visitas dirigidas em algum bem tombado e atividades de fixação (produções artísticas – esculturas, desenhos - e elaboração de textos). No final era produzida exposição com um trabalho de cada aluno e registro fotográfico das atividades, além de um evento festivo de encerramento.

Apesar de, segundo a avaliação dos participantes, o projeto ser bem sucedido no que se propunha, observa-se que os organizadores precisavam se valer de artifícios para estimular a participação. Segundo Leonel, Vasques e Ferreira (1995) no final de um dos eventos foram distribuídas 28 cadernetas de poupança para as crianças participantes.

As atividades desenvolvidas no *Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer* estão presentes de forma isolada ou integrada na maioria das ações educativas voltadas para o público escolar. Apesar de ser um projeto que existe desde 1985, trata-se de uma ação realizada somente uma vez com cada aluno, não configurando uma atividade sistemática com os alunos já contemplados, o que possibilitaria o aprofundamento das discussões e a geração de efeitos mais significativos.

4.4.2 AÇÕES APÓS 2004⁶⁶

A partir do ano de 2000, o Departamento de Articulação e Fomento - DAF começou a estruturar e consolidar a educação patrimonial na instituição. Após a criação da Ceduc, em 2004⁶⁷, observa-se um esforço contínuo nesse sentido, principalmente no que se refere à construção coletiva de uma proposta nacional de educação patrimonial.

⁶⁶ Este item não contempla as ações referentes às Casas do Patrimônio, que serão descritas e analisadas no capítulo 5

⁶⁷ Em 2004 a Ceduc era a chamada de Gerência de Educação e Projetos, mas aqui será utilizada a denominação Ceduc independente do ano de referência.

Contudo, neste período, as SEs continuaram realizando atividades por iniciativa própria, sendo a maioria referida como palestras e oficinas para alunos e professores. Observa-se, porém, também a realização de ações para diferentes tipos de público e para diferentes categorias de patrimônio.

Constatando-se essa atuação paralela, optou-se por analisar as ações separadamente nos subitens a seguir.

4.4.2.1 AÇÕES PROMOVIDAS PELAS SEs⁶⁸

Em 2004, a SE do Maranhão, após a conclusão das obras de restauração na Capela de São José das Laranjeiras em São Luís, realizou parceria com o Sebrae para editar um manual para a comunidade sobre a conservação da Capela. Foi realizada também uma oficina de dois dias para capacitação da manutenção preventiva. *“E deu muito certo, realmente a comunidade se apropria do monumento com aquela sensação de pertencimento. A partir disso, resolvemos que, ao final de todas as nossas obras, haveria esse trabalho de educação patrimonial⁶⁹”* (Reunião, 2004: 123)

Ainda em 2004, a SE do Maranhão iniciou o *Projeto Viver o Desterro*, atividade do Plano de Preservação do Centro Histórico de São Luís implantado nos bairros do Desterro e Portinho⁷⁰, realizada em parceria com a ONG Comunica, associações dos bairros, Sebrae, Prefeitura Municipal, Universidade Federal do Maranhão e mineradora Vale. Trata-se de um projeto voltado para toda a comunidade, com duração de quatro meses e que integrou ações de sensibilização (oficinas de desenho, fotografia e artes), documentação (resgate da história do bairro por meio de memória oral) geração de emprego e renda (formação de mão de obra para restauração e hotelaria), reabilitação urbana (recuperação de edifícios), reuniões, exposição e visitas a edificações tombadas. Este foi um projeto considerado extremamente bem sucedido justamente pela integração de ações que beneficiaram toda a comunidade⁷¹. Um dos seus produtos foi a cartilha

⁶⁸ Nos relatório de atividades e gestão a partir de 2003-2004 são relatadas muitas atividades, porém foram selecionadas algumas para análise neste trabalho.

⁶⁹ Pela pesquisa realizada, não foi comprovado se isso foi levado a termos. Segundo depoimentos, a SE de Goiás também promove ações educativas vinculadas às obras que realiza.

⁷⁰ Trata-se de uma região com tombamento municipal, estadual, federal e pela Unesco, extremamente pobre, com muitos problemas de degradação edilícia e de ocupação irregular. Os moradores não valorizavam o local, ao contrário, sentiam vergonha e queriam demolir as casas.

⁷¹ É mencionada em alguns relatórios de gestão posteriores a 2004 a continuidade do Projeto, contudo não houve acesso a tais informações.

Desterro, meu bairro, meu patrimônio na qual é passada uma importante mensagem para o leitor:

Quando pensamos na memória do nosso bairro, da nossa cidade ou ate mesmo do nosso país, não estamos tratando de eventos marcantes apenas para você mas sim de momentos que são importantes para um grupo de pessoas. Por exemplo, o centro histórico de São Luis diz respeito a você morador, a sua família, a seus amigos, seus antepassados, as futuras gerações e a muitas outras pessoas que estão muito distantes de você, ou seja, ele pertence a toda a humanidade! Por isso ele é patrimônio cultural da humanidade. (INSTITUTO, 2007)

Em 2005 a SE do Amazonas e Roraima iniciou em Manaus a criação do Laboratório de Educação Patrimonial *Construindo Identidades*⁷², o qual visava

(...) a valorização do patrimônio cultural, procurando preencher uma lacuna existente na formação escolar devido à ausência de ação efetiva no campo da preservação, de modo a preparar futuros cidadãos para o exercício pleno da cidadania no âmbito cultural. Iniciou-se então, com a criação de suporte didático coisas como cadernos informativos, mala pedagógica, maquetes, mapas brinquedos didáticos, além de uma ilha de edição. Tudo isso será utilizado no ensino fundamental, com foco no centro histórico de Manaus. (INSTITUTO, 2005: 126)

Ainda no âmbito da educação formal, em 2005 o Escritório Técnico de Laguna–SC possuía uma professora que desenvolvia projetos em parceria com as redes municipal e estadual de ensino, além de realizar visitas guiadas ao centro histórico da cidade, com alunos do ensino fundamental, médio e superior (Relatório de Gestão, 2005).

No que se refere ao patrimônio imaterial, a SE de Alagoas realizou uma oficina com o objetivo de transmitir para a comunidade o modo de fazer do bico da singeleza, um tipo de renda artesanal característico da cidade de Marechal Deodoro, cuja técnica encontrava em risco de extinção. O resgate da atividade, além de preservar importante patrimônio local, representa possibilidade de atividade comercial para a cidade (Relatório de Gestão, 2005). Em 2005, a mesma SE promoveu palestras e entrevistas na Câmara de Vereadores, escolas, e rádios locais para esclarecer sobre as responsabilidades que envolvem o tombamento federal.

⁷² São citadas algumas atividades realizadas como parte do projeto, contudo, não foi possível averiguar se o Laboratório foi de fato implementado. Por não ter sido mencionado nos relatórios posteriores, há grandes chances do projeto não ter sido levado a termo.

Ainda no que diz respeito ao patrimônio imaterial, a SE de São Paulo realizou o projeto *Bom Retiro: memória urbana e patrimônio cultural*, no âmbito do Inventário Nacional de Referências Culturais⁷³ do Bairro Bom Retiro:

Na perspectiva do necessário envolvimento das comunidades na realização do inventário, a Educação Patrimonial foi pensada como um instrumento para a criação e o fortalecimento de vínculos entre a pesquisa e a população – no caso, os educadores, os alunos e suas respectivas famílias –, de modo a garantir mais um canal de participação social neste processo. A estratégia de ação para a Educação Patrimonial no Bom Retiro contou com diferentes atividades, como a organização de um concurso de pesquisas escolares sobre o bairro, a participação discente em oficinas com os educadores, a produção de material de apoio, a exposição e a publicação destes trabalhos em CD-ROM e, por fim, a elaboração desta coletânea de textos, ora publicados. (...) Pretende-se, assim, contribuir para uma reflexão sobre o bairro e a cidade, por meio da apresentação de uma série de textos que abordam, pela via do patrimônio cultural e da memória urbana, diversas questões que podem ser exploradas e debatidas em sala de aula. (SCIFONI, 2007: 1-2)

Por fim, destaca-se que a SE do Piauí promoveu em 2006 o I Fórum do Patrimônio Cultural em Castelo do Piauí. O evento foi realizado por demanda da sociedade e teve resultados positivos no que se refere à aproximação e cooperação entre Iphan e a comunidade local. Teve como resultado a Carta de Castelo, com a pactuação de diretrizes para a preservação do patrimônio local.

4.4.2.2. AÇÕES PROMOVIDAS PELA CEDUC

A primeira iniciativa da Ceduc de discussão coletiva da educação patrimonial foi a Reunião Técnica de Pirenópolis, realizada em 2004, voltada para representantes das SEs, MinC e consultores da área. De modo geral, foi apontado que a educação patrimonial era um “um campo de trabalho a explorar” e, ao mesmo tempo, uma área estratégica no planejamento das ações de preservação do patrimônio. Indicou-se também a necessidade de formar três grupos permanentes de trabalho: documentação sobre educação patrimonial, levantamento qualitativo das ações de educação patrimonial e organização do Encontro Nacional de Educação Patrimonial em 2005.

Eu queria dizer que nunca, nesses 20 anos, nós participamos de um encontro de EP: este é o primeiro. Não desperdicem este momento histórico. Tudo isso foi feito meio às escuras, tateando: vai dar certo, é por aqui. Estamos tentando achar um caminho. Estamos aqui para trocar experiências, receber, por favor, sugestões, porque também não temos segurança. Estamos

⁷³ Trata-se de um dos projetos do Plano Nacional de Patrimônio Imaterial, que visa identificar referências culturais passíveis de registro como patrimônio imaterial.

apostando, mas os resultados nos dizem que estamos no caminho certo.
[Depoimento de Katia Bogéa, Superintendente do Maranhão] (Reunião Técnica, 2004: 144)

Como um dos resultados da Reunião Técnica de Pirenópolis, em 2005 o Iphan contratou pesquisa quantitativa para sistematizar as ações de educação patrimonial realizadas nas SEs na época. O objetivo foi levantar os

(...) projetos e atividades pontuais e permanentes desenvolvidos nas unidades do IPHAN, projetos não coordenados pelas unidades do IPHAN, relação de projetos/atividades concluídos considerados exemplares, identificação de metodologias usadas e levantamento de instituições e/ou pessoas cuja ação estaria relacionada à área. (Relatório, 2008. Anexo 6, p. 6).

De modo sucinto, a pesquisa comprovou que a grande maioria das unidades do Iphan desenvolve ações educativas⁷⁴. Poucas possuem profissional da área da educação e cerca de metade utiliza algum instrumento metodológico (foram citados o *Guia Básico de Educação Patrimonial*; alguns educadores, como Paulo Freire e Vygotsky; e publicações locais sobre patrimônio e educação). Pouco mais de 1/3 das unidades participantes da pesquisa baseia-se na experiência de outras unidades (notadamente, alguns museus que tradicionalmente promovem ações educativas). Um dado importante é que

(...)15 [unidades] baseiam-se no costume e na prática comum e todos [que responderam aos questionários] declararam criar métodos próprios de acordo com a situação específica: isto pode significar ousadia e criatividade, mas pode revelar também improvisação e ausência de critérios sistematizados garantidos por uma orientação metodológica assumida. (Relatório, 2008. Anexo 6, p.24)

Dos 46 projetos em curso, a pesquisa investigou quatro variáveis⁷⁵: população alvo (46% para grupos especiais, 30% para a comunidade escolar e 24% para a comunidade em geral); tipo de ação (80% de caráter permanente e 20% eventuais); participação da comunidade (54% grande, 42% pequena e 4% sem participação); e parcerias (foram citados: parceria institucional, educacional, privada, religiosa, ONGs e pessoas da comunidade).

⁷⁴ Apesar deste trabalho não incorporar as ações educativas realizadas nos museus, os resultados contêm dados desses locais, pois não se teve acesso a informações somente das Superintendências. “De um total de 27 informantes ligados ao IPHAN/MINC, 18 participaram da reunião técnica realizada em Pirenópolis; das 21 SRs, 15 enviaram os questionários preenchidos e de 12 museus, 10.” (p.23)

⁷⁵ Não se teve acesso ao detalhamento das variáveis para identificar o que foi considerada como grande participação da comunidade ou grupo especial, por exemplo. Pelo fato de nem todas as perguntas terem sido respondidas, o número de projetos avaliados em cada critério variou. Aqui, para efeito de análise, foram utilizados os totais efetivamente respondidos.

Em 2005 foi realizado o 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial em São Cristóvão-SE com o objetivo de discutir e propor parâmetros nacionais para ações de educação patrimonial do Iphan nas escolas, museus e sociedade. No relatório final, foram listados 13 pontos em comum discutidos neste evento e na Reunião Técnica de Pirenópolis, em 2004.

Dentre os pontos, destacamos o primeiro como a orientação que passou a ser dada à atuação do Iphan Central no que se refere à educação patrimonial: *“universalização sistematizada de critérios gerais, assim como o apoio técnico a ações pontuais e/ou projetos especiais que atendam a questões localizadas territorialmente”* (Relatório, 2008: 6). Essa proposição vem ao encontro de outra, que indica a *“identificação de uma demanda social de orientação e normatização por parte do IPHAN nas ações de Educação Patrimonial”* (Relatório, 2008: 6).

Há quatro propostas de atuação no âmbito escolar: intercâmbio com o MEC para discussão do tema; discussão sobre a inserção da educação patrimonial nas escolas; capacitação de professores do ensino fundamental e proposição de programas à distância na TV Escola. Outra linha forte é a construção de uma rede de intercâmbio que abarcaria a troca de informações sobre educação patrimonial entre as unidades do Iphan; o levantamento de atores que desenvolvem ações de educação patrimonial; a criação de espaço de discussão no portal do Iphan; o incentivo à educação patrimonial nos estados e municípios; e a disponibilização de informações para o público juntamente com outros parceiros. O último ponto levantado é de grande importância: a criação de um *“(…) grupo de trabalho no IPHAN para identificar e sugerir critérios de avaliação das ações de Educação Patrimonial”* (Relatório, 2008: 7).

No campo da capacitação de professores do ensino fundamental da rede pública, foram ministrados três cursos de extensão de Educação e Patrimônio Cultural, em Niterói por meio de Convênio realizado entre o Iphan-Ceduc e o Laboep-UFF. No relatório do curso de 2007 é apontada a falta de experiência do próprio Iphan:

É interessante notar que, apesar de contar com vários profissionais do Iphan, praticamente todo o público que tinha experiências diretamente vinculadas às comunidades advinham das pessoas que não pertencem ao órgão – o que evidencia de certo modo a ausência de experiência prática do Iphan em projetos de educação patrimonial. (Relatório, 2007:19)

Em 2009, seguindo o movimento de novas mídias, a Ceduc criou um perfil na rede social *Twitter* com notícias curtas e *links* sobre várias iniciativas de educação

patrimonial. Criou também um *blog*⁷⁶ que, segundo o *post* inaugural seria o canal de educação patrimonial do Iphan. Trata-se de formas de comunicação gratuitas eficientes para divulgação das ações empreendidas pelo órgão e por seus parceiros.

Em 2010 a Ceduc participou do Fórum Juvenil do Patrimônio Mundial⁷⁷ em parceria com a OSCIP Caminhos da Cultura, vinculada à Federação Brasileira de Albergues da Juventude.

O maior intuito da experiência foi o de conscientizar e educar o público jovem sobre a importância de seu envolvimento na questão do patrimônio e de sua preservação.

Durante a última semana, o grupo pôde conhecer pontos turísticos e manifestações de culturas populares e locais, além de discutir, entre outros temas, a formação étnica e cultural, o crescimento urbano não-planejado e a participação popular na formação da ideia de Patrimônio.

[[http://educacaopatrimonial.wordpress.com/2010/07/26/forum-juvenil-do-patrimonio-mundial-chega-a-brasilia/](http://educacaopatrimonial.wordpress.com/2010/07/26/forum-juvenil-do-patrimonio-mundial-chega-a-brasil/)]

A Ceduc criou o projeto executivo, o conceito do Fórum, elaborou e executou (juntamente com os parceiros da Rede Casas do Patrimônio) as atividades. Essas foram visitas a sítios tombados (Foz do Iguaçu, São Miguel das Missões, Goiás e Brasília); oficinas participativas (como de audiovisual), debates e palestras. Teve como resultados um vídeo exibido durante a 34ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, uma exposição e a “Carta de Brasília”, com as conclusões dos participantes.

CAPÍTULO 5. CASAS DO PATRIMÔNIO⁷⁸

A proposta das Casas do Patrimônio é decorrente das definições e metas pactuadas a partir do Planejamento Estratégico do Iphan realizado em 2007, do qual participaram Departamentos e Superintendências⁷⁹. Atualmente representam a proposta oficial para realização das ações de educação patrimonial.

⁷⁶ Twitter disponível em: <http://twitter.com/educapatrimonial> e blog disponível em <http://educacaopatrimonial.wordpress.com>.

⁷⁷ Trata-se de um evento que é parte da Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, porém, não é obrigatório. O Iphan sediou o evento em 2010 e a Ceduc foi responsável pelo projeto. Participaram do Fórum 27 representantes selecionados de cada um dos estados brasileiros e mais 18 provenientes dos países convidados de idioma português ou espanhol da América do Sul, África, Ásia e Europa. São eles Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Chile, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Portugal, Espanha, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial e Timor Leste.

⁷⁸ Algumas das informações deste capítulo são advindas de entrevistas realizadas com representantes das Casas participantes da Rede: Chapada do Araripe, Vale do Ribeira, João Pessoa, Ouro Preto, Recife e Região dos Lagos e da Ceduc. A sistematização dessas informações encontra-se no Anexo 5.

⁷⁹ Apesar de ampla participação, a proposta de Casa do Patrimônio não foi recebida com entusiasmo por todo o Iphan Central e Superintendências Estaduais, tanto é que até agora somente 14 (de um total de 27) efetivaram de alguma forma a implementação da proposta.

5.1 CONCEITO

A Casa do Patrimônio tem por objetivo constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando a fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural. (INSTITUTO, 2009)

Segundo a proposta, não há padrão de atividades e ações. Essas devem ser definidas em nível local, em função da estrutura disponível (espaço físico, recursos humanos) e do contexto (características da cidade, interação com outras instituições e agentes).

Não há também obrigatoriedade da Casa ser vinculada institucionalmente ao Iphan ou, caso seja, de haver no município SE ou Escritório Técnico.

Segundo informação da Ceduc, apesar da Coordenação ter desenvolvido o conceito de Casa do Patrimônio, a ideia surgiu no Depam entre 2005 e 2006, conforme noticiado no sítio eletrônico do órgão em 26 de outubro de 2006:

A idéia das Casas do Patrimônio surgiu como proposta do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM, visando estruturar gradativamente as sedes das superintendências regionais e dos escritórios técnicos para funcionar como uma agência cultural local, preparada para atender a estudantes, pesquisadores, visitantes das áreas tombadas e à população em geral.

[<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13423&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>]

Este foi um momento em que se delineava a saída dos museus do Iphan (que desde 2009 são geridos pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram). Como os museus eram a principal interface com a sociedade, o Iphan perderia esse contato.

Segundo a proposta do Depam, a Casa do Patrimônio teria como objetivo difundir informações sobre o Iphan e o patrimônio local, sediar eventos e ser espaço de interlocução e articulação com instituições e com a comunidade do município⁸⁰.

⁸⁰ Em 2008, antes da estruturação da proposta no Encontro de Pirenópolis, as Casas do Patrimônio são citadas em publicação do ministério da Educação intitulada *Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral*. Nesta, as Casas fazem parte de um dos programas do MinC que poderiam ter alguma interface com a proposta do MEC. No texto, o programa é descrito como tendo como objetivo “*Formar educadores como agentes multiplicadores da Educação Patrimonial. Promover ações capazes de levar crianças e adultos a um processo ativo de construção de conhecimento através da valorização e da reinterpretação dos bens culturais comunitários*” (MINISTÉRIO, 2008: 57). Contudo, no item “*interfaces pedagógicas*” é citada a descrição original da proposta, portanto, mais ampla, mais que não tem a educação patrimonial como foco. Segundo a Ceduc, a Coordenação não foi procurada pelo MEC quando da elaboração da publicação.

Observa-se que a diferença fundamental em relação ao que foi implementado é a utilização da educação patrimonial para atingir esses fins.

5.2 PACTUAÇÃO

Com o objetivo de construir coletivamente as diretrizes para as Casas do Patrimônio, em 2008 foi realizada a *Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio*. Para isso, o evento foi estruturado em quatro etapas: apresentação do projeto e de ações educativas desenvolvidas no Iphan; apresentação e discussão de metodologias de educação patrimonial (como a exposta no *Guia Básico de Educação Patrimonial* e outras com abordagens diferentes como o Museu da Pessoa, Anima Mundi e Fundação Casa Grande); discussão sobre desafios e perspectivas no que se refere à captação de recursos (como acessar recursos da Lei Rouanet e do Programa Nacional de Incentivo à Cultura); e construção de diretrizes orientadoras para atuação das Casas do Patrimônio. As diretrizes foram detalhadas e divididas em três grupos: Diretrizes para elaboração e implementação das ações educativas; Gestão e permanência das ações educativas; e Estratégia de ação.

No que se refere especificamente às diretrizes para as ações educativas⁸¹, os participantes definiram:

- *Desenvolver ações educativas com base nos princípios da educação dialógica nos termos de Paulo Freire.*
- *Focar a ação na pessoa, entendendo o envolvimento dos grupos sociais locais como instrumento de auto-afirmação, e que vise não somente à elaboração de propostas mais ajustadas às realidades locais, mas mudanças de comportamento e atitudes em relação ao patrimônio local.*
- *Investir na construção de metodologias ou abordagens que auxiliem o trabalho educativo com públicos/grupos não identificados com os acervos locais, como no caso dos centros históricos que sofrem com processos de esvaziamento e são ocupados por grupos com os quais é difícil estabelecer relações de afetividade.*
- *Desenvolver metodologias específicas de ação educativa para cada área, por exemplo Museus, Arqueologia, Arqueologia de contrato, Sítios tombados, inventários Bens Móveis, INRC, etc.*
- *Utilizar e fortalecer os mecanismos de registro da memória individual e coletiva das comunidades e da própria instituição para nortear ações educativas e difusão de conhecimento*
- *Buscar temas geradores, característicos de determinados lugares, como meio para desenvolvimento de programas educativos. (Relatório, 2008: 13)*

⁸¹ É possível observar, pelo que foi apontado, grande interface com alguns aspectos levantados no item 2.1 como a) As ações educativas devem provocar um maior envolvimento da população; c) Não privilegiar públicos específicos; d) Abordagens diferentes para públicos diferentes; e f) Aprendizagem significativa.

A Fundação Casa Grande (Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe) havia estabelecido contato com a Ceduc em 2007, no início da estruturação da proposta. Assim, alguns parâmetros foram baseados na atuação da Fundação, que ainda é uma referência para a proposta e para as outras Casas.

Apesar de todas as SEs terem sido convidadas para o evento, a Ceduc elaborou um questionário com o intuito de selecionar os participantes que realmente estivessem interessados. Foram feitas perguntas como: descreva as ações educativas desenvolvidas na SE e sua participação na execução; descreva sua experiência teórica/prática em educação; como você acha que deve ser o trabalho educativo em patrimônio para que ele seja realmente significativo e efetivo? Algumas SEs manifestaram o desejo de participar, mas, pelo resultado do questionário, não foram selecionadas; enquanto outras, por não terem respondido ao questionário, não puderam participar do encontro. Dentre as Casas do Patrimônio já estruturadas, somente a Casa do Vale do Ribeira (sediada em Iguape-SP) não participou do evento, pois nesse momento ainda estavam sendo desenvolvidos os estudos para o tombamento.

O fato de ter sido promovida uma discussão ampla e com parceiros interessados para construção da proposta é um indicador de legitimidade e potencial para resultados mais efetivos da proposta. A Ceduc pretende construir os indicadores de monitoramento e avaliação da mesma forma.

Após o encontro de 2008, a SE de Pernambuco montou um Grupo de Trabalho com a participação do superintendente, técnicos (museólogos, historiadores, arquitetos) e outras instituições (Universidade Católica de Pernambuco, Fundação de Arte de Pernambuco) para elaborar a proposta da Casa. Foram cerca de 25 reuniões, sendo que a Ceduc participou de duas. Segundo a Casa do Patrimônio de Recife, a Ceduc não ofereceu subsídios em termos de padrão a ser seguido para implementação das Casas, exceto pelo documento consolidado na reunião de Pirenópolis. Assim, após a conclusão do projeto de montagem, este foi repassado, a pedido, para várias outras SEs (Alagoas, Ceará e Sergipe).

5.3 ESTRUTURAÇÃO

Muitas SEs que aderiram à proposta das Casas de Patrimônio ainda estão se estruturando. Isso faz com que haja Casas do Patrimônio sem sede, mas que realizam atividades; Casas do Patrimônio com sede, mas que ainda não desenvolvem atividades;

e Casas do Patrimônio completas, ou seja, com sede e atividades. Dentre as Casas estruturadas existem ainda as que fazem parte da Rede Casas do Patrimônio e as que ainda não foram integradas⁸².

A Rede Casas do Patrimônio foi a forma escolhida pela Ceduc para integrar as Casas implementadas e fomentar as discussões sobre a educação patrimonial, utilizando, para isso, um modelo democrático e horizontal. A forma de ingresso na Rede tem sido o estabelecimento de contato da Casa com a Ceduc. A Rede funciona basicamente com trocas constantes de e-mail pelos participantes e encontros esporádicos. Na correspondência são relatadas experiências, colocadas dúvidas, esclarecimentos e sugestões, bem como articulações para intercâmbios. Isso se dá tanto no que se refere à estruturação da Política Nacional de Educação Patrimonial como nas atividades cotidianas das Casas do Patrimônio. De acordo com entrevistas realizadas com participantes da Rede, as trocas de experiência são extremamente ricas e estimulantes. Contudo, conforme se verá no item 5.8 - Desafios, os depoimentos apontam como necessária sua institucionalização e aprimoramento das atividades.

Observa-se que as Casas que ainda não ingressaram na Rede ficam um pouco isoladas por não divulgarem as ações que realizam, por não participarem das atividades de intercâmbio com as outras Casas e por não participarem dos eventos da Rede promovidos pela Ceduc. Segundo a Ceduc, a não inserção de algumas Casas do Patrimônio na Rede se deve a vários motivos como: pelo fato de a Ceduc não ter participado de sua concepção e instalação (Alagoas, São Cristóvão-SE); por estarem apenas começando as articulações para a sua implementação (Pará, Acre, Rondônia, Florianópolis), e por algumas estarem ainda estruturando seus imóveis (Olinda e Igarassu). A SE de Goiás, contudo, não se interessou por entrar na Rede, apesar de já ter utilizado a denominação de Casa do Patrimônio.

⁸² Casas do Patrimônio estruturadas e que fazem parte da Rede: Ouro Preto-MG; Recife-PE; João Pessoa-PB; Chapada do Araripe, Nova Olinda-CE; Vale do Ribeira, Iguape-SP; Região dos Lagos-RJ; Laguna-SC

Casas do Patrimônio estruturadas mas que não fazem parte da rede: São Cristóvão-SE; Goiânia e Goiás Velho-GO; São Luís e Alcântara-MA. Casas do Patrimônio sem sede totalmente estruturada, mas realizando atividades: João Pessoa-PB e Região dos Lagos-RJ.

Casas do Patrimônio com sede e sem atividades: Olinda e Igarassu-PE; Jaguarão, Antônio Prado-RS; Maceió, Piranhas, Marechal Deodoro-AL; Belém-PA; Florianópolis-SC.

Casas do Patrimônio em processo de implementação: Olinda e Igarassu-PE; Missões/Guarani, Jaguarão, Antônio Prado-RS; Maceió, Piranhas, Marechal Deodoro-AL; Belém, Óbidos, Belterra, Vigia-PA; São Cristóvão-SE; Florianópolis e Ipumirim-SC; Acre; Rondônia; Natal-RN.

Apesar de algumas Casas terem iniciado suas atividades em 2008, somente em dezembro de 2009 foram inauguradas oficialmente as primeiras (Casas de Recife, Vale do Ribeira, Ouro Preto, João Pessoa e Chapada do Araripe). A Casa do Vale do Ribeira foi a primeira instituída fora de uma SE e a Casa da Chapada do Araripe é a primeira e única até agora que não faz parte do Iphan.

Outro efeito da recente implementação é que algumas Casas como as de João Pessoa, Região dos Lagos e Ouro Preto ainda não são identificadas pela população como Casas do Patrimônio.

5.4 FORMALIZAÇÃO

Até o momento não existe instrumento jurídico que formalize a proposta de Casas do Patrimônio. A ideia é que sejam assinados Termos de Cooperação Técnica-TCT entre as Casas do Patrimônio e a Ceduc (até 2010 somente a do Vale do Ribeira assinou), bem como TCT entre as Casas e instituições parceiras (a de Recife assinou com a Universidade Católica de Pernambuco; as de João Pessoa, Vale do Ribeira e Região dos Lagos assinaram com a Prefeitura Municipal e a de Ouro Preto assinou com a instituição Fábrica do Futuro).

As demais Casas ainda não assinaram o TCT com a Ceduc por motivos diversos, como morosidade no encaminhamento do processo no caso da Casa da Chapada do Araripe e dificuldades de entendimento com a Consultoria Jurídica no caso da Casa de Ouro Preto. Para algumas delas, como as de Ouro Preto e Recife, a formalização traria maior respaldo e facilidades operacionais e para repasse de recursos, tanto com a SE como com parceiros locais. Sem isso, as parcerias são informais, o que torna a proposta juridicamente frágil e sujeita a mudanças no direcionamento político do Iphan Central e/ou da SE. Porém, para a Casa da Região dos Lagos, por exemplo, ainda não foi sentida a necessidade de formalização com a Ceduc, pois não tem dificuldade em realizar as atividades por este motivo.

Segundo a Ceduc, a Carta de Nova Olinda poderia ter sido transformada em Portaria e publicada em 2009, formalizando a proposta, mas isso não aconteceu por inexperiência da equipe e por excesso de cuidado em conduzirem o processo de forma democrática.

Apesar de a Ceduc insistir em não ter uma atuação controladora sobre as Casas do Patrimônio, bem como não instituir a obrigatoriedade de que essas sejam aprovadas

antes do início da operação, entendem que não é possível esperar que as SEs venham a até eles quando quiserem, ou criem Casas completamente apartadas do conceito pactuado. Contudo, já ocorreu, por exemplo, que a Ceduc soubesse sobre a existência de uma Casa do Patrimônio muito tempo após a SE a ter implementado e estar usando as diretrizes e a denominação⁸³. Além disso, existe a demanda de algumas Casas novas por orientação para que exerçam as atividades de acordo com o que foi pactuado⁸⁴.

Com base nesses fatores, a Ceduc acredita ser necessário ter um marco legal conceituando a Casa do Patrimônio e uma instrução normativa indicando como as Casas podem ser parte da Rede. Com isso, considera desnecessário que as novas Casas tenham o seu aval para funcionar⁸⁵.

5.5 RELAÇÃO ENTRE A CEDUC E AS CASAS DO PATRIMÔNIO

Como apontado anteriormente, a proposta da Ceduc é a gestão em rede, o que pressupõe relações horizontais e democráticas. Nesse sentido, para a Ceduc, seu papel é o de fomentar e orientar as Casas, porém, sem controlar sua atuação ou interferir nas decisões locais. Assim, a relação estabelecida é de natureza informal e baseada na troca de experiências.

Todas as Casas enfatizaram a boa relação que possuem com a Ceduc e a disponibilidade dos técnicos em incentivar, auxiliar e orientar as atividades. Apontaram também que uma orientação mais sistemática no nível operacional das ações seria complicada pelo fato das realidades locais serem muito distintas e a Ceduc não acompanhar o cotidiano das Casas. Assim, consideram que o estabelecimento de diretrizes é importante, pois, a partir disso, cada Casa faz as adaptações necessárias ao seu contexto.

É relatado também que as Casas procuram a Ceduc para informar sobre o que realizam e buscar orientação; enquanto a Ceduc os procura para apoiar propostas e inseri-los em ações da Rede e para divulgação das atividades realizadas. No caso da

⁸³ O que é agravado pelo fato de que, enquanto a Ceduc não toma conhecimento sobre a implementação de uma Casa, essa não faz parte da Rede e, conseqüentemente, não participa das atividades realizadas.

⁸⁴ O que vem ao encontro do que foi apontado no 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial (Relatório, 2008: 6), citado na página 48 deste trabalho.

⁸⁵ Apesar dessa fala, um dos pontos do item Aspectos Estruturais da Carta de Nova Olinda é “*Garantir a presença do Iphan na implantação e funcionamento das Casas do Patrimônio*” (INSTITUTO, 2010).

Chapada do Araripe, por exemplo, a procura da Ceduc pela Casa é maior por sua experiência e referência para a Rede.

O estabelecimento de uma relação desse tipo reforça a autonomia local. Contudo, segundo a Casa do Vale do Ribeira é preciso que os trabalhos tenham método, ou pelo menos apontem métodos e, para isso, as Casas precisam de orientação da Ceduc. Nesse sentido, a Casa de Recife contratou recentemente consultoria de empresa especializada em projeto pedagógico para elaboração de metodologia para educação formal (alunos e professores) que depois será oferecida para as outras Casas e à Secretaria de Educação de Pernambuco. Nesse sentido, a Casa de Recife aponta que já existem muitas ações estruturadas e bem sucedidas para serem tomadas como referência. Consequentemente, deveria ser criado um projeto pedagógico unificado para as Casas, pois, se cada uma atuar à sua maneira, não haverá uma política nacional, mas sim uma política local.

5.6 EVENTOS

Em 2009 foi realizado o I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio em Nova Olinda-CE com participação das Casas da Rede⁸⁶, técnicos do Iphan e representantes de instituições parceiras. O objetivo desse evento foi avaliar o primeiro ano de implementação das Casas do Patrimônio, promovendo a troca de experiências e discutindo a proposta, possibilidades, limitações e soluções. Para isso, foram apresentadas ações educativas desenvolvidas e discutidas as suas potencialidades.

O resultado desse evento foi a Carta de Nova Olinda. Apesar de o conteúdo repetir muitos pontos abordados nos encontros anteriores, o documento estrutura a proposta da Casa do Patrimônio. É composto por: conceito, premissas básicas, objetivos, estratégias, formação da Rede, aspectos estruturais, aspectos operacionais e recomendações ao Iphan.

Muitos dos aspectos abordados na Carta ainda não foram implementados, como por exemplo: elaboração de regimento próprio para cada Casa do Patrimônio; criação de banco de ações referenciais em educação patrimonial; criação do sistema de planejamento, monitoramento e avaliação da Rede e das Casas do Patrimônio; e

⁸⁶ A Casa do Samba de Roda do Recôncavo (BA) esteve presente, mas durante 2010 não participou das atividades da Rede, assim, não foi pesquisada para este trabalho. O mesmo se deu com a Casa de Laguna (SC), que foi inserida na Rede quando da elaboração da monografia.

definição de garantias de orçamento e do quadro de pessoal e a responsabilidade dos entes parceiros na sua manutenção. A definição e operacionalização dessas questões é ponto essencial para o desenvolvimento da proposta.

A educação patrimonial voltou a ser abordada institucionalmente no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural em 2009 (INSTITUTO, 2010). O Fórum teve como objetivo discutir os desafios, estratégias e experiências para implementação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural – SNPC. No evento ocorreram duas mesas redondas abordando a educação patrimonial. Nelas foram apresentadas comunicações sobre algumas das Casas do Patrimônio (Vale do Ribeira, Ouro Preto, Chapada do Araripe e Recife) e outras experiências educativas.

Nas discussões empreendidas foram colocados desafios para a formulação da Política Nacional de Educação Patrimonial, entre os quais a articulação entre as diferentes ações educativas implementadas pelos diferentes departamentos do Iphan e a gestão compartilhada das Casas de Patrimônio. Foram definidos objetivos para os próximos dois anos, como a criação de um Programa Nacional de Educação Patrimonial e a criação de banco de ações referenciais em educação patrimonial. Foram também estabelecidas ações estratégicas para 2010, como elaboração de regimento e instrumentos jurídicos e normativos para as Casas do Patrimônio; além de estratégias para os próximos cinco anos, entre as quais foi citada a criação de instrumentos de fomento, financiamento, monitoramento e avaliação para as ações educativas.

Em 2010 a Rede realizou a *Residência Criativa*, durante o evento Revelando São Paulo – Vale do Ribeira⁸⁷, com a participação das Casas da Chapada do Araripe, Ouro Preto, Região dos Lagos, Recife e Vale do Ribeira. O objetivo foi ensinar técnicas de registro audiovisual e utilizá-lo como instrumento pedagógico para ações de educação patrimonial. Segundo os participantes, o encontro resultou em uma rica troca de experiências.

Por fim, ainda em 2010, foi realizada reunião para avaliação das Casas do Patrimônio com a presença da Ceduc e dos parceiros da Rede (Ouro Preto, Recife, João Pessoa, Vale do Ribeira e Chapada do Araripe). Na ocasião foi aplicada a metodologia

⁸⁷ O Revelando São Paulo é um evento realizado pela Organização Social do Estado de São Paulo Abaçaí Cultura e Arte há mais de dez anos. O Iphan montou um escritório técnico para tirar dúvidas e orientar a população proveniente de cerca de 80 municípios sobre o patrimônio cultural brasileiro. Na ocasião foi realizada também uma oficina de capacitação para 30 coordenadores pedagógicos de escolas estaduais da região. <http://educacapatrimonial.wordpress.com/2010/06/10/iphan-participa-do-revelando-sao-paulo-em-iguape-com-espaco-para-educacao-patrimonial/>

SWOT, que identifica forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, além de terem sido definidas iniciativas estratégicas. De modo geral, aparecem, novamente, as mesmas questões abordadas nos encontros anteriores, o que pode indicar que, apesar do que já foi alcançado e do esforço empreendido pelos membros da Rede, falta fôlego (e força) para avanços mais significativos. Outro ponto notado em todos os encontros é a falta de definição, pelo menos explícita, das atribuições da Ceduc e dos outros membros da Rede para cumprir as tarefas propostas.

5.7 AVANÇOS

O primeiro avanço a ser destacado, apontado pela Ceduc, é a construção coletiva da proposta e das ações das Casas do Patrimônio. A proposta tem como mérito dar autonomia aos participantes e respeitar a realidade local.

Para as Casas, de modo geral, o principal avanço se refere à mudança na postura do Iphan frente à população e, conseqüentemente, a visão que esta tem do Iphan. Tradicionalmente a relação entre Iphan e sociedade é conflituosa pelo fato de ser baseada predominantemente em ações de fiscalização e punição. Com a implementação das Casas do Patrimônio, a sociedade passou a ver o Iphan como uma instituição aberta e que tem algo de bom a oferecer. Mas, principalmente, que a respeita e valoriza e a considera como parte importante na preservação do patrimônio cultural.

A partir da realização de algumas ações educativas, como será analisado no capítulo 6, é possível perceber que a população tem se mostrado mais cooperativa e parceira com as atividades desempenhadas pelo Iphan e, desse modo, a proposta tem potencial para que os bons efeitos se multipliquem. Embora visíveis, os ganhos ainda não podem ser mesurados devido à dificuldade de aferir os efeitos das atividades na preservação do patrimônio cultural.

5.8 DESAFIOS

O maior desafio é a transformação da educação patrimonial em política de Estado, o que é citado pelas Casas de Recife e da Região dos Lagos. A Ceduc tem a proposta de, em 2011, construir coletivamente as diretrizes do Programa Nacional de Educação Patrimonial, a partir do qual espera que a educação patrimonial passe a ser uma política do Iphan.

Complementarmente, todas as Casas apontaram como grande desafio o fortalecimento da Ceduc dentro do Iphan, bem como a consolidação da educação patrimonial e da proposta das Casas do Patrimônio para toda a instituição. Nesse sentido, é importante vincular as ações educativas às ações de fiscalização do Iphan de forma sistemática e permanente.

A questão da formalização das Casas por meio de instrumento legal é um desafio urgente para as Casas do Vale do Ribeira, Ouro Preto e Recife. Hoje elas não conseguem atingir outros parceiros sem essa regulamentação. Com a formalização, elas consideram que terão a possibilidade de conseguir mais recursos e ampliar suas ações.

O aumento do orçamento para ações educativas é uma preocupação geral das Casas. A falta de recursos limita a atuação e pode vir a prejudicar a qualidade do trabalho. Para a de Ouro Preto, o orçamento das Casas deve ser próprio, desvinculado da negociação geral com a Superintendência. Infraestrutura e aumento de pessoal que lide com a educação patrimonial são desafios destacados pelas Casas de Ouro Preto, João Pessoa e Recife.

No que se refere aos desafios para Rede, a Casa da Região dos Lagos cita que é necessário realizar a avaliação sistemática das ações. Com base na análise das atividades desenvolvidas e dos fatores que interferem no bom (ou mal) resultado, os parceiros poderão analisar se é possível, e de que forma, implementá-las em outros locais. Assim, é possível disseminar de forma mais estruturada as boas práticas.

É mencionada também a necessidade de fortalecimento, estruturação e ampliação da Rede. Segundo a Casa de Ouro Preto, é preciso estabelecer uma agenda para a Rede, definir suas atividades e promover encontros regulares, pois é nesse momento que acontece a troca de experiências efetiva entre os parceiros. Para isso, cabe à Ceduc a coordenação e incentivo às atividades.

Também no que se refere às atribuições da Ceduc, a própria Coordenação e a Casa do Vale do Ribeira identificam um potencial problema que é o aumento do número de Casas com acesso à Rede com a manutenção do mesmo grau de participação e orientação da Ceduc. Por outro lado, segundo a Ceduc, o fato de trabalharem em Rede forma multiplicadores e, se não for possível a presença da Coordenação em alguma situação, os parceiros conseguem atuar seguindo a mesma linha.

No que se refere também à ampliação da Rede, é apontado como necessário o acesso de todos os parceiros externos, pois, apesar de alguns participarem do grupo de e-mails, muitos só têm acesso às informações por meio de membros do Iphan. Além disso, é citado que a Rede precisa divulgar sua experiência, mas ainda não foi conseguido recurso para isso.

CAPÍTULO 6 - ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO IPHAN COM BASE NAS CASAS DO PATRIMÔNIO

Com base nos *Aspectos para a análise da educação patrimonial*, descritos no item 2.1 serão analisadas algumas das ações educativas realizadas pelas Casas do Patrimônio⁸⁸. O intuito é identificar se a atuação das Casas do Patrimônio está próxima do que se considera essencial para a educação patrimonial, do ponto de vista deste trabalho.

a) As ações educativas devem provocar um maior envolvimento da população.

De modo geral, a relação com a população melhorou após a implementação das Casas do Patrimônio e isso certamente é efeito de seu envolvimento nas atividades promovidas.

Provavelmente o caso mais bem sucedido, principalmente pela ação educativa estar diretamente vinculada a uma ação finalística do órgão, aconteceu em Iguape. Trata-se da participação da população no processo de tombamento do centro histórico, iniciada ainda na etapa de estudos⁸⁹. A população foi chamada a colaborar em atividades significativas como a definição do perímetro de tombamento e a escolha dos bens tombados isoladamente. Isso aconteceu em reuniões, oficinas e em nove audiências

⁸⁸ Foram analisadas ações educativas das Casas participantes da Rede: Chapada do Araripe, Iguape, João Pessoa, Ouro Preto, Recife e Região dos Lagos. As informações foram obtidas em documentos, blogs e entrevistas realizadas com membros das Casas. A sistematização dessas informações encontra-se no Anexo 5. É importante destacar que algumas atividades se encaixam em mais de um tópico.

⁸⁹ Iguape foi tombada em nível estadual em 1979, sendo o órgão regulador o Condephaat-SP. Porém, não havia uma atuação sistemática na cidade, e, conseqüentemente, não houve contribuição institucional para a preservação do patrimônio (tanto no que se refere a recursos, quanto por não considerar a população como parte do patrimônio). Era também muito ruim o relacionamento com a prefeitura e, principalmente, com a população. Os estudos para o tombamento nacional iniciaram-se em 2007 e o tombamento aconteceu em 03/12/2009. Vale lembrar que muitos problemas que o Iphan enfrenta com a população são decorrentes da realização de tombamentos arbitrários e totalmente desvinculados de ações educativas. A participação da população no processo de tombamento, da maneira como foi feita, é fato inédito no Iphan e merece ser divulgada e tomada como modelo em futuros tombamentos.

públicas. Consequentemente, hoje há uma boa relação entre a comunidade e Iphan pelo fato de ter-se estabelecido uma relação de respeito e pelo reconhecimento da população como parte do processo de preservação.

Ouro Preto, por exemplo, possui uma relação historicamente famosa pela resistência e embate da população com o Iphan. Após a criação da Casa isso tem começado a melhorar. Um dos projetos desenvolvidos é o *Sou do Morro, Eu também sou Patrimônio*, cujo objetivo é a valorização do patrimônio local nos morros da cidade.

Com atividades realizadas na Escola Municipal Juventina Drumond durante três meses, a comunidade identificou os bens de referência (consagrados ou não) e os professores participaram de oficina com Evelina Grumberg, na qual foram elaborados quatro projetos para diferentes séries escolares. Com a participação dos professores foi montado roteiro do Projeto Sentidos Urbanos (que será analisado neste capítulo) e, como parte desta, os alunos participaram de oficina de audiovisual para registrarem o patrimônio local. No final de 2010, depois de findo o projeto, a comunidade se mobilizou para recuperar a Bica do Córrego Seco, com registro audiovisual do trabalho das lavadeiras, produzido pelos alunos, além de espetáculos e atividades culturais.

O maior ganho do projeto foi o aumento da autoestima da comunidade. Segundo a coordenadora da Casa, não adianta levar os alunos para passeios no centro histórico se eles não se reconhecem como moradores da cidade e têm vergonha de sua origem e não veem valor no local onde moram. Depois de se auto valorizarem, acredita que vão começar a buscar outros locais da cidade sozinhos, como o Centro Histórico, devido à ampliação do olhar.

A experiência da Chapada do Araripe também é significativa, pois é a população que elabora e executa todas as atividades⁹⁰ promovidas pela Casa.

b) Continuidade e aprofundamento nas ações.

Em Iguape, após a realização do tombamento, a Casa do Vale do Ribeira tem promovido ações que indicam uma importante continuidade. A primeira é o *Iphan Conversa* que é um momento de diálogo com a comunidade. Um desses eventos teve como objetivo discutir com os comerciantes as normas para instalação de anúncios e toldos. No mesmo sentido, está em fase de implementação o projeto Sentidos Urbanos

⁹⁰ A Casa da Chapada do Araripe tem uma proposta mais ampla, voltada para a formação de público para cultura e incentivo à produção artística e menos vinculada diretamente à educação patrimonial.

(realizado originalmente em Ouro Preto), porém a proposta é utilizar a atividade como mote para discutir as normas de preservação do centro histórico:

A ideia é avaliar, conjuntamente, quais as características urbanas e arquitetônicas que devem ser mantidas, estabelecendo diretrizes de valorização do sítio. Ao final de cada roteiro haverá um formulário de avaliação individual para sugestão e indicação de diretrizes que devem ser contempladas no processo de normatização do conjunto tombado de Iguape.
[\[http://casadopatrimoniovaledoribeira.wordpress.com/2010/10/21/sentidos-urbanos-patrimonio-e-cidadania/\]](http://casadopatrimoniovaledoribeira.wordpress.com/2010/10/21/sentidos-urbanos-patrimonio-e-cidadania/)

Apesar do público-alvo principal da Casa da Chapada do Araripe ser composto por crianças e jovens, as atividades realizadas com eles motivaram a inserção de seus pais no projeto. Foi criada uma cooperativa gerida pelos pais da qual fazem parte pousadas comunitárias, restaurante e loja. Com isso, foram desenvolvidas ações de desenvolvimento socioeconômico relacionadas ao turismo que vão beneficiar toda a população.

c) Não privilegiar públicos específicos.

As Casas de João Pessoa e Recife têm como público-alvo principal professores e alunos, pois acreditam que assim estão multiplicando os efeitos das ações realizadas.

Em João Pessoa o *Programa João Pessoa Minha Cidade* (INSTITUTO PREFEITURA, 200?) possui um módulo de educação escolar⁹¹ cujas atividades seguem o esquema clássico: momento de conceituação e sensibilização em sala de aula; aulas de campo e oficinas de arte educação. As ações são realizadas com professores, alunos e equipe pedagógica. Em 2010, o projeto foi aplicado como piloto em quatro escolas, focando o patrimônio material e, em 2011, pretende-se realizar uma exposição sobre as ações realizadas e continuar o trabalho com as mesmas escolas, agora abordando também o patrimônio imaterial. Isso indica a continuidade e aprofundamento da atividade, aspecto muito importante para a efetividade da educação patrimonial. Já na Casa de Recife, entre outras ações, foram realizadas oficinas para que professores desenvolvam ações gerais de educação patrimonial, mas também voltadas para atividades específicas como a aplicação dos *Roteiros da Boa Vista*⁹² e a visita à

⁹¹ O Programa é a principal ação da Casa, dentro do qual muitas atividades são desenvolvidas como um módulo com a comunidade; oficinas para professores e gestores da rede municipal de ensino; elaboração e produção de material didático de apoio (jogo da memória e folder educativo) e formação de monitores da Universidade Federal da Paraíba, participantes do projeto da Secretaria Municipal de Educação *O futuro visita o passado* (visitas guiadas a locais de preservação), entre outras.

⁹² São roteiros de visitação guiada destinados a sensibilizar os usuários do Bairro para a valorização do seu patrimônio material e imaterial.

exposição montada na sede. Foi também produzido material de apoio: DVDs e livros para os professores e folhetos informativos para os alunos.

Apesar do público escolar ainda ser privilegiado em muitas ações, observa-se nas Casas do Patrimônio iniciativas de ampliação do público-alvo, ao contemplar também adultos, proprietários, comerciantes, turistas, entre outros. Mesmo a Casa de João Pessoa já realizou oficina com os operários que trabalharam na reabilitação da Praça Rio Branco sobre a história da praça e a importância do trabalho de restauração. Os operários produziram registros artísticos que fizeram parte de uma exposição sobre a obra. O retorno foi muito positivo.

d) Abordagens diferentes para públicos diferentes.

Observa-se um avanço em relação ao fato de tradicionalmente as ações de educação patrimonial serem baseadas em cartilhas e palestras para todos os públicos.

Além de atividades já citadas - como o Iphan Conversa, que é direcionado para os comerciantes -, a Casa de João Pessoa está elaborando um curso de pós-graduação em educação patrimonial para professores da rede municipal e áreas afins numa parceria Iphan, Prefeitura, UFPB e Universidade Aberta do Brasil.

A Casa da Região dos Lagos realiza uma ação específica para turistas, o *Iphan tá na praia*. O objetivo é a distribuição em parceria com a CCR Via Lagos, nos feriados prolongados, de material de divulgação do patrimônio regional (tais como sacolas plásticas biodegradáveis sobre a preservação da Praia do Forte, além de folhetos explicando o ato do tombamento e indicando alguns bens tombados na região).

e) Articulação com as prefeituras, igrejas e outras instituições locais.

Todas as Casas realizam parcerias com instituições locais, em maior ou menor número e em maior ou menor intensidade. Todas as Casas possuem parceria com a prefeitura local, sendo em Iguape e João Pessoa as mais significativas.

O *Programa Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania*⁹³ em Ouro Preto tem como parceiros a Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop, a Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, a Secretaria Municipal de Educação e a organização Base Criativa. A atividade teve como público inicial os universitários que ocupam as repúblicas e estavam descaracterizando os imóveis. Atualmente são atendidos também professores

⁹³ A atividade foi desenvolvida pela UFOP, iniciada como um programa de uma disciplina e, em seguida, projeto de extensão universitária do Departamento de Turismo. Foi criada em 2009, antes da Casa do Patrimônio, e é a sua principal ação educativa.

da rede municipal e comunidade em geral⁹⁴. O objetivo é sensibilizar e despertar nos moradores novos olhares sobre a cidade e fortalecer os laços entre as pessoas o espaço urbano, visando uma convivência harmônica e a preservação do patrimônio⁹⁵. O início da atividade se dá com dinâmicas de sensibilização e termina com oficinas de registros de impressões, para troca de sensações e experiências. A atividade é aplicada por monitores, que são estudantes da UFOP dos cursos de Turismo e Artes Cênicas.

A Casa da Região dos Lagos tem como uma de suas parceiras a Casa Scliar, instituição cultural local. A partir de demanda da Associação dos Moradores e Amigos da Gamboa – AMAG por ações educativas, juntas realizaram no Morro da Gamboa (local de ocupação irregular em área de preservação natural limítrofe ao Morro do Telegrafo, tombado pelo Iphan) oficinas de pintura e xilogravura para os jovens tendo como tema a preservação da paisagem urbano-ambiental da cidade. Dada a boa receptividade da comunidade, foram também realizadas reuniões com os moradores para esclarecimentos sobre como é possível ocupar a área, qual é o papel do Iphan etc., que iniciaram um processo importante de cooperação entre a comunidade e o órgão.

f) Aprendizagem significativa.

Pelas atividades e resultados relatados nos tópicos anteriores, é possível identificar várias ações que se utilizaram de participação, contextualização e envolvimento, provocando uma mudança significativa nas comunidades e na relação de alguns grupos sociais com o Iphan e com o patrimônio local. Desse modo, são atividades que tiveram como efeito, sem dúvida, a aprendizagem significativa e é nesse sentido que as Casas devem pautar sua atuação.

Contudo, observa-se ainda a realização de atividades que não têm como consequência esses efeitos. Como exemplo, pode-se apontar as ações de divulgação que têm alcance limitado e efeitos superficiais. Um exemplo é a intenção da Casa de Recife de informar os moradores do centro histórico tombado sobre a aplicação de multas que o Iphan começará a fazer em 2011, contudo, a ação é desvinculada de qualquer estratégia educativa.⁹⁶

⁹⁴ Os outros moradores do centro histórico (não provenientes de repúblicas) participam, mas não são público alvo. A coordenadora da Casa acredita que é um público muito difícil convencer, são mais resistentes. Contudo, depois que participam da atividade, acham interessante. Os turistas não são o público-alvo, pois a proposta é para quem já conhece o território da cidade.

⁹⁵ A metodologia é baseada na fenomenologia da percepção do filósofo francês Merleau Ponty.

⁹⁶ Em 2010 foi promulgada a Portaria Nº 187 do Iphan que trata da regulamentação das disposições do Decreto-Lei nº 25/37 referentes à aplicação de multas por infrações contra o patrimônio cultural

Com base no exposto neste capítulo, verificam-se muitos avanços nas ações educativas promovidas pelo Iphan recentemente. Contudo, existe uma variação grande entre as atividades desenvolvidas, resultante do entendimento variado do que é considerado educação patrimonial. Como a autonomia é um dos pressupostos da proposta das Casas do Patrimônio, observa-se que a escolha de determinada estratégia de atuação pode ser um fator limitador do que a Casa potencialmente poderia realizar em cada local.

CAPÍTULO 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado ao longo de todo esse trabalho, existe em toda a trajetória do Iphan um grande descompasso entre a importância da educação patrimonial enunciada e as ações realizadas nesse sentido. Deve-se, porém, admitir que, a partir de 2004, importantes iniciativas foram executadas para diminuir esse hiato, com a criação da Ceduc, a discussão coletiva sobre a educação patrimonial e a implementação das Casas do Patrimônio.

A Ceduc tem como mérito o desenvolvimento de discussões e ações importantes para a estruturação da educação patrimonial no Iphan, com poucos recursos, equipe mínima e, apesar de receber apoio do órgão, não deixa de enfrentar resistências internas.

Algumas das atividades realizadas pelas SEs, em diferentes momentos e, mais recentemente, pelas Casas do Patrimônio, provam que um maior envolvimento da população gera resultados não só para a valorização e preservação do patrimônio, mas também para o relacionamento entre a comunidade e o Iphan, o que cria melhores condições para que o órgão desempenhe suas ações finalísticas.

Porém, este é ainda um longo caminho a ser percorrido e que passa, obrigatoriamente, pelo entendimento institucional (tanto do Iphan Central quanto das SEs) sobre a importância e os efeitos positivos da educação patrimonial para a preservação do patrimônio cultural. Em termos políticos, significa, primeiramente, fortalecer a Ceduc dentro do Iphan como setor responsável pela elaboração, disseminação e orientação das propostas e ações de educação patrimonial. Em segundo lugar, significa encarar a educação patrimonial como política pública de Estado e não como uma atividade complementar não obrigatória. Assim, é urgente a criação da

brasileiro.

Política Nacional de Educação Patrimonial, estruturada com programas, ações, recursos orçamentários e pessoal capacitado.

Apesar da recente preocupação com a abordagem sistêmica por meio da criação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, o Iphan não tem tido o mesmo fôlego em integrar ações educativas às suas atividades. Na medida em que todas as ações finalísticas desempenhadas pela instituição possuem interface com possibilidades educativas, é essencial efetivar essa vinculação. Um aspecto importante a se observar é que nos programas existentes não existe incentivo para que se executem ações educativas. O órgão poderia vincular o apoio a algumas atividades a esta obrigatoriedade, mediante orientação técnica da Ceduc.

Outro aspecto chave destacado por este trabalho foi a existência de concepções variadas do que seja educação patrimonial e, conseqüentemente, de quais atividades são consideradas como tal. De fato, trata-se de um campo muito amplo; contudo, o Iphan como órgão nacional de proteção do patrimônio cultural, deve procurar uniformizar o conceito de modo que não existam tantas disparidades entre as SEs e as Casas do Patrimônio e mesmo entre essas últimas.

Pelo fato de a Ceduc representar o Iphan Central, e este ter como atribuição definir e disseminar orientações para as SEs, é necessário que a Coordenação – além de ter respaldo institucional para tanto - não se furte a esse papel. Certamente, é significativo atuar de forma democrática e participativa e, nesse sentido, é importante destacar a rica experiência da Rede das Casas do Patrimônio. Contudo, como a proposta das Casas não é obrigatória e as SEs realizam atividades de educação patrimonial sem orientação (e muitas vezes sem conhecimento) da Ceduc, é essencial sua atuação como parte do Iphan Central e definidora das diretrizes nacionais. O mesmo vale para as Casas do Patrimônio existentes e, principalmente, para que aquelas a serem formadas iniciem seus trabalhos de acordo com a proposta nacional. É inadmissível e danoso, tanto para uma Casa do Patrimônio quanto para a Ceduc, que existam Casas atuando sem conhecimento e sem orientação da Ceduc. Isso também enfraquece a instituição de um Programa Nacional de Educação Patrimonial.

Outro ponto essencial é a necessidade de proceder ao registro sistemático das experiências de educação patrimonial realizadas no Iphan – dentro e fora das Casas do Patrimônio. Existem muitas ações bem ou mal sucedidas que devem ser identificadas e

disseminadas para que os interessados – parte ou não do Iphan - possam replicá-las. Da mesma forma, é também essencial a realização de análises e avaliações dessas ações, de modo a compor um banco de dados considerando os aspectos condicionantes e começar a relacionar – de forma mais científica – a educação e a educação patrimonial, identificando quais ações são efetivas para a preservação do patrimônio cultural em determinados contextos.

Por fim, complementarmente, é preciso identificar qual é a visão que a população tem das ações educativas empreendidas pelo Iphan, ou seja, procurar responder a algumas perguntas: O que a população guarda das ações educativas? Como a população aplica o que foi ensinado? Quais efeitos as ações educativas têm sobre a preservação do patrimônio cultural? Assim, é necessário realizar estudos para aferir como a população recebe as ações de educação patrimonial e qual é a sua efetividade para a preservação do patrimônio cultural.

A educação patrimonial não é, por si só, a solução para a preservação do patrimônio cultural, porém, indiscutivelmente, é um dos aspectos fundamentais para que isso aconteça. O Iphan tem o dever, e a possibilidade, de enfrentar esse desafio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, nº 30, 2002.
- BARRETO, Euder Arrais et al. *Patrimônio cultural e educação*. Artigos e resultados. Goiânia, 2008
- BARRETO JR., Ivo Matos. *Alcântara, cidade monumento*. Minha casa é patrimônio nacional. Manual de preservação. São Luís: IPHAN/Superintendência do Iphan no Maranhão, 2009.
- BARROS, Flávia Luz Pessoa; RAMASSOTE, Rodrigo Martins. *Patrimônio contado: Alcântara, cultura e educação*. São Luís: IPHAN/Superintendência Regional do Maranhão, 2009.
- BOSI, Vera. Participação e pesquisa na preservação do patrimônio cultural. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, nº 22 p. 138-144.
- BRANCHESI, Lida (org.). *Heritage education for Europe*. Outcome and perspective. Roma: Armando Editore, 2007
- CERQUEIRA, Fábio Vergara, GUTIERREZ, Judite Bendjouya; SANTOS, Denise Ondina Marroni dos; MELO, Alan Dutra de. *Educação patrimonial: perspectivas multidisciplinares*. Pelotas: Editora da UFPel, 2008
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001.
- COLL, C.; MARTÍN, E.; MAURI, T.; MIRAS, M.; ONRUBIA, J.; SOLÉ, I.; ZABALA, A.. *O construtivismo na sala de aula*. Editora Ática, 1996.
- CURY, Isabelle (org.) *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2004.
- FONSECA, Maria Cecília Londres; INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL (BRASIL). *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1997.
- FONTES, Aglaé d'Avila. *Cartilha cultural de Laranjeiras*. Aracaju: IPHAN, 2009
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002
- GRUMBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 2007.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz; INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL (BRASIL). *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). *Relatório de Atividades - 1998*. Brasília: IPHAN, 1999.

_____. *Relatório de Atividades – 1999-2000*. Brasília: IPHAN, 2001.

_____. *Cartilha para formação de agentes patrimoniais*. Porto Seguro: IPHAN, 2002

_____. *Relatório de Atividades – 2001-2002*. Brasília: IPHAN, 2003.

_____. *Relatório de Atividades – 2003-2004*. Brasília: IPHAN, 2005.

_____. *Preservação do patrimônio cultural*. Curitiba: IPHAN/10ª SR Paraná, 2007.

_____. *Cachoeira*. Vivências e compreensões do patrimônio cultural. IPHAN, 2007.

_____. *Desterro, meu bairro, meu patrimônio*. São Luis: IPHAN/ 3ª SR- Maranhão, 2007.

_____. *Carta de Nova Olinda*. Brasília: IPHAN, 2009.

_____. *Fiscalização*. Orientações para usuários de bens tombados. Brasília: IPHAN, 2009

_____. *Síntese preliminar das discussões*. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Brasília: IPHAN, 2010

_____. *Patrimônio contado: Alcântara, cultura e educação*. Alcântara: IPHAN, 2010

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL); Prefeitura Municipal de João Pessoa. João Pessoa, Minha Cidade. Programa de educação patrimonial. João Pessoa: IPHAN; Prefeitura Municipal de João Pessoa, 200? (folder).

LEONEL, Maria Elisa de Moraes; VASQUES, Claudia Marina de Macedo; FERREIRA, Maria Cristina Portugal. *Conhecer para preservar, preservar para conhecer*. Brasília: IPHAN, 1995

MINAS GERAIS. *Reflexões e contribuições para a educação patrimonial*. Organização: Grupo Gestor. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação, 2002.

MINISTÉRIO da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultural; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

MINISTERIO da Educação. *Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral*. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

MINISTÉRIO da Cultura. *Cultura em três dimensões – Material informativo: as políticas culturais do Ministério da Cultura de 2003 a 2010*. Brasília: MinC, 2010.

PAIVA, Olga Gomes de (coord). *Sobral: patrimônio de todos: roteiro para a preservação do patrimônio cultural*. Fortaleza, Iphan, 1999.

PAIVA, Olga Gomes de (coord). *Icó: patrimônio de todos: roteiro para a preservação do patrimônio cultural*. Fortaleza, Iphan, 1999.

PAIVA, Salma Saddi Wares de. *Projeto Conhecer para preservar, Preservar para conhecer*. Goiânia, julho de 2000. In: IPHAN, Caderno de estudos do PEP –

Contribuição dos palestrantes da 1ª oficina PEP 2006, Vassouras-RJ. Brasília: IPHAN, 2006

REZENDE, Maria Beatriz (coord). Patrimônio e leitura: catálogo comentado de literatura infanto-juvenil. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2007.

RUAS, Maria das Graças. *Políticas Públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SANTOS, Camila Henrique. Educação patrimonial: uma ação institucional e educacional. In: *Patrimônio: práticas e reflexões*. Edições do Programa de Especialização em Patrimônio N° 1. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2007

SCIFONI, Simone (org). *Bom Retiro: memória urbana e patrimônio cultural*. Coletânea de textos para educação patrimonial. São Paulo: IPHAN/9ª Superintendência Regional, 2007.

SILVA, Fernando Fernandes da. Mário e o patrimônio. Um anteprojeto ainda atual. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, nº 30, 2002.

SOARES, André Luís Ramos (org.). *Educação patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: Editora Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

SOARES, André Luís Ramos; KLAMT, Sérgio Célio. *Educação patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Editora Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

SOARES, André Luís Ramos; KLAMT, Sérgio Célio (org). *Santo Amaro*. Arqueologia e educação patrimonial. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010

VARQUES, Claudia Marina; VALIO, Walter Vilhena. *Para preservar*. Brasília: IPHAN, 1994.

RELATÓRIOS DE TRABALHO

Relatório de Gestão, 2005

Relatório de Gestão, 2006

Relatório de Gestão, 2007

Relatório de Gestão, 2008

Relatório de Gestão, 2009

Reunião Técnica de Pirenópolis. Transcrição do encontro. Brasília, 2004

Relatório - Curso de Extensão: Educação e Patrimônio Cultural. Niterói, IPHAN/Laboep-UFF, setembro de 2007.

Relatório - 1ª Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio/IPHAN. Niterói, IPHAN/Laboep-UFF, Niterói, outubro de 2008.

Apresentação das Casas do Patrimônio. Análise SWOT. Brasília, 2010

LEGISLAÇÃO

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937*: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. [S.n], 1937.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: [S.n], 1988.

BRASIL. *Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000*: Institui o Registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. [S.n], 2000.

BRASIL. *Decreto nº 5040 de 07 de abril de 2004*: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. [S.n], 2004.

BRASIL. *Decreto nº 6844 de 07 de maio de 2009*: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. [S.n], 2009.

BRASIL. *Portaria Nº 127, de 30 de Abril de 2009*: Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. [S.n], 2009.

BRASIL. *Portaria Nº 187, de 11 de Junho de 2010*. Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios, defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações. [S.n], 2010.

SITES CONSULTADOS

<http://www.iphan.gov.br>

<http://educacaopatrimonial.wordpress.com>

<http://www.monumenta.gov.br/> - consultado em 10/10/2010

<http://whc.unesco.org/en/wheducation/> - consultado em 13/10/2010

<http://www.english-heritage.org.uk/> - consultado em 13/10/2010

<http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/> - consultado em 25/10/2010

<http://www.ohch.cu/> - consultado em 26/10/2010

<http://www.habananuestra.cu/> - consultado em 26/10/2010

<http://www.culture.gouv.fr/vpah/> - consultado em 28/10/2010

<http://www.proex.uff.br//laboeduc.htm> – consultado em 03/11/2010

<http://seminarioacasadopatrimonio.wordpress.com/> - consultado em 20/11/2010

<http://projetosentidosurbanos.blogspot.com/> - consultado em 29/11/2010

<http://estacaodopatrimonio.blogspot.com/> - consultado em 29/11/2010

<http://www.casadoiphansaocristovao.blogspot.com/> - consultado em 29/11/2010

<http://casadopatrimoniovaledoribeira.wordpress.com/> - consultado em 29/11/2010

<http://www.fundacaocasagrande.org.br/> - consultado em 29/11/2010

BIBLIOGRAFIA

BOGEA, Katia Santos; BRITO, Regina Soares de. PESTANA, Raphael Gama. *Centro histórico de São Luís, patrimônio mundial*. São Luis, 2007

CASTRO, Luiz Felipe Meira de. O Estado atual da política cultural no Brasil: uma agenda de debates. *RAP Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro: FGV, v. 23, n. 1, p. 21-35, 1º trim. Jan. 1989.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Brasil). *Cultura e memória: perspectivas da administração pública brasileira hoje*. Brasília: ENAP, 1993. 60 p. (Cadernos ENAP, v.1 n.2).

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Brasil). *Políticas públicas: coletânea*. Organização: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. Brasília: ENAP, 2006. v.1 e 2.

JEKER, Ana Elisabeth; SEGALA, Lygia. *Brincando, fazendo e aprendendo*. Rio de Janeiro: Memórias Futuras; Brasília: Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE, 1985.

MADEIRA, Fernando; VALIO, Walter Vilhena. *Nova carta à Cidade de Goiás*. Brasília: IPHAN/14ª Superintendência Regional, 2007.

PIRES, Selma de Oliveira Bastos. *Educação Patrimonial: memória e identidade da Cidade de Goiás*. Patrimônio pra que te quero! Brasília: Superintendência do IPHAN em Goiás, 2010.

ZANON, Elisa Roberta; CASTELO BRANCO, Patrícia Martins; MAGALHÃES, Leandro Henrique (org.). *A construção de políticas patrimoniais: ações preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do país*. Londrina: EdUniFil, 2009.

ANEXO 1 - AÇÕES EDUCATIVAS NAS CARTAS PATRIMONIAIS

Neste anexo são transcritos os trechos das cartas patrimoniais reunidas em CURY, 2002 que fazem menção às ações educativas. Após a transcrição foram sistematizadas algumas informações como público alvo, agente educativo e foco da abordagem da ação educativa.

1. Carta de Atenas

Escritório internacional dos museus

Sociedade das Nações

Atenas, outubro de 1931 (p.13)

VII. A conservação dos monumentos e a colaboração internacional

b) O papel da educação e o respeito aos monumentos

A conferência, profundamente convencida de que a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização.

Público alvo: infância e juventude

Agente educativo: educadores

Foco: não danificar os monumentos, aumentar o interesse de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização.

2. Recomendação que define os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas

Conferência Geral da UNESCO – 9ª sessão

Nova Delhi – 5 de dezembro de 1956 (p.69)

Educação do público

12. A autoridade competente deveria empreender uma ação educativa para despertar e desenvolver o respeito e a estima ao passado, especialmente através do ensino de história, da participação de estudantes em determinadas pesquisas, da difusão pela imprensa de informações arqueológicas que provenham de especialistas reconhecidos, da organização de circuitos turísticos, exposições e conferências que tenham por objeto os métodos aplicáveis em matéria de pesquisas arqueológicas assim como os resultados obtidos – da apresentação clara dos sítios arqueológicos explorados e dos monumentos descobertos, da edição, a preços módicos, de monografias e guias de fácil leitura. Os Estados-membros deveriam adotar todas as medidas necessárias para facilitar o acesso do público a esses sítios.

Público alvo: público em geral

Agente educativo: autoridade competente (despertar e desenvolver o respeito e a estima ao passado), imprensa (difusão), estados, membros (facilitar acesso público aos sítios)

Foco: despertar e desenvolver o respeito e a estima ao passado.

3. Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios

Conferência Geral da UNESCO – 12ª sessão
Paris, 12 de dezembro de 1962 (p.81)

V. Educação do público

37. Uma ação educativa deveria ser empreendida, dentro e fora das escolas, para despertar e desenvolver o respeito do público pelas paisagens e sítios e para tornar mais conhecidas as normas editadas para garantir a sua salvaguarda.

38. Os professores encarregados dessa tarefa educativa na escola deveriam receber uma preparação especial, na forma de estágios especializados de estudos em estabelecimentos de ensino médio e superior.

39. Os Estados-membros deveriam também facilitar a tarefa dos museus existentes, com o objetivo de intensificar a ação educativa já empreendida nesse sentido e considerar a possibilidade de criar museus especiais, ou seções especializadas nos museus existentes, para o estudo e a apresentação dos aspectos naturais e culturais característicos de determinadas regiões.

40. A educação do público fora da escola deveria ser tarefa da imprensa, das associações privadas de proteção das paisagens e dos sítios ou de proteção da natureza, dos órgãos encarregados do turismo e das organizações de juventude e de educação popular.

41. Os Estados-membros deveriam facilitar a educação do público e estimular a ação das associações e de órgãos dedicados a essa tarefa, prestando-lhes ajuda materiais e colocando à sua disposição e à dos educadores em geral os meios apropriados de publicidade, tais como filmes, transmissões radiofônicas ou de televisão, material para exposições permanentes, temporárias ou itinerantes, folhetos e livros capazes de obter uma ampla difusão e idealizados com um espírito didático. Uma grande publicidade poderia ser obtida através dos jornais, das revistas e das publicações periódicas regionais.

42. Jornadas nacionais e internacionais, concursos e outras manifestações similares deveriam ser consagrados à valorização das paisagens, dos sítios naturais ou criados pelo homem, para chamar a atenção do grande público sobre a importância da salvaguarda da sua beleza e de seu caráter, problema primordial para a coletividade.

Público alvo: público em geral

Agente educativo: professores, imprensa, das associações privadas de proteção, órgãos encarregados do turismo e das organizações de juventude e de educação popular, estados-membros

Foco: despertar e desenvolver o respeito do público pelas paisagens e sítios e para tornar mais conhecidas as normas editadas para garantir a sua salvaguarda.

4. Recomendação sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação a importação e a transferência de propriedade ilícitas de bens culturais

Conferência Geral da UNESCO – 13ª sessão
Paris, 19 de novembro de 1964 (p.97)

Ação educativa

19. *No sentido de uma colaboração internacional que levasse em consideração tanto a natureza universal da cultura quanto a necessidade de intercâmbios para possibilitar a todos beneficiar-se do patrimônio cultural da humanidade, cada Estado-membro deveria agir de modo a estimular e desenvolver entre seus cidadãos o interesse e o respeito pelo patrimônio cultural de todas as nações. Tal ação deveria ser empreendida pelos serviços competentes, em cooperação com os serviços educativos, com a imprensa e com outros meios de informação e difusão, com organizações de juventude e de educação popular e com grupos e indivíduos ligados a atividades culturais.*

Público alvo: público em geral

Agente educativo: estados-membros por meio de serviços competentes, em cooperação com os serviços educativos, com a imprensa e com outros meios de informação e difusão, com organizações de juventude e de educação popular e com grupos e indivíduos ligados a atividades culturais.

Foco: beneficiar-se do patrimônio cultural da humanidade

5. Recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas

Conferência Geral da UNESCO – 15ª sessão
Paris, 19 de novembro de 1968 (p.123)

Programas educativos

31. *Em espírito de colaboração internacional, os Estados-membros deveriam empenhar-se em estimular e fomentar entre seus nacionais o interesse e o respeito pelo seu próprio patrimônio cultural e pelo de outros povos, com o objetivo de assegurar a preservação ou o salvamento dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas.*

32. *Publicações especializadas, artigos na imprensa e programas de rádio e de televisão deveriam divulgar a natureza dos perigos que obras públicas ou privadas mal concebidas podem ocasionar aos bens culturais, assim como exemplos de casos em que bens culturais hajam sido eficazmente preservados ou salvos.*

33. *Estabelecimentos de ensino, associações históricas e culturais, órgãos públicos que se ocupam do desenvolvimento do turismo e associações de educação popular deveriam desenvolver programas destinados a tornar conhecidos os perigos que as obras públicas ou privadas realizadas sem a devida preparação podem ocasionar aos bens culturais e a enfatizar que as atividades destinadas a preservar os bens culturais contribuem para a compreensão internacional.*

34. *Museus, instituições educacionais ou outras organizações interessadas deveriam preparar exposições especiais para ilustrar os perigos que as obras públicas ou privadas não controladas representam para os bens culturais e as medidas que tenham sido adotadas para garantir a preservação ou o salvamento dos bens culturais ameaçados pro essas obras.*

Público alvo: público em geral

Agente educativo: estados-membros por meio de serviços competentes, em cooperação com os serviços educativos, com a imprensa e com outros meios de informação e

difusão, com organizações de juventude e de educação popular e com grupos e indivíduos ligados a atividades culturais.

Foco: beneficiar-se do patrimônio cultural da humanidade

6. Compromisso de Brasília

I Encontro dos governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais.

Brasília, abril de 1970 (p.137)

9. Sendo o culto ao passado elemento básico da formação da consciência nacional deverão ser incluídas nos currículos escolares de nível fundamental, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais e da cultura popular, adotado o seguinte critério: no nível elementar, noções que estimulem a atenção para os monumentos representativos da tradição nacional; no nível médio, através da disciplina de Educação Moral e Cívica; no nível superior (a exemplo do que já existe no curso de Arquitetura, com a disciplina Arquitetura no Brasil), a introdução, no currículo das escolas de Arte, da disciplina de História da Arte no Brasil; e nos cursos não especializados, a de Estudos Brasileiros, parte destes consagrados aos bens culturais ligados à tradição nacional.

10. Caberá às universidades o entrosamento com bibliotecas e arquivos públicos nacionais, estaduais e municipais, bem assim os arquivos eclesiásticos e de instituições de alta cultura, no sentido de incentivar a pesquisa quanto à melhor elucidação do passado e à avaliação de inventários dos bens regionais cuja defesa se propugna.

Público alvo: estudantes (nível elementar, médio e superior)

Agente educativo: professores

Foco: conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais e da cultura popular.

7. Compromisso de Salvador

II Encontro dos governadores para a preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil

Ministério da Educação e Cultura, IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Salvador, outubro de 1971 (p.143)

20. Recomenda-se aos governos estaduais que incluam no ensino de 2º grau curso complementar de estudos brasileiros e a museologia, que permita aos diplomados a prestação de serviços nos museus do interior, onde não haja profissional de nível superior.

Público alvo: estudantes do 2º grau

Agente educativo: professores

Foco: curso complementar de estudos brasileiros e a museologia para prestação de serviços nos museus do interior, onde não haja profissional de nível superior.

8. Declaração e Estocolmo

Declaração sobre o ambiente humano
 UNEP – Organização das Nações unidas para o meio ambiente
 Estocolmo, junho de 1972 (p.171)

19. É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, que vise tanto às gerações jovens como aos adultos, dando atenção especial às populações menos privilegiadas, a fim de criar as bases de uma opinião pública bem informada e de uma conduta responsável aos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade em relação à proteção e melhoria do ambiente em toda a sua dimensão humana.

Público alvo: jovens e adultos (especialmente aos menos privilegiados)

Agente educativo: indefinido

Foco: informar e gerar conduta responsável em relação à proteção e melhoria do ambiente em toda a sua dimensão humana.

9. Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural

Conferência Geral da UNESCO – 17ª sessão
 Paris, 19 de novembro de 1972 (p.177)

VI – Programas educativos

Art. 27

- 1. Os Estados-partes, na presente convenção procurarão por todos os meios apropriados, especialmente através de programas de educação e de informação, fortalecer o apreço e o respeito de seus povos pelo patrimônio cultural e natural definido nos artigos 1º e 2º desta convenção.*
- 2. Obrigar-se-ão a informar amplamente o público sobre as ameaças que pesem sobre esse patrimônio e sobre as atividades empreendidas na aplicação da presente convenção.*

Art. 28 Os Estados-partes na presente convenção que através dela recebem assistência internacional tomarão as medidas necessárias para divulgar a importância dos bens que tenham sido objeto dessa assistência e o papel que a presente convenção houver desempenhado.

Público alvo: público em geral

Agente educativo: estados-parte

Foco: informar e fortalecer o apreço e o respeito pelo patrimônio cultural e natural

10. Resolução de São Domingos

I Seminário interamericano sobre experiências na conservação e restauração do patrimônio monumental dos períodos colonial e republicano.

OEA – Organização dos Estados Americanos e Governo Dominicano
 São Domingos, dezembro de 1974 (p.195)

D. Propostas operativas

2. Na educação escolar dever-se-ão incluir programas de estudos sobre a importância do patrimônio monumental. Para tal efeito é necessário que a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a

Ciência e a Cultura (UNESCO) e demais organizações internacionais preparem material didático para esses programas.

Público alvo: estudantes

Agente educativo: OEA e UNESCO e demais organizações internacionais

Foco: preparem material didático para esses programas de estudos sobre a importância do patrimônio monumental.

11. Declaração de Amsterdã

Congresso do patrimônio arquitetônico europeu

Conselho da Europa - Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico

Amsterdã, outubro de 1975 (p.199)

O congresso chamou a atenção para as seguintes considerações essenciais:

1. *O patrimônio arquitetônico não sobreviverá a não ser que seja apreciado pelo público e especialmente pelas novas gerações. Os programas de educação em todos os níveis devem, portanto, preocupar-se mais intensamente com essa matéria.*

(...)

Ainda que, por todas essas razões, a legitimidade da conservação do patrimônio arquitetônico apareça hoje com uma força nova, é necessário fundamentá-la sólida e definitivamente; ela deve, portanto, abrir espaço às pesquisas de caráter fundamental e ser incluída em todos os programas de educação e desenvolvimento cultural.

(...)

Os poderes locais devem aperfeiçoar suas técnicas de pesquisa, para conhecer a opinião dos grupos envolvidos nos planos de conservação e levá-la em conta desde a elaboração dos seus projetos. Em relação à política de informação ao público, eles devem tomar suas decisões à vista de todos, utilizando uma linguagem clara e acessível, a fim de que a população possa conhecer, discutir e apreciar os motivos das decisões. Locais de encontro para reunião pública deveriam ser previstos.

Nesse sentido, o recurso à reuniões públicas, às exposições, às sondagens de opinião, aos canais da mídia e a todos os outros meios apropriados, deveria tornar-se uma prática corrente.

A educação dos jovens em relação ao domínio do meio ambiente e sua associação a todas as tarefas da salvaguarda é um dos imperativos maiores da ação comunitária.

(...)

Para permitir à população participar da elaboração dos programas, convém fornecer-lhes os elementos para apreciação da situação: de uma parte, explicando-lhe o valor histórico e arquitetônico das edificações a serem conservadas e, de outra parte, fornecendo-lhe todas as indicações sobre os regulamentos definitivos e temporários.

Essa participação, torna-se ainda mais importante na medida em que não se trate apenas da restauração de algumas construções privilegiadas, mas da reabilitação de bairros inteiros.

Essa sensibilização prática à cultura, seria um benefício social considerável.

Público alvo: público e especialmente pelas novas gerações

Agente educativo: OEA e UNESCO e demais organizações internacionais

Foco: apreciar o patrimônio, informar, explicar o valor histórico e arquitetônico das edificações a serem conservadas, fornecer indicações sobre os regulamentos definitivos e temporários.

12. Manifesto de Amsterdã

Carta europeia do patrimônio arquitetônico
Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico
Amsterdã, outubro de 1975 (p.211)

Adota e promulga os princípios da presente carta, preparada pelo Comitê dos Monumentos e Sítios do Conselho da Europa, abaixo redigidos:

5. O patrimônio arquitetônico tem um valor educativo determinante.

Ele oferece conteúdo privilegiado de explicações e comparações sobre o sentido das formas e um manancial de exemplos de suas utilizações. Ora, a imagem e o contato direto adquirem novamente uma importância decisiva na formação dos homens. Importa, portanto, conservar vivos os testemunhos de todas as épocas e de todas as experimentações.

A sobrevivência desses testemunhos só estará assegurada se a necessidade de sua proteção for compreendida pela maior parte e, especialmente, pelas gerações jovens, que por eles serão responsáveis.

Público alvo: prioriza as gerações jovens

Agente educativo: não define

Foco: sobrevivência dos testemunhos

13. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea

Conferência Geral da UNESCO – 19ª sessão
Nairóbi, 26 de novembro de 1976 (p.217)

51. A tomada de consciência em relação à necessidade da salvaguarda deve ser estimulada pela educação escolar, pós-escolar e universitária e pelo recurso aos meios de informação tais como os livros, a imprensa, a televisão, o rádio, o cinema e as exposições itinerantes. As vantagens, não apenas estéticas e culturais, mas também sociais e econômicas que pode oferecer uma política bem conduzida de salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser objeto de uma informação clara e completa. Essa informação deveria ser amplamente difundida entre os organismos especializados, tanto privados como públicos, nacionais, regionais e locais e entre a população, para que saiba porque e como seu padrão de vida pode ser melhorado.

52. O estudo dos conjuntos históricos deveria ser incluído no ensino em todos os níveis e, particularmente, no de história, para inculcar no espírito dos jovens a compreensão e o respeito às obras do passado e para mostrar o papel desse patrimônio na vida contemporânea. Esse ensino deveria utilizar amplamente os meios audiovisuais e as visitas aos conjuntos históricos ou tradicionais.

53. Conviria facilitar o acesso a cursos de aperfeiçoamento e reciclagem para pessoal docente e para guias, bem como a formação de instrutores para ajudar os grupos de

jovens e de adultos desejosos de se iniciar no conhecimento dos conjuntos históricos e tradicionais.

Público alvo: prioriza os estudantes

Agente educativo: docentes, guias, instrutores

Foco: Salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência com base não só em aspectos estéticos e culturais, mas também sociais e econômicos.

14. Carta de Washington

Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas

ICOMOS – Conselho internacional de monumentos e sítios

Washington, 1986 (p.281)

Métodos e instrumentos

15. Para assegurar a participação e o envolvimento dos habitantes, deverá ser efetuado um programa de informações gerais que comece desde a idade escolar. Deverá ser favorecida a ação das associações de salvaguarda e deverão ser tomadas medidas de caráter financeiro para assegurar a conservação e restauração das edificações existentes.

Público alvo: habitantes das cidades históricas

Agente educativo: associações de salvaguarda

Foco: conservação e restauração das edificações existentes

15. Carta de Cabo Frio

Vespuciana – Encontro de civilizações nas Américas

Cabo frio, outubro de 1989 (p.289)

6. O êxito de uma política preservacionista tem como fator fundamental o engajamento da comunidade, que deve ter por origem um processo educativo em todos os níveis, com a utilização dos meios de comunicação. O respeito aos valores naturais, étnicos e culturais, enfatizados através da educação pública, contribuirá para a valorização das identidades culturais.

Público alvo: comunidade, prioriza os estudantes.

Agente educativo: docentes

Foco: respeito aos valores naturais, étnicos e culturais, valorização das identidades culturais.

16. Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular

Conferência Geral da UNESCO – 25ª sessão

Paris, 15 de novembro de 1989 (p.293)

(...) Nesse sentido, conviria que os Estados-membros:

a) elaborassem e introduzissem nos programas de ensino, tanto curriculares como extra-curriculares, o estudo da cultura tradicional e popular de maneira apropriada, destacando especialmente o respeito a esta do modo mais amplo possível, e considerando não apenas as culturas rurais ou das aldeias, mas também aquelas

criadas nas zonas urbanas pelos diversos grupos sociais, profissionais, institucionais, etc., para fomentar assim melhor entendimento da diversidade cultural e das diferentes visões de mundo, especialmente as que não participem da cultura dominante.; (...).

Público alvo: estudantes

Agente educativo: estados membros

Foco: fomentar entendimento da diversidade cultural e das diferentes visões de mundo, especialmente as que não participem da cultura dominante

17. Carta internacional do ICOMOS sobre proteção e gestão do patrimônio cultural subaquático

Sofia, outubro de 1996 (p.347)

A equipe de pesquisa deverá buscar comprometer as comunidades e integrar os grupos nas intervenções, na medida em que este compromisso seja compatível com a proteção e a gestão. Quando possível a equipe de pesquisa deverá dar oportunidade para que o público desenvolva a experiência arqueológica através de treinamento e educação patrimonial.

Público alvo: comunidade

Agente educativo: equipe de pesquisa

Foco: comprometer o público alvo para a proteção e gestão do patrimônio

18. Documento do Mercosul

Carta de Mar del Plata sobre o patrimônio intangível

Mar del Plata, junho de 1997 (p.359)

Recomendações

5. Elaborar um modelo de cartilha sobre patrimônio cultural intangível como meio para informar a população, para ser utilizada pelos Ministérios da Cultura e da Educação e outras instituições públicas ou privadas envolvidas na atividade docente, com o objetivo de empregá-la no sistema de educação formal e informal.

(...)

9. Estimular os governos a incorporarem os conteúdos de Patrimônio Cultural Intangível nos currículos escolares e propiciar a realização de oficinas nas disciplinas afins; (...).

Público alvo: público em geral, prioriza os estudantes

Agente educativo: governo

Foco: Informar a população sobre patrimônio intangível

19. Carta de Fortaleza

Patrimônio imaterial: estratégias e formas de proteção

Fortaleza, novembro de 1997 (p.363)

10. que seja desenvolvido um Programa Nacional de Educação Patrimonial, a partir da experiência do IPHAN, considerando sua importância no processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Público alvo: não definido

Agente educativo: IPHAN

Foco: desenvolvimento do Programa Nacional de Educação Patrimonial

20. Decisão 460

Sobre proteção e recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade Andina
Cartagena de Índias, Colômbia, 25 de maio de 1999 (p.367)

Artigo 5. Os países-membros se obrigam a estabelecer em seu território os serviços adequados de proteção do patrimônio cultural, dotado de pessoal competente para garantir eficazmente as seguintes funções: (...)

c) exercer programas educativos para estimular e desenvolver o respeito ao patrimônio cultural de todos os países.

Público alvo: não definido

Agente educativo: países membros

Foco: estimular e desenvolver o respeito ao patrimônio cultural

21. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

Paris, 17 de outubro de 2003 (p.371)

Artigo 14: Educação, conscientização e fortalecimento de capacidades

Cada Estado Parte se empenhará, por todos os meios oportunos, no sentido de: (...)

1. assegurar o reconhecimento, o respeito e a valorização do patrimônio cultural imaterial na sociedade, em particular mediante:

i) programas educativos, de conscientização e de disseminação de informações voltadas para o público, em especial para os jovens;

ii) programas educativos e de capacitação específicos no interior das comunidades e dos grupos envolvidos;

(...)

iv) meios não-formais de transmissão do conhecimento;

c) promover a educação para a proteção dos espaços naturais e lugares de memória, cuja existência é indispensável para que o patrimônio imaterial possa se expressar.

Público alvo: público em geral, com atividades diferentes para públicos específicos

Agente educativo: estados-parte

Foco: reconhecimento, o respeito e a valorização do patrimônio cultural imaterial

ANEXO 2 – EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

INGLATERRA

O termo *Heritage Education* surgiu na Inglaterra. No país, o órgão legal do Governo para a proteção do patrimônio histórico é o *Historic Buildings and Monuments Commission for England*, mais conhecido como *English Heritage*.

No que se refere à educação patrimonial, a instituição tem como um de seus objetivos incentivar e estimular proteção do patrimônio histórico da Inglaterra por meio de:

1. Aumento da consciência pública sobre o patrimônio histórico;
2. Ampliação do acesso ao patrimônio histórico e envolvimento com diversas comunidades
3. Estimulo ao acesso, o interesse e a fruição do patrimônio por meio da proteção de sítios e coleções.

O *English Heritage* possui um grande programa de atividades educativas nos bens e sítios protegidos, voltado principalmente para grupos escolares. As *Discovery Visits* são atividades coordenadas por educadores especializados – equipes próprias e voluntários - direcionadas para grupos de até 30 crianças, pelo preço de £90⁹⁷. Há vários roteiros disponíveis, com três estágios de complexidade de acordo com a idade dos visitantes.

Fora isso, há material informativo disponível no sítio eletrônico sobre os bens protegidos e recursos didáticos como aulas prontas, atividades baseadas no currículo e imagens disponibilizadas gratuitamente. Também é editada semestralmente uma revista para professores.

O órgão criou em 2004 o *Historic Environment Local Management* - HELM com o objetivo de colaborar com os principais parceiros por meio de treinamento e orientação às autoridades locais, organismos regionais e organizações nacionais cujas ações se relacionam ao patrimônio, por meio de Parcerias Locais Estratégicas.

CHILE E URUGUAI

Cynthia Haigert (in: SOARES, 2003) aponta experiências no Chile e no Uruguai, em fase inicial. Estas estão voltadas para o ambiente escolar, para crianças e professores. A abordagem é de sensibilização para a valorização do patrimônio cultural.

CUBA

O Escritório do Historiador de Havana⁹⁸, criado em 1938, mantém projetos socioeducativos desde 1999. Observa-se uma mescla de atividades recreativas e educativas, em um propósito maior de aumento da qualidade de vida, principalmente para moradores do centro histórico.

Programa Infantil Sociocultural – Voltado para alunos do ensino básico e especial, baseia-se comparecimento regular em museus (como complemento ao

⁹⁷ Aproximadamente R\$240,00 em 17/10/2010.

⁹⁸ Trata-se de um organismo municipal autônomo cujo objetivo é fomentar a cultura e preservar o patrimônio cultural da cidade de Havana. É uma das poucas instituições que o regime manteve após a revolução. O planejamento está baseado na participação de todos os interessados a partir da criação de espaços de concertação entre as partes. O modelo de gestão aplicado desde 1993 vê a cultura como o principal eixo de desenvolvimento socioeconômico.

currículo do ensino primário), nas chamadas Aulas Museu⁹⁹ e oficinas de criação. São também promovidas visitas guiadas a monumentos e eventos culturais uma vez por semana. Durante as férias as crianças participam de vários projetos culturais com o objetivo de ensiná-los a utilizar bem o tempo livre em atividades com a família e com o patrimônio do centro histórico.

Programa Sociocultural para a Terceira Idade - Devido ao grande número de moradores idosos no centro histórico de Havana, desde 1994 são desenvolvidas atividades culturais e terapêuticas, tais como: visitas a museus, exposições, monumentos, sítios históricos, debates, dinâmicas de grupo, técnicas de ativação da memória, entre outros. É promovido também um workshop anual - *Taller de Rescate de la Memoria Barrial*, no qual os idosos têm a oportunidade de resgatar memórias, reconstruindo acontecimentos e lugares que fazem parte da história do centro histórico.

Toda a população pode participar e, assim, enriquecer seus conhecimentos sobre a história do bairro. A participação dos idosos neste programa envolve resultados muito positivos, tanto físicos como emocionais.

Programas Culturais - O Escritório trabalha conjuntamente ações de restauração e conservação do patrimônio a ações que ajudam a desenvolver a comunidade do centro histórico e transformá-lo em um pólo cultural. Para isso, as instituições promovem muitos eventos culturais, destinados a diferentes grupos da sociedade (por sua origem social, interesse e necessidades) com base em um diagnóstico sistemático das expectativas, gostos e interesses culturais. Foram também criadas confrarias ou associações de carpinteiros, pedreiros, sapateiros e ourives em Havana Velha, para donas de casa, pensionistas e trabalhadores independentes com o objetivo de resgatar as tradições artesanais em Havana¹⁰⁰.

FRANÇA

O projeto *Villes et Pays d'Art et d'Histoire*¹⁰¹ é uma rede nacional desenvolvida desde 1985 pelo Ministério da Cultura e da Comunicação e pelo Departamento de Arquitetura e Patrimônio da França, em parceria com autoridades locais.

O objetivo é definir conjuntamente objetivos específicos de promoção do patrimônio e de educação patrimonial que serão implementados por meio de ações de conhecimento, conservação, proteção e valorização do patrimônio arquitetônico e paisagístico, e viabilizadas com auxílio financeiro do governo francês. A partir daí os territórios, municípios ou grupos de municípios recebem o título de *Villes et Pays d'Art et d'Histoire*.

⁹⁹ Essa atividade é realizada conjuntamente com a Direção Municipal de Educação. Em cada museu é organizado um programa direcionado para os alunos, de acordo com o perfil do museu e a idade das crianças e série escolar. As atividades abrangem educação ambiental, desenvolvimento de valores estéticos e comportamentos adequados e hábitos e estilos de vida saudáveis. Devido aos bons resultados, o projeto foi estendido para outras cidades cubanas.

¹⁰⁰ Existem também programas de capacitação de mão de obra para jovens entre 18 e 21 anos com ênfase no resgate de ofícios tradicionais relacionados ao restauro de bens culturais. Em um local pobre como Havana e com tantos bens a serem preservados, é uma atividade não só essencial para a preservação, mas para garantir emprego para uma parcela significativa da população.

¹⁰¹ Livrementemente traduzido como Cidade ou país de arte e história. A rede conecta 137 cidades e países, arte e história ligados à promoção do patrimônio e da arquitetura por meio de atividades como visitas, passeios, exposições, educativas, habitacionais, de planejamento e serviços técnicos, desenvolvimento sustentável e turismo. Em 1995 foi criado o Conselho Nacional de Cidades e Países de Arte e História, que estabelece diretrizes gerais da política nacional e emite pareceres de inclusão ou exclusão da rede.

Com o programa, o governo pretende inculcar na população a consciência pública do patrimônio cultural no sentido de que a qualidade urbana, arquitetônica e paisagística é uma responsabilidade social e deve ser amplamente discutida localmente e incentivada por meio da criação de um sentimento de pertencimento à comunidade.

Nesse sentido, são promovidas ações educativas, por meio de cooperação com o Ministério da Educação e Cultura, para estudantes do jardim de infância à graduação. Tais atividades incluem workshops, excursões, visitas guiadas, conferências, oficinas, entre outras.

Dois dos projetos existentes são "Adote patrimônio", no qual estudantes descobrem e exploram um local, um prédio ou um objeto por um ano letivo ou mais; e o Projeto "Adote um jardim", no qual estudantes se conscientizam da preservação da paisagem e do ambiente por meio da apropriação de um jardim público ou privado, rural ou urbano. Com uma abordagem multidisciplinar e com a ajuda de profissionais - jardineiro, paisagista - ou artistas - pintor, fotógrafo - os alunos aprendem a história da composição, e outros aspectos do jardim antigo e contemporâneo.

As estratégias didáticas utilizadas têm como base a experimentação direta, por meio de visitas, equipamentos e materiais pedagógicos adequados a cada faixa etária. A apropriação do patrimônio acontece em atividades criativas, individuais ou em grupos, de produção de exposições, teatro, filmes, dança, etc. e, para isso, existe uma parceria com outras instituições como teatros, museus, arquivos, bibliotecas e bibliotecas de mídia. As atividades educativas relacionam-se a conteúdos curriculares e são realizadas isoladamente ou articuladas, ao longo do ano letivo.

São montados também Centros de Interpretação da Arquitetura e do Patrimônio (CIAP), uma exposição didática sobre o patrimônio local, voltada para visitantes, moradores e estudantes e de discussão sobre o desenvolvimento urbano. Este equipamento funciona em conjunto com outros equipamentos culturais da comunidade (museu, biblioteca, central de planejamento, etc.) e ajuda a completar o desenvolvimento cultural regional.

Para implementar essas ações, é necessário criar um departamento de promoção da arquitetura e do patrimônio. Deve ser realizado um trabalho de parceria envolvendo diversos atores: secretaria de cultura, turismo e educação, serviço de patrimônio, arquivos municipais, instituições educativas, museus, entre outros. Um comitê presidido pelo prefeito se reúne regularmente para avaliar as ações e decidir quais se engajar.

Um outro viés de grande importância na França são as atividades educativas voltadas para turistas. Visando este público e a comunidade escolar existe um programa de recrutamento e formação continuada de guias e de animadores da arquitetura e do patrimônio. Os animadores são responsáveis pela criação e direção do departamento de educação que coordena as ações profissionais, professores e jovens de uma cidade ou região. O guia auxilia o animador para a execução das atividades organizadas pelo Serviço de Patrimônio.

UNESCO

A UNESCO lançou em 1994 o *Young People's World Heritage Education Programme* (WHE Programme), cujo objetivo é incentivar e capacitar os jovens para a participação da conservação do patrimônio e enfrentar as constantes ameaças que este enfrenta, nos níveis local e global.

O programa foi uma resposta ao artigo 27 da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (Convenção do Patrimônio Mundial).

A abordagem é mais ampla do que o patrimônio cultural, abarcando também ecologia e biodiversidade. Entre os objetivos estão:

- Desenvolver novas e eficazes abordagens educativas, métodos e materiais para apresentar/reforçar a Educação Patrimonial nos currículos nos Estados Membros da UNESCO;

- Integrar educadores, especialistas em patrimônio, especialistas em meio ambiente, os Estados membros, e outros atores interessados.

O Programa atua por meio de Fóruns da Juventude e acampamentos de verão; seminários para formação para professores, educadores e jovens; produção de multimídia; material didático, incluindo a produção de episódios de uma série de desenho animado estrelado pelo personagem "Patrimônio"; elaboração e distribuição do kit educacional "Patrimônio Mundial nas mãos dos jovens" para professores do ensino secundário.

CONSELHO DA EUROPA

O Conselho da Europa¹⁰² iniciou a promoção de atividades de educação patrimonial em 1989¹⁰³, com a *Recommendation n° R(98)5 do Committee of Ministers to member states concerning heritage education*. O documento recomenda a adoção de medidas adequadas para iniciar e desenvolver ações de educação patrimonial e promover o conhecimento do patrimônio entre os jovens. É um marco de todas as atividades do Conselho. O foco¹⁰⁴ das ações é o desenvolvimento do conceito de patrimônio cultural com base nos valores da democracia, convivência pacífica, tolerância e desenvolvimento sustentável.

A partir daí foram lançados alguns projetos, alguns serão brevemente descritos a seguir.

*European Heritage Classes*¹⁰⁵ – São excursões internacionais com o objetivo de possibilitar a alunos do ensino primário e secundário conhecer um determinado sítio (histórico, arquitetônico, arqueológico, literário, artístico, científico ou técnico), o seu entorno, sua história e seu papel hoje. Existe um grande envolvimento dos participantes - alunos, professores e colaboradores culturais dos países – desde a escolha dos temas trabalhados (que se relacionam às disciplinas escolares), até a preparação do programa, da metodologia e dos meios de comunicação.

¹⁰² O Conselho da Europa, fundado em 1949, é uma organização política intergovernamental que possui atualmente 47 países membros. Tem como objetivo desenvolver toda a Europa a partir de princípios comuns e democráticos com base na Convenção Europeia dos Direitos Humanos e outros documentos similares.

¹⁰³ O primeiro movimento nesse sentido se deu em 1969, com uma resolução que recomendou levar em consideração o patrimônio cultural nas políticas de planejamento urbano, bem como a introdução do assunto nos currículos escolares para despertar nos jovens o sentimento e o sentido de responsabilidade para com o seu ambiente cultural.

¹⁰⁴ Pelo fato do continente europeu ser formado por dezenas de países com culturas diferentes, todas as ações têm como mote o conhecimento de outras culturas para o fortalecimento da unidade europeia, incentivando um espírito de cidadania, tolerância e convivência. A idéia era demonstrar o continente possui uma herança multicultural e assimilou influências extra-europeias, mas que são parte de um patrimônio comum.

¹⁰⁵ Livremente traduzido como *Aulas do Patrimônio Europeu*. A origem é uma iniciativa da França no início de 1980. Começaram a acontecer no âmbito do Conselho em 1989, não foi encontrada informação sobre se deixaram de ser produzidas.

*The City beneath the City*¹⁰⁶ - Teve como objetivo familiarizar alunos entre 6 e 12 anos com a história e o desenvolvimento da sua cidade com o objetivo de sensibilizá-los para a necessidade de preservar a sua herança cultural. O projeto incluiu atividades educativas em sítios, museus e na própria cidade, bem como as discussões com consultores e especialistas. No final do ano letivo, os alunos elaboraram a apresentação dos resultados, que deu origem ao *City Discovery Trail*¹⁰⁷, uma espécie de guia sobre a cidade.

*Europe: from one street to the Other (EOSO)*¹⁰⁸ – Projeto destinado a crianças de 9 a 12 anos, que ofereceu uma série de atividades focadas em uma rua no bairro dos alunos envolvidos. O objetivo era melhorar a compreensão mútua, a sensibilização para a diversidade e destacar os aspectos multiculturais e interculturais do patrimônio comum da Europa.

Atualmente o Conselho promove o *European Heritage Days*¹⁰⁹. Uma vez por ano celebra-se o patrimônio cultural da Europa em 50 países por meio da aproximação do público com seus bens culturais através de eventos e da abertura edifícios históricos, normalmente fechado ao público.

¹⁰⁶ Livremente traduzido como *A cidade sob a cidade*, aconteceu em 1995-1996, criado em colaboração com ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration - Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração da Propriedade Cultural) e *English Heritage*, por ocasião do Ano Europeu de Arqueologia.

¹⁰⁷ O guia deveria apontar aspectos como evolução urbana, monumentos históricos e desenvolvimento e conservação do patrimônio. Os produtos criados pelos alunos foram avaliados e premiados por um júri internacional.

¹⁰⁸ Livremente traduzido como *Europa: de uma rua à outra*, aconteceu entre os anos de 2001 e 2004 como um projeto piloto. Em 2004, todas as atividades de educação patrimonial e o EOSO foram avaliados em cooperação com INVALSI (Instituto Italiano para a avaliação dos sistemas educativos).

¹⁰⁹ Livremente traduzido como Jornadas Europeias do Patrimônio, lançada pelo Conselho da Europa em 1991, tem sido desde 1999 uma ação conjunta do Conselho da Europa e a Comissão Europeia. A cada ano, eventos nacionais e regionais são organizados em torno de um tema especial. Estes temas variam em cada país, de ano para ano, mas há um incentivo à seleção de temas transnacionais e atividades transfronteiras.

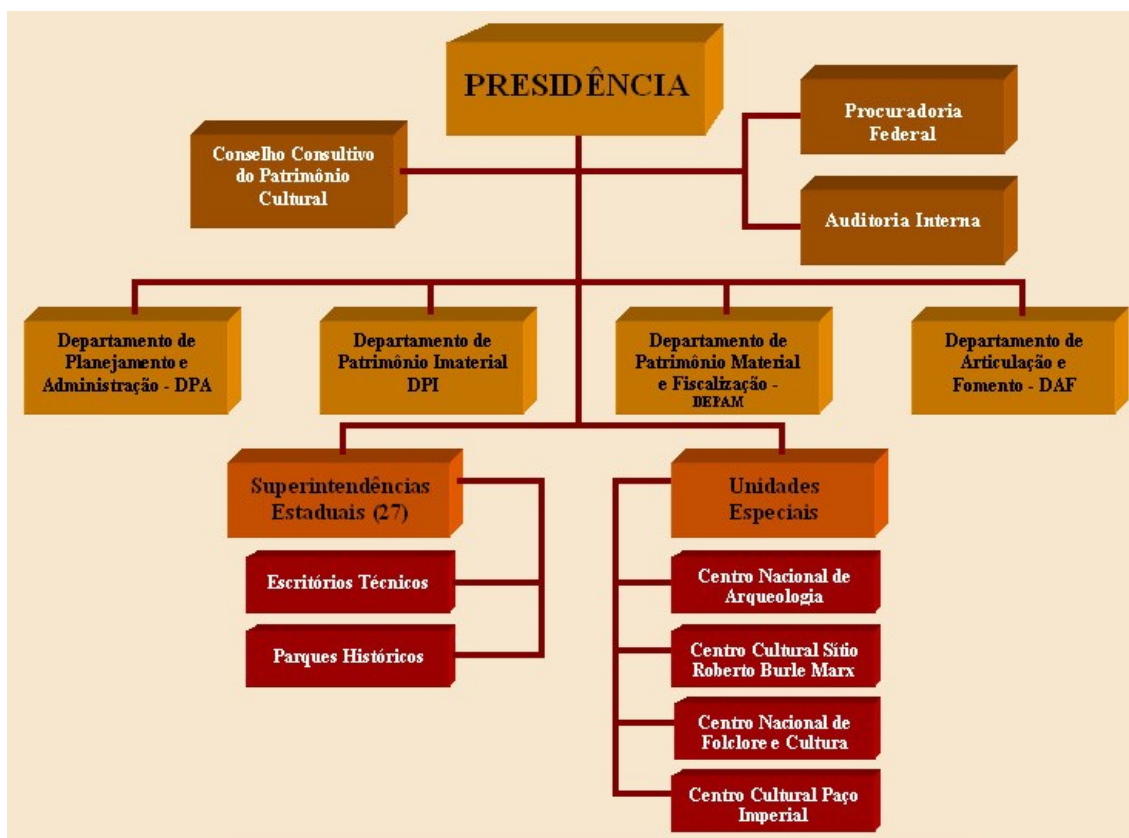
ANEXO 3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IPHAN¹¹⁰

FIG. 2 – Organograma do Iphan

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14677&retorno=paginaIphan>, consultado em 09/10/2010

IPHAN Central

O IPHAN Central é tem sede em Brasília e no Rio de Janeiro.

Em Brasília-DF estão localizados a Presidência, Procuradoria Federal, Auditoria Interna e todos os Departamentos: Departamento de Planejamento e Administração (DPA), Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), Departamento de Articulação e Fomento (DAF).

Na capital fica sediado também o Arquivo Aloísio Magalhães – AAM (composto por acervo iconográfico, composto pelas ações de referenciamento cultural dos antigos Centro Nacional de Referência Cultural e Fundação Nacional Pró-Memória). Contudo, o AAM está desativado desde 1997 para o público externo.

No Rio de Janeiro, com sede no Palácio Gustavo Capanema, fica o Arquivo Central do IPHAN, onde estão guardados os processos de tombamento, Livros de Tombo, Livros de Registro do Patrimônio Imaterial e documentação relativa à saída e retorno de obras de artes do país.

SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS

¹¹⁰ Informações retiradas do sítio eletrônico com IPHAN:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14677&retorno=paginaIphan>, consultado em 09/10/2010

1. Superintendência do Iphan no Acre
2. Superintendência do Iphan no Amazonas
3. Superintendência do Iphan no Pará
4. Superintendência do Iphan em Roraima
5. Superintendência do Iphan no Maranhão
6. Superintendência do Iphan no Ceará
7. Superintendência do Iphan no Amapá
8. Superintendência do Iphan em Pernambuco
9. Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro
10. Superintendência do Iphan na Bahia
11. Superintendência do Iphan em Sergipe
12. Superintendência do Iphan em São Paulo
13. Superintendência do Iphan no Paraná
14. Superintendência do Iphan em Santa Catarina
15. Superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul
16. Superintendência do Iphan em Minas Gerais
17. Superintendência do Iphan em Goiás
18. Superintendência do Iphan no Distrito Federal
19. Superintendência do Iphan em Rondônia
20. Superintendência do Iphan em Alagoas
21. Superintendência do Iphan em Mato Grosso do Sul
22. Superintendência do Iphan no Piauí
23. Superintendência do Iphan em Mato Grosso
24. Superintendência do Iphan na Paraíba
25. Superintendência do Iphan no Espírito Santo
26. Superintendência do Iphan em Tocantins
27. Superintendência do Iphan no Rio Grande do Norte

De acordo com o Decreto nº 6.844, de 7 de maio 2009 é aprovada a nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, e dá outras providências como a criação de novas Superintendências.

As Superintendências Estaduais compete a coordenação, o planejamento, a operacionalização e a execução das ações do Iphan, em âmbito estadual, bem como a supervisão técnica e administrativa dos Escritórios Técnicos e de outros mecanismos de gestão localizados nas áreas de sua jurisdição e, ainda:

- I - analisar, aprovar, acompanhar, avaliar e orientar projetos de intervenção em áreas ou bens protegidos pela legislação federal;
- II - exercer a fiscalização, determinar o embargo de ações que contrariem a legislação em vigor e aplicar sanções legais;
- III - autorizar a saída do país e a movimentação de bens culturais que não estiverem sujeitos à aplicação da legislação federal de proteção;
- IV - colaborar com os órgãos do Iphan na elaboração de critérios e padrões técnicos para conservação e intervenção no patrimônio cultural;
- V - instruir as propostas de tombamento de bens culturais de natureza material e as de registro de bens culturais de natureza imaterial;

VI - articular, apoiar e coordenar levantamentos, estudos e pesquisas que possibilitem ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural;

VII - manter e gerenciar os arquivos e bibliotecas do Iphan, dentro de sua área de atuação; e

VIII - apoiar a execução das ações de promoção, visando à organização e à difusão de informações acerca do patrimônio cultural.

Parágrafo único. Subordinam-se às Superintendências Estaduais os Escritórios Técnicos, Parques Históricos e outras unidades de gestão, segundo a natureza do bem sob sua tutela e das exigências operacionais para a preservação do local, em sua área de atuação.

MUSEUS

1. Museu da Inconfidência
2. Museu da República
3. Museu de Biologia Professor Mello Leitão
4. Museu Histórico Nacional
5. Museu Imperial
6. Museu Lasar Segall
7. Museu Nacional de Belas Artes
8. Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya
9. Museu Villa-Lobos

CASAS HISTÓRICAS

1. Casa Borba Gato
2. Casa Chica da Silva
3. Casa da Baronesa
4. Casa da Princesa
5. Casa de Cultura de Santa Bárbara
6. Casa dos Ottoni
7. Casa do Bonfim
8. Casa Setecentista

UNIDADES ESPECIAIS

1. Centro Nacional de Arqueologia
2. Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx
3. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
4. Centro Cultural Paço Imperial

PARQUES HISTÓRICOS

1. Guararapes – PE
2. Missões – RS

ANEXO 4 – RELATÓRIOS DE GESTÃO E ATIVIDADES¹¹¹

1998 – Relatório de Atividades

A educação patrimonial é tratada dentro do tópico difusão, o qual abarca também o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, intercâmbio e formação profissional, publicações e eventos (cursos, seminários, campanhas, exposições).

Publicações:

1. Guia Básico de Educação Patrimonial
2. Icó: Patrimônio de todos – roteiro para a preservação do patrimônio cultural (SR Ceará)

Ações:

1. Programa de Educação Patrimonial São Luís e Alcântara (SR Maranhão)
2. Projeto Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer, em andamento na cidade de Goiás/GO (SR Goiás, Tocantins e Mato Grosso)

1999/2000 – Relatório de Atividades

A educação patrimonial é colocada ao lado das atividades de promoção, juntamente com campanhas institucionais, publicações, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade e o Sistema Nacional de Referência para Sinalização de Sítios Históricos e Arqueológicos.

Ações:

1. Campanha Nacional de Educação Patrimonial

2001/2002 – Relatório de Atividades

Não são citadas ações de educação patrimonial.

2003/2004 – Relatório de Atividades

A educação patrimonial é descrita juntamente com as atividades de promoção e difusão, além de outras, como Oficina-Escola, edições e publicações, Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade e portal do Iphan na internet.

Publicações:

1. Cartilha Conhecer para preservar- Preservar para conhecer e Caderno História da Amazônia antes da conquista (SR Amazonas, Roraima)

Ações:

1. Oficinas de educação patrimonial

¹¹¹ Trata-se do levantamento das atividades explicitamente nomeadas como educação patrimonial, mesmo que este trabalho não as considere como tal. Do mesmo modo, algumas atividades de educação patrimonial (segundo as entrevistas e documentos analisados) não são identificados como educação patrimonial. O levantamento iniciou-se em 1998 pelo fato de não ter havido acesso a documentos anteriores. Nos anos de 2002 a 2004 privilegiou-se os relatórios de atividades em detrimento aos de gestão pelo fato de serem documentos publicados oficialmente pelo Iphan. São descritas atividades promovidas pelo Iphan Central e pelas Superintendências Regionais.

2. Ações de educação patrimonial no Médio Amazonas (reuniões com autoridades governamentais e não-governamentais e prestando esclarecimentos às populações locais) – (SR Amazonas, Roraima)
3. Programa de educação patrimonial Viver o Desterro (SR Maranhão)
4. Oficinas de educação patrimonial em São Miguel das Missões (SR Rio Grande do Sul)
5. Oficina de educação patrimonial e publicação de material pedagógico de divulgação em Antônio Prado (SR Rio Grande do Sul)
6. Ações de educação patrimonial e participação comunitária no Museu do Ouro (SR Minas Gerais)
7. Palestras de educação patrimonial, no contexto do projeto Prazer em Conhecer, Compromisso em Preservar em Natividade-TO (SR Goiás, Mato Grosso, Tocantins)
8. Oficina de transformação de saber à comunidade de Marechal Deodoro o modo de fazer o bico da singeleza e palestra Conservação do Patrimônio, Participação da Comunidade (SR Alagoas)
9. Palestras de esclarecimento no Parque Nacional da Serra da Capivara (SR Piauí)
10. Plano de participação da sociedade civil no programa de proteção da Fortaleza de Santa Catarina (restaurada pelo Iphan na década de 1970), em Cabedelo, incluída a normatização do seu entorno (SR Paraíba e Rio Grande do Norte)

2005 – Relatório de Gestão

A educação patrimonial é colocada juntamente a outras atividades do Iphan como fiscalização, conservação, inventários, pesquisas, etc.

Publicações

1. Reedição da cartilha “Patrimônio Cultural - Para preservar” (SR Goiás, Tocantins e Mato Grosso)
2. Cartilha para morador do centro histórico Penedo (SR Alagoas)
3. Elaboração de material educativo sobre as obras da restauração da igreja de São José do Jenipapo em Castro Alves (SR Bahia)
4. Confecção de cartilhas para o dia da consciência: São Luís Patrimônio Cultural da Humanidade (SR Maranhão)

Ações:

1. 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial
2. Criação do Laboratório de Educação Patrimonial “Construindo Identidades” (SR Amazonas e Roraima)
3. Ação piloto na rua Bernardo Ramos, no Centro Histórico de Manaus (SR Amazonas e Roraima)
4. Participação na Campanha contra do Tráfico de bens Culturais, junto com a Polícia Federal (SR Amazonas e Roraima)
5. Oficina de EP em Paricatuba/AM, com o MAE-USP trabalhando a questão da arqueologia (SR Amazonas e Roraima)
6. Oficinas na 1ª SR com a arquiteta Evelina Grumberg, diretora do Museu da Abolição da República/PE (SR Amazonas e Roraima)

7. Oficina com a museóloga Aparecida Rangel, da Casa Rui Barbosa/RJ (SR Amazonas e Roraima)
8. Eventos realizados no Canto do Patrimônio: exposições, palestras, oficinas, lançamento de revista e ciclo de leitura (SR Pará e Amapá)
9. Exposição de encerramento do Programa Viver o Desterro (SR Maranhão)
10. Orientação técnica à equipe da Fundação Mirante sobre a metodologia e ser empregada no programa de educação patrimonial Um olhar sobre os mirantes, com a comunidade da Ilhinha em São Luís (SR Maranhão)
11. Participação da Superintendente Regional como palestrante no 2º Fórum para o Desenvolvimento Sustentável do Bairro do Desterro, com o tema educação patrimonial (SR Maranhão)
12. Evento: O patrimônio cultural das coleções e a configuração epistemológica moderna (um dos tópicos foi educação patrimonial: produção e narração de histórias) (SR Rio de Janeiro)
13. Apoio à Faculdade Silva Serpa em São Pedro da Aldeia na realização do curso de pós-graduação em educação patrimonial (SR Rio de Janeiro)
14. Parceria com a UFF – Faculdade de Educação por meio de Termo de Cooperação Técnica (SR Rio de Janeiro)
15. Ação de educação patrimonial para alunos de 1ª a 4ª série das redes públicas municipal e estadual da praia do Campeche, em Florianópolis (SR Santa Catarina)
16. Roteiros de imigração italiana e polonesa em Florianópolis (SR Santa Catarina)
17. Dois projetos do Escritório Técnico de Laguna receberam o Prêmio Fiat. Foi contratada professora que promove visitas guiadas no centro histórico, com alunos do ensino fundamental, médio e superior, além da elaboração de projetos em conjunto com a rede de ensino municipal e estadual (SR Santa Catarina)
18. Produção de fotos para divulgação do centro histórico de Antônio Prado (SR Rio Grande do Sul)
19. Ações de educação patrimonial em Antônio Prado e Santa Tereza (SR Rio Grande do Sul)
20. Atendimento a estudantes do ensino básico, fundamental, superior e pesquisadores (SR - Goiás, Tocantins e Mato Grosso)
21. Cursos e palestras (SR - Goiás, Tocantins e Mato Grosso)
22. Desenvolvimento atividades junto à comunidade (atendimento do público visitante, estudantes e pesquisadores); empréstimos de andaimes, organização do acervo bibliográfico, organização de arquivos administrativo e técnico, participação no Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura em Pirenópolis, participação em cerimônias do projeto Viva e Reviva Pirenópolis, participação na semana de arquitetura e urbanismo da UEG de Anápolis-GO, palestra a alunos do Colégio Setor Leste, em atividade da Cogeprom em Pirenópolis e palestra no encontro de educação patrimonial – Fundação Aroeira/Iphan em Corumbá-GO – Escritório Técnico de Pirenópolis (SR - Goiás, Tocantins e Mato Grosso)
23. Esclarecimento junto a comunidade sobre as responsabilidades que envolvem o tombamento federal. A equipe de técnicos e a então superintendente tem realizado palestras e entrevistas junto à Câmara de Vereadores, escolas, rádios locais, etc. (SR – Alagoas)

24. 1ª Oficina de Educação Patrimonial no município de Raimundo Nonato. As atividades consistiram em um ciclo de palestras direcionadas aos professores das redes pública e particular dos municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias e João Costa. (SR Piauí)

2006 – Relatório de Gestão¹¹²

Neste relatório começam a ser citadas as Casas do Patrimônio¹¹³:

1. *“A aquisição de imóveis em João Pessoa e Vitória para abrigar as sedes de duas SRs do Iphan deverá em breve atender aos propósitos conceituais das Casas do Patrimônio”*. (p.13)

Publicações:

1. Publicação da Nova Carta à Cidade de Goiás (SR Goiás, Tocantins e Mato Grosso).

Ações:

1. Atividades de pesquisa e identificação como ação de educação patrimonial na ilha de Marajó e em Santarém (SR Pará)
2. Oficinas de educação patrimonial em Rondônia (SR Rondônia)
3. Oficinas de educação patrimonial em Areias e Santa Rita (SR Paraíba)
4. Campanha Ei! Meu patrimônio é federal!, em Marechal Deodoro (SR Alagoas)
5. Ações de educação patrimonial no Parque Nacional das Sete Cidades (PI) para funcionários e guias de visitação turística (SR Piauí)
6. I Fórum do Patrimônio Cultural em Castelo do Piauí (SR Piauí)
7. Ações para comunidades do entorno do Parque Nacional Serra da Capivara (SR Piauí)
8. Concurso de redação Herança Cultural de Modernidade realizado pelo ETEC de Goiás-GO que teve como público-alvo os alunos da rede oficial de ensino (SR Goiás, Tocantins e Mato Grosso).
9. Campanha educativa Cidade de Goiás para conscientização da população (SR Goiás, Tocantins e Mato Grosso).
10. Educação Patrimonial: Viver o Bairro do Desterro II Etapa (SR Maranhão)
11. Curso de capacitação de regentes de corais – elaboração de material didático livros, cartilhas, etc. (SR Rio de Janeiro)
12. Documentação e registro da experiência de educação patrimonial realizada pelo Iphan em Antônio Prado nas décadas de 1980 e 1990 (SR Rio Grande do Sul)
13. Educação Patrimonial em Antônio Prado – realização do projeto raízes. (SR Rio Grande do Sul)

2007 – Relatório de Gestão

Casas do Patrimônio

1. Obra de adaptação para implantação da Casa do Patrimônio em Alcântara-MA

¹¹² Não foi possível acesso às ações detalhadas de cada Superintendência.

¹¹³ A partir de 2006 são citadas atividades em várias Casas do Patrimônio, inclusive algumas não citadas pela Ceduc. Não foi possível verificar essas informações.

2. Casas do Patrimônio em Santa Catarina: Documentação, arquivamento e acesso público-mobiliário para Laguna e São Francisco do Sul (empenhado mas não pago)
3. Aquisição de imóvel para ser implantada a Casa do Patrimônio, em Penedo-AL (empenhado mas não pago)
4. Serviços Emergenciais de restauração e adaptação em imóvel do Antigo Terminal Ferroviário de Piranhas-AL, de propriedade da RFFSA, para instalar a Casa do Patrimônio do Iphan no município (empenhado mas não pago)
5. Obras de adaptação e reforma para a sede da 17ª Superintendência Regional e Casa do Patrimônio do IPHAN em Alagoas (empenhado mas não pago)
6. Adaptação de um imóvel para uso da Casa do Patrimônio da 20.ª SR do IPHAN, em João Pessoa-PB.
7. Manutenção da Casa do Patrimônio em Areia-PB

Publicações:

1. Cachoeira: vivências e compreensões do patrimônio cultural na cidade histórica de Cachoeira (SR Bahia)
2. “Bom Retiro: Memória urbana e Patrimônio Cultural” (SR São Paulo)
3. Cartilhas de Educação Patrimonial para sítios históricos. (SR Alagoas)
4. Produção de material promocional de educação patrimonial no Estado de Alagoas (SR Alagoas)

Ações:

1. Implantação de 23 “Pontos de Cultura”, denominados no IPHAN de “Pontos de Memória”.
2. Educação Patrimonial na região do Baixo Rio Madeira (SR Manaus)
3. Oficina de Educação patrimonial em Santa Rita e São Paulo de Valéria (SR Manaus)
4. Compra de embarcação para realização de inspeções técnicas e fiscalização do Patrimônio Arqueológico e ações de Educação Patrimonial nas comunidades situadas no entorno de Manaus (SR Manaus)
5. Educação Patrimonial no Estado do Amapá (SR Pará e Amapá)
6. 3ª Etapa do Projeto de educação patrimonial Viver o desterro - Lugares e Memórias (SR Maranhão)
7. Ações de educação patrimonial sem especificação (SR Rio de Janeiro)
8. Seminário de Educação Patrimonial dirigido a professores da rede pública de ensino de Cachoeira (SR Bahia)
9. Seminário de Educação Patrimonial para professores da rede estadual, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SR Sergipe)
10. “Bom Retiro: Multiculturalismo em Situação Urbana” com a realização do Concurso “Pesquisando nosso Bairro: o Bom Retiro e a Luz”, do Seminário “Patrimônio do Bom Retiro” na Oficina Cultural Oswaldo de Andrade em São Paulo (SR São Paulo)
11. Painéis de Educação Patrimonial na Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres (SR Paraná)
12. Participação em Oficina de Educação patrimonial em Viamão (SR Rio Grande do Sul)

13. Estruturação de Ação Educativa voltada para a Preservação do Patrimônio Cultural - Lago das Rosas. (empenhado mas não pago) (SR Goiás, Tocantins e Mato Grosso)
14. Concurso de Redação: "Memória Popular", Goiás-GO (SR Goiás, Tocantins e Mato Grosso)
15. Apoio concedido ao projeto: Oficina de Educação Patrimonial realizada pelo Museu Antropológico/UFG em Luziânia) (SR Goiás, Tocantins e Mato Grosso)
16. Realização de Oficinas de Educação Patrimonial consorciadas ao Salvamento de urnas funerárias arqueológicas em risco de destruição na comunidade de Vila Cintra, município de Rodrigues Alves/AC. (SR Rondônia e Acre)
17. Educação patrimonial em Coimbra (empenhado mas não pago) (SR Mato Grosso do Sul)

2008 – Relatório de Gestão

Casas do Patrimônio

1. Aquisição de equipamentos para o início do funcionamento da Casa do Patrimônio (SR Amazonas e Roraima)
2. Realização de eventos para abertura da Casa do Patrimônio de Manaus (SR Amazonas e Roraima)
3. Restauração, estabilização e implantação da nova sede do Escritório Técnico de Olinda – Casa do Patrimônio (SR Pernambuco)
4. Ampliação do acervo das bibliotecas com vistas à implantação das Casas do Patrimônio de Florianópolis, Laguna e São Francisco do Sul (SR Santa Catarina)
5. Execução de mobiliário com vistas à implantação das Casas do Patrimônio de Florianópolis, Laguna e São Francisco do Sul (SR Santa Catarina)
6. Casa do Patrimônio em Ouro Preto (SR Minas Gerais)
7. Evento “Café com prosa” tratando das temáticas: paisagem cultural, patrimônio imaterial e educação patrimonial, parte da Casa do Patrimônio de Goiás (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
8. Aquisição de prédio na área tombada para a instalação da SR e da Casa do Patrimônio (SR Distrito Federal)
9. Reforma e adaptação de imóvel para instalação da SR Alagoas e Casa do Patrimônio (SR Alagoas)
10. Reforma e adaptação de imóvel para instalação da Casa do Patrimônio de Marechal Deodoro (SR Alagoas)
11. Reforma e adaptação de imóvel para instalação da Casa do Patrimônio de Penedo (SR Alagoas)
12. Estruturação e acervo (aquisição de mobiliário e títulos) das bibliotecas das Casas do Patrimônio de Alagoas (SR Alagoas)
13. Elaboração e produção de material promocional para divulgar a implantação da Casa do Patrimônio de Marechal Deodoro (SR Alagoas)

Publicações

1. Cartilha educativa para preservação do sítio histórico de Alcântara (SR Maranhão)
2. 2ª edição das cartilhas dos sítios históricos de Aracati e Sobral (SR Ceará)

3. Confeção de cartilha voltada aos proprietários dos bens tombados do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração (SR Santa Catarina)
4. Livro “Educação patrimonial e educação: artigos e resultados” (SR Goiás, Tocantins e Mato Grosso)
5. Vivências e sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
6. Manual de conservação do centro histórico de Natividade (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
7. Produção e distribuição de materiais de divulgação sobre o patrimônio cultural (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
8. Produção de cartilhas de educação patrimonial para os moradores dos sítios históricos de Penedo, Marechal Deodoro e Piranhas (SR Alagoas)
9. Cartilha elaborada coletivamente para uso na rede escolar de Coronel José Dias, João Costa e São Raimundo Nonato. (SR Piauí)
10. Manual de orientação à população de Areia “Conjunto histórico, urbanístico e paisagístico da cidade de Areia: patrimônio nacional” (SR Paraíba e Rio Grande do Norte)
11. Cartilha educativa sobre tombamento e patrimônio arqueológico norteriograndense (SR Paraíba e Rio Grande do Norte)
12. Publicação em finalização sobre ação educativa do patrimônio arqueológico de Tenente Ananias (SR Paraíba e Rio Grande do Norte)

Ações

1. Projeto de educação patrimonial: O Iphan tá na praia (SR Rio de Janeiro)
2. Oficina de capacitação em educação patrimonial para educadores da rede pública de ensino do DF
3. Arquieducação e patrimônio: primeiros encontros e definições dos materiais lúdicos
4. Apoio a ações educativas para valorização e preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro
5. Manutenção das diretrizes de educação patrimonial
6. Educação patrimonial em comunidades com potencial arqueológico no Amapá
7. Comunidade ativa em Ouro Preto (SR Minas Gerais)
8. Patrimônio nas escolas
9. Educação patrimonial no centro Histórico de Belém (SR Pará e Amapá)
10. Educação patrimonial em comunidades com potencial arqueológico no Amapá
11. Educação patrimonial em Pacoval do Curuá – Prainha (SR Pará e Amapá)
12. Elaboração de tapumes educativos relativos à requalificação urbana em Alcântara e São Luís (SR Maranhão)
13. Exposição fotográfica contendo os resultados e produtos do ciclo de oficinas de educação patrimonial realizadas em Alcântara (SR Maranhão)
14. Educação patrimonial nas salas de aula de Alcântara (SR Maranhão)
15. Contratação das Cartilhas de preservação dos sítios históricos das cidades de Olinda e Igarassu (SR Pernambuco)
16. Conhecer para preservar – educação patrimonial nas cidades de Igarassu, Goiânia e Ipojuca (SR Pernambuco)
17. Projeto Memória Viva 2 – O Futuro do Patrimônio. Oficinas de arte/educação patrimonial em duas escolas municipais na região dos lagos (SR Rio de Janeiro)

18. Programa de educação patrimonial no centro histórico de Salvador (SR Bahia)
19. Educação patrimonial em sítios urbanos tombados – Laranjeiras e São Cristóvão (SR Sergipe)
20. Estudo do Vale do Ribeira, abrangendo a paisagem cultural, o patrimônio imaterial e a educação patrimonial (SR São Paulo)
21. Educação patrimonial voltada aos projetos em andamento na 9ª SR (SR São Paulo)
22. Jogo do patrimônio cultural (SR Paraná)
23. Programa de implantação e promoção de educação patrimonial na fortaleza de N.S. dos Prazeres na Ilha do Mel (SR Paraná)
24. Programa de educação patrimonial na regional do Paraná (SR Paraná)
25. Capacitação para preservação do patrimônio arqueológico e paisagístico nacional na ilha do Campeche (SR Santa Catarina)
26. Contratação de professor/educador para realização de educação patrimonial para o projeto Proposta de Preservação para o Sambaqui Morro do Peralta, em Laguna (SR Santa Catarina)
27. Educação patrimonial em cidades do estado do Mato Grosso (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
28. Educação patrimonial em cidades do estado do Tocantins (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
29. Educação patrimonial em cidades do estado de Goiás (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
30. Reunião com a comunidade do centro histórico de Porto Nacional (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
31. “Tocando a obra” - palestra e visita guiada a obra de restauração para alunos da 5ª série em Tocantins (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
32. Concurso de redação “Minha cidade, meu patrimônio” para a 8ª série em Tocantins (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
33. Participação no Projeto Viva e Reviva Goiás em Goiás, Pirenópolis e Goianésia (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
34. Participação no recital do sábado de aleluia em Goiás (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
35. Palestra em parceria com a Casa de Cora Coralina para participantes do Ponto de Cultura “Uma janela para o cinema” em Goiás (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
36. Participação em evento organizado pelo Reitor do Santuário do Divino Pai Eterno em Trindade (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
37. Apoio à realização da V Mostra de Capoeira Angola do Grupo Calunga (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
38. Apoio ao projeto que culminou com a publicação e exposição permanente Memória do Ministério Público Estadual de Goiás (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
39. Palestra no auditório da Prefeitura Municipal de Corumbáiba-GO (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
40. Palestra no Colégio Marista de Goiânia (SR Goiás Tocantins e Mato Grosso)
41. Fórum de discussão e elaboração do curso de educação patrimonial na faculdade UNB Planaltina (SR Distrito Federal)

42. Participação na Oficina de Capacitação para educadores da rede pública de ensino do distrito federal (SR Distrito Federal)
43. Identificação/concepção de projeto de educação patrimonial a ser desenvolvido junto às escolas estaduais de Porto Velho (SR Rondônia e Acre)
44. Educação patrimonial no centro antigo de Porto Velho (SR Rondônia e Acre)
45. Educação patrimonial achados arqueológicos na região de Machadinho D'Oeste (SR Rondônia e Acre)
46. Impressão de folderes para orientação de pintura nos sítios históricos tombados de Alagoas (SR Alagoas)
47. Educando o construir: ação educativa de capacitação de mão de obra atuante em sítios históricos tombados (SR Alagoas)
48. Restauração do antigo “Sobrado do Lessa”, no centro histórico de Penedo, para instalação do Núcleo de Pesquisa e educação Ambiental e Patrimonial da UFAL (SR Alagoas)
49. Ação educativa de divulgação e valorização da referência cultural das Lapinhas de Penedo (SR Alagoas)
50. 1º Curso de educação patrimonial – Corumbá, patrimônio de todos (SR Mato Grosso do Sul)
51. Ações educativas no entorno da Serra da Capivara: Coronel José Dias, João Costa e São Raimundo Nonato (SR Piauí)
52. Palestras em escolas do ensino secundário em Teresina, João Costa, Coronel José Dias e Gervásio de Oliveira (SR Piauí)
53. Educação patrimonial através da promoção e divulgação do patrimônio cultural (SR Piauí)
54. Projeto “A comunidade e o patrimônio”. Ações de educação patrimonial para a população do entorno das capelas da várzea do Rio Paraíba (SR Paraíba e Rio Grande do Norte)
55. Educação patrimonial e sinalização do sítio arqueológico Furna dos Caboclos Bravos (SR Paraíba e Rio Grande do Norte)

2009 – Relatório de Gestão

Casas do Patrimônio

1. I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio
2. Casa do Patrimônio de Recife. Ações: exposição e atividades educativas em parceria com escola e Universidade Católica.
3. Casa do Patrimônio de Ouro Preto. Implementação da “Casa do Patrimônio”.
4. Casa do Patrimônio em Ouro Preto. Projeto em parceria com a UFOP, já em andamento – Projeto Sentidos Urbanos.
5. Casa do Patrimônio em Ouro Preto Exposição inaugurada durante o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural.
6. Casas do Patrimônio de Petrópolis. Peças de teatro voltadas para a comunidade.
7. Casa do Patrimônio de Cabo Frio. Ação em parceria com Casa Scliar para ações na comunidade da Gamboa (favela da cidade), trabalho com turistas já realizado.
8. Casa do Patrimônio do Paço Imperial. Exposição itinerante e nacional sobre a história da preservação no Brasil.

9. Assinatura do Convênio para a cessão do antigo Solar do Barão do Ribeirão (antigo Fórum) entre o TJRJ e IPHAN-RJ para abrigar a nova sede do Escritório Técnico do Vale do Paraíba e Casa do Patrimônio – Memória do Vale.
10. Casa do Patrimônio em Iguape. Realização de curso de maquetes.
11. Casa do Patrimônio em Iguape. Oficina escola de restauração de cantarias.
12. Casa do Patrimônio de João Pessoa. Programa de Educação Patrimonial “João Pessoa, Minha Cidade”.
13. Casa do Patrimônio de João Pessoa. Oficinas para professores e especialistas das escolas, realizadas ao longo do ano, pela equipe Ceduc e Evelina Grumberg
14. Reforma da nova sede Iphan/MinC. Imóvel cedido pela Aeronáutica cuja cessão está sendo viabilizada pela GRPU/SPU/MPOG para funcionamento de anexo do IPHAN Pará, Representação Regional Norte do Ministério da Cultura e Casa do Patrimônio. (SR Pará e Amapá)
15. Casa do Patrimônio de Recife. Implantação da casa do patrimônio - Palácio da Soledade: produção de materiais audiovisuais em Recife.
16. Casa do Patrimônio de Recife. Realização de oficinas de educação patrimonial, eventos de difusão do patrimônio cultural, campanha publicitária acerca da atuação do Iphan e montagem da exposição relativos ao projeto “Casa do Patrimônio”;
17. Casa do Patrimônio de Recife. Realização do evento "Jornada do Patrimônio Cultural"
18. Casa do Patrimônio de Recife. Educação patrimonial para público em geral
19. Casa do Patrimônio de Recife. Elaboração e aplicação do programa Roteiros da Boa Vista - Casa do Patrimônio
20. Casa do Patrimônio de Recife. Estruturação e implantação de casa do patrimônio/escritório técnico do Iphan em Igarassu/PE (aquisição de equipamentos e material permanente);
21. Casa do Patrimônio de Recife. Educação Patrimonial para as Associações da Feira de Caruaru.
22. Implantação da Casa do Patrimônio em Iguape/SP
23. Compra de livros para as bibliotecas da Superintendência e das Casas do Patrimônio de Laguna e São Francisco do Sul;
24. Compra de mobiliário para a Casa do Patrimônio de Laguna;
25. Obras de Restauração e adaptação em Imóvel do Antigo Terminal Ferroviário de Piranhas/AL para instalação da Casa do Patrimônio/IPHAN.
26. Foram adquiridos mobiliários e equipamentos para: sede e Casa do Patrimônio em Maceió e Casa do Patrimônio de Marechal Deodoro/AL.

Publicações

1. Manual de Preservação “Alcântara, cidade Monumento – Minha casa é Patrimônio Nacional” (SE Maranhão)
2. Encaminhamento da publicação da Cartilha do Patrimônio de Laranjeiras (SE Sergipe)
3. Continuidade do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração. Distribuição de material de educação patrimonial: 900 caixas de cartões postais, 3.390 cartilhas sobre patrimônio cultural e 5.900 folhetos explicativos do projeto para 11 municípios catarinenses (SE Santa Catarina)

Ações

1. Curso de Extensão: Educação, Patrimônio Cultural e Cidade - efetivado em parceria com o Laboratório de Educação Patrimonial de Universidade Federal Fluminense
2. Oficinas de educação Patrimonial e Patrimônio Imaterial em Mucugê e Andaraí, na Chapada diamantina (SE Bahia)
3. Realizações de oficina de Gestão do patrimônio Arqueológico Amazônico, Manaus/AM (Programa Casa do Patrimônio) (SE Amazonas)
4. Elaboração de textos para educação patrimonial em arqueologia e turismo arqueológico (SE Amazonas)
5. Aplicação da cartilha elaborada em 2008 sobre patrimônio arqueológico em toda rede de ensino do município de São Raimundo Nonato e início deste trabalho em Coronel José Dias (SE Roraima)
6. Ações educativas no entorno da Serra da Capivara, desenvolvido pelo Escritório Técnico de São Raimundo Nonato (SE Roraima e Piauí)
7. Palestras sobre patrimônio e preservação proferidas por técnicos da Superintendência em escolas de ensino secundário. (SE Roraima)
8. Criação e confecção de 80 pranchas utilizadas nas oficinas de Educação Patrimonial. (SE Roraima)
9. Realização de visitas monitoradas ao Parque Nacional Serra da Capivara e ao Museu do Homem Americano. (SE Roraima)
10. Muito Prazer, Seu Patrimônio. Projeto de educação patrimonial no centro histórico de Belém. (SE Pará e Amapá)
11. Pacoval do Curuá. Ação de Preservação e Educação Patrimonial em Arqueologia na Amazônia, realizada em parceria com o Museu Emílio Goeldi no Município de Prainha, no Baixo Amazonas (SE Pará e Amapá)
12. Parceria com a Prefeitura Municipal de São Luís na elaboração e execução do Projeto Cores de São Luís que consiste na pintura das fachadas de imóveis tombados através da capacitação e programa de educação patrimonial (SE Maranhão)
13. Elaboração de material didático para a rede de ensino fundamental de Alcântara, 5^a, 6^a, 7^a e 8^a series e dois livros para o professor. (SE Maranhão)
14. Educação Patrimonial - Apoio a ações de preservação em Cachoeira (SE Bahia)
15. Conclusão da metodologia para Educação Patrimonial em sítios históricos tombados em São Cristóvão e Laranjeiras (SE Sergipe)
16. Participação em ações de Educação Patrimonial da Secretaria de Estado da Educação (SE Sergipe)
17. Ação de Educação Patrimonial no campus da UFS em Laranjeiras (SE Sergipe)
18. Palestras de Educação Patrimonial na UFS (Campus de São Cristóvão) e na cidade de Estância (SE Sergipe)
19. Participação em Seminário de Educação Patrimonial junto com a Prefeitura de Laranjeiras (SE Sergipe)
20. Duas oficinas de “Organização Museal e Educação Patrimonial”, realizadas na Casa Lacerda, município da Lapa/PR, em comemoração ao Dia do Patrimônio. (SE Paraná)
21. Evento musical “Nhengari Inami – A Arte do Poeta Popular”, realizada na Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, na Ilha do Mel, em comemoração ao Dia do Folclore (SE Paraná)

22. Oficinas e atividades lúdicas de educação patrimonial voltadas para crianças, realizadas na Casa Lacerda, no município da Lapa/PR, em comemoração à Semana das Crianças (SE Paraná)
23. Cinco aplicações do “Jogo do Patrimônio Cultural” (duas em Curitiba, duas na Lapa e a outra em São José dos Pinhais) (SE Paraná)
24. Realização do projeto “Patrimônio Nota Dez!”, junto a duas escolas da rede pública da Ilha do Mel, com atividades sobre folclore e cultura local (SE Paraná)
25. Contratação de educador para realização de atividades de educação patrimonial (SE Santa Catarina)
26. Realização do VIII Curso de Formação de Monitores para a Ilha do Campeche, iniciado em 2000 (SE Santa Catarina)
27. Realização do curso Condutor Cultural em parceria com o Instituto Federal de Santa Catarina. (SE Santa Catarina)
28. Realização da Rede de Oficina: Patrimônio Cultural para a guarda municipal de Laguna, técnicos da prefeitura e professores da rede pública municipal de ensino (SE Santa Catarina)
29. Distribuição de produtos do INRC M’byá-Guarani, às escolas públicas de São Miguel das Missões, Caibaté, Salto do Jacuí e Palmares do Sul, com palestras para professores (SE Rio Grande do Sul)
30. Intercâmbio de ações educativas em Araçuaí (SE Minas Gerais)
31. “Projeto Portas e Janelas Vão se Abrir” – Educação patrimonial para professores da rede pública de 17 municípios goianos e capacitação para atendimento ao turista (SE Goiás)
32. “Projeto Educação Patrimonial: Memória e Identidade da Cidade de Goiás” dirigido a professores da 1ª ao 4º ano do ensino fundamental da rede pública estadual, municipal e particular (SE Goiás)
33. Concurso de Redação “Minha Cidade Tem Segredos Que Meu Olhar Vai Desvendar” - 4ª Edição, dirigido a alunos do 8ª Ano do Ensino Fundamental da rede pública estadual, municipal e particular (SE Goiás)
34. Lançamento Livro “Guia Afetivo da Cidade de Goiás” – Elder Rocha Lima (SE Goiás)
35. Recital didático de canto e piano “A Música Sacra Através dos Tempos” realizado na Igreja Nossa Senhora do Rosário (SE Goiás)
36. Entrega obra de restauro do Convento do Rosário – Missa de Ação de Graça; Recital de Canto e Piano; Visita ao Convento do Rosário (SE Goiás)
37. Lançamento do livro “Vivências e Sentidos – O Patrimônio Cultural do Tocantins” (SE Goiás)
38. Lançamento livro “Além do Silêncio - Peregrinação Ecumênica por Mosteiros da Europa” – Autora Arcelina Helena Publio (SE Goiás)
39. Entrega da obra de restauro da sede da biblioteca Frei Simão Dorvi e exposição “Reencontro com a Pintura” – Artista plástica Maria Lucia Vieira Passos (SE Goiás)
40. “Café com prosa” na sede do IPHAN-GO sobre Arquitetura Modernista (SE Goiás)
41. Lançamento Livro “Vida e Obra de Octo Marques” – Elder Rocha Lima e “Ilustrando o Cerrado” de Geni Alexandria (SE Goiás)
42. Oficina de Gestão Patrimonial em município do estado de Tocantins – (descentralizado em 2009 para execução em 2010) (SE Goiás)

43. Ação de Educação Patrimonial com professores da rede pública de Cáceres – MT (SE Goiás)
44. Implantação do projeto de Educação Patrimonial junto três escolas estaduais na cidade de Porto Velho (SE Rondônia)
45. Execução de Programas de Educação Patrimonial voltados às comunidades do entorno dos Municípios de Anadia, Arapiraca e Penedo (SE Alagoas)
46. Ação Educativa em Lapinhas de Penedo
47. Projeto de Educação Patrimonial para Campo Grande/MS e região, com foco no patrimônio ferroviário (SE Mato Grosso do Sul)
48. Seminário de educação patrimonial nas cidades do roteiro do trem do pantanal em Aquidauana e Miranda (SE Mato Grosso do Sul)
49. Aplicação da cartilha elaborada em 2008 sobre patrimônio arqueológico em toda rede de ensino do município de São Raimundo Nonato e início deste trabalho em Coronel José Dias (SE Piauí)
50. Ações educativas no entorno da Serra da Capivara (SE Piauí)
51. Palestras sobre patrimônio e preservação proferidas por técnicos da Superintendência em escolas de ensino secundário (SE Piauí)
52. Criação e confecção de 80 pranchas utilizadas nas oficinas de Educação Patrimonial (SE Piauí)
53. Realização de visitas monitoradas ao Parque Nacional Serra da Capivara e ao Museu do Homem Americano (SE Piauí)

QUESTIONÁRIO PARA A CEDUC

Período antes da criação da Ceduc

1. Antes da criação da Ceduc como a educação patrimonial era desenvolvida no IPHAN?
2. O Guia de Educação Patrimonial do IPHAN foi um marco na EP no Brasil, mas tive a impressão de que sua aplicação foi mais forte fora do IPHAN do que dentro. Isso procede? Vocês sabem como foi a recepção e o aproveitamento do material nas SRs? Como a Ceduc vê esse material?

Período após a criação da Ceduc

3. Quando foi criada a Ceduc? Qual foi a motivação? Foi iniciativa de técnicos do órgão ou unicamente da presidência?
4. Qual é o conceito de educação patrimonial da Ceduc?
5. A Ceduc considera as ações de divulgação e capacitação como educação patrimonial? Por que?
6. Quais são as atribuições da Ceduc?
7. Essa era a proposta de atuação inicial? Houve mudança frente ao que é feito hoje? De que modo? Por que o redirecionamento?
8. Qual é a relação da Ceduc com as demais áreas do IPHAN central? Vocês trabalham de forma isolada ou integrada? São chamados a colaborar com as demais diretorias? De que forma?
9. A Ceduc acredita que a estrutura descentralizada do IPHAN favorece ou desfavorece o trabalho com a educação patrimonial? De que maneira?
10. Nos eventos realizados pela Ceduc desde 2005 o foco é a pactuação de diretrizes. Por que essa escolha? Por que não interferir no nível operacional das ações educativas?
11. Como a Ceduc vê a receptividade de suas propostas no IPHAN Central e nas SEs?
12. Como é a relação da Ceduc com as SEs?
13. Do ponto de vista orçamentário, como era o financiamento das ações antes da criação da ação 2826 – *Educação patrimonial em áreas de bens culturais*? O que motivou sua criação? O que mudou depois disso?
14. Como é a divisão do orçamento da ação 2826? A Ceduc tem interferência sobre a escolha dos projetos contemplados? Como?
15. Quais são os referenciais teóricos (de patrimônio cultural e de educação) da Ceduc?

Sobre as Casas do Patrimônio

1. Como surgiu a proposta das Casas do Patrimônio? Foi uma iniciativa da Ceduc?
2. Como a Ceduc vê a receptividade da proposta das Casas do Patrimônio nas SEs?
3. Como é a relação da Ceduc com as Casas?
4. As ações realizadas pelas Casas seguem as diretrizes pactuadas?
5. Quais avanços a implementação das Casas trouxe para a EP no IPHAN?

¹¹⁴Este anexo sistematiza as informações coletadas nas entrevistas. O questionário foi enviado previamente por e-mail para os entrevistados, que foram indicados pela Ceduc. A entrevista com a Ceduc foi presencial e as com os representantes das Casas do Patrimônio foram feitas por telefone ou Skype. Não foi realizada transcrição, as informações foram divididas por grandes temas ou questões. Algumas informações de sites, blogs e documentos foram acrescentadas.

6. Quais desafios ou dificultadores a Ceduc vê para o projeto das Casas do Patrimônio?

Entrevista com Sônia Rampim Florêncio, formada em Ciências Sociais, com especialização em Sociologia Rural e mestrado em educação. Foi professora do ensino fundamental e médio e orientadora de aprendizagem do Sesi. É Técnica em Educação do Iphan desde 2006.

Entrevista com Pedro Morgado Clerot. Historiador e antropólogo, especialização em Gestão de Políticas Públicas para Cultura. É Técnico em Ciências Sociais do Iphan desde 2006.

O que é educação patrimonial

Utilizam a educação patrimonial como “tema”, como “proposta política” e não como conceito. São oportunidades para discutir e construir a valorização e proteção do patrimônio cultural. Querem fortalecer o tema para criar programas, conseguir espaço político, recursos.

Durante muito tempo tiveram receio em utilizar o termo EP por ter sido importado da Inglaterra, então utilizavam “ações educativas”. Existem críticas aos termos EP, educação ambiental, etc. O que se alega é que existe educação e a interface desta com outras áreas do conhecimento. Depois passaram a usar a denominação EP pois, a exemplo da educação ambiental, o termo já é consolidado, ganhou reconhecimento, espaço, agenda, política pública.

Acreditam que ações de divulgação, comunicação e promoção são parte do processo da educação, mas não são educação. São ferramentas que a educação utiliza, fazem parte de qualquer processo. Se disserem que divulgação é educação patrimonial, abrem uma brecha para dizer que qualquer tipo de divulgação é EP, e isso tem que ficar claro. Capacitação também não é EP, pode ser parte de um processo educativo, dependendo de como for planejada. Há muita confusão sobre isso.

Atividades como o Programa de Especialização em Patrimônio, seminários sobre patrimônio cultural, Iphan conversa, Balaio do Patrimônio são consideradas EP. Enxergam possibilidade educativa em todos os processos da instituição e isso deveria ser feito, não somente em estratégias pós-tomamento, pós-registro, etc.

Não usam expressões como conscientizar e sensibilizar, pois associam à educação bancária, um conhecimento externo que é “depositado” no outro, antes ignorante, vazio...

Papel do Iphan

O papel do Iphan é ser provocador, facilitador, mediador e criador de situações e ambientes de aprendizagem sobre o patrimônio – tanto externas quanto internas.

Não tem feito isso internamente, mas é necessário. Não há espaço institucionalmente ainda para essas ações, o que é feito acontece informalmente, na maior parte das vezes (já que algumas das ações são formais, vinculadas às políticas dos ET's e das SE's).

Antecedentes

Na década de 1980 a FNPM desenvolveu várias iniciativas piloto como o Projeto Interação e cursos de formação para gestores culturais da América Latina, que são consideradas ações de EP, inclusive mais interessantes do que as realizadas na década de 1990/2000 e que possuíam muitas das premissas hoje defendidas pela Ceduc e pelo Departamento de Patrimônio Imaterial – ou seja, já trabalhavam com a comunidade como maior e principal detentora do patrimônio, com a articulação com ela

para desenvolver os projetos de preservação, com os conceitos de referências culturais e dialogicidade para a construção de políticas.

O Guia Básico tem seu mérito, foi uma referência, mas a EP não nasceu com isso, nem tampouco se resume a ele. O guia é uma metodologia de sensibilização (entre outras que existem), válido por falar que o objeto é portador de memória, que EP é um processo permanente e sistemático, etc. Por ausência de bibliografia e reflexão sobre o tema, ficou a impressão de que a EP começou aí, se resume a ele e que ele representa a posição institucional, mesmo por ser uma publicação institucional.

As ações anteriores de educação patrimonial eram pontuais (com raras exceções em algumas SEs) e de promoção: cartilhas, folderes, material didático. Quando alguma SE tinha um Plano de Ação de EP, normalmente eram ações pequenas, pontuais como cartilhas, palestras, tapumes informativos que normalmente eram executadas por empresas externas como parte de obras de restauração. Muitas vezes não havia nenhuma participação da SE.

Criação da Ceduc

Em 2004 o Iphan passou por uma reestruturação muito calcada no fortalecimento dos museus, da qual decorreu a criação do Demu. Na ocasião foi criado também o Departamento de Patrimônio Imaterial. O antigo Departamento de Promoção foi rebaixado a coordenação - Cogeprom. Dentro da Cogeprom foi criada a Gerência de Educação e Projetos, que era formada pelo Tadeu e por uma secretária. A área de promoção tinha pouco pessoal, sempre havia uma ameaça de que ia ser extinta. O Iphan entendia promoção como algo que poderia ser terceirizado. Educação era entendida como promoção e divulgação, o que é um equívoco.

Em 2009 aconteceu outra reestruturação, na qual foi criada a Ceduc. Na ocasião não havia alguém para defender a área de promoção, então não houve uma proposta pensada. Tanto é que não há especificação da estrutura do DAF, são três coordenações que não são institucionalizadas, são somente definidas como coordenações, genericamente. Estão propondo reestruturação ao MinC para rever isso. Assim, oficialmente a Ceduc não existe.

Estrutura do Iphan

A área não é reconhecida dentro do Iphan, a EP é vista como acessório e então não tem muito poder político, tem receio de bater o pé em alguns procedimentos e não ter legitimidade com o órgão.

As diretorias agem autonomamente, não há trabalho integrado e nem conhecimento sobre o que os outros setores estão fazendo. As SEs procuram as diretorias para executar suas ações. Por isso, acham que a relação com as SEs por meio dos técnicos, é até maior pois existe essa relação técnico da superintendência – técnico da diretoria (em contraposição às relações muito mais políticas e focadas em produtos e gasto de recursos que há entre diretores e superintendentes). Mas isso é diferente em cada SE, cada uma possui interesse maior em uma área. A relação é mais pessoal e política. Nos encontros do Iphan quando se fala das casas, algumas SEs se interessam e querem mostrar as ações que desenvolvem. Alguns só têm interesse político e outras querem fazer um trabalho técnico.

Algumas SEs, com longo histórico de ações de EP, acham que não precisam de orientação e que devem orientar a Ceduc com sua experiência. Antes das casas, as SEs quase não buscavam orientação para as ações educativas. Era raro serem chamados para fazerem palestras nas SEs.

A descentralização não é prejudicial, precisa somente de novas ferramentas e formas de trabalhar. Deve haver descentralização sem perder a política de Estado. Quando a área for regulamentada, quando existir o Programa Nacional, quando as Casas forem um programa, isso vai ser resolvido.

Atividades para o Iphan

Acreditam que o caminho é instituir um Grupo de Trabalho e realizar ações de sensibilização de forma constante. Isso deveria atingir diretores e técnicos conjuntamente, pois os primeiros tem poder de decisão e os últimos são responsáveis pela ação, independente de mudanças políticas. Talvez um caminho seja levar para os diretores uma proposta construída e pactuada entre os técnicos. Acreditam que só vão conseguir fazer isso em cima de instrumentos legais, com a inserção de ações educativas nas normas de preservação, por exemplo. Ou então quando a EP tiver marcos legais, mostrando que não é uma atividade acessória.

Orçamento

Os técnicos da Ceduc começaram a ter conhecimento de como funciona há pouco tempo, não interferem na locação dos recursos. Definido o montante de recursos anual, as SEs elaboram planos de ação que são enviados às diretorias. Os diretores fazem a seleção dos projetos que serão financiados e depois são negociados entre SE e cada diretoria. As atividades são encaixadas nos programas e ações.

Nem sempre os Planos de Ação - PAs das SEs são os mesmo que o Iphan central gostaria de apoiar e nem sempre os PAs que os diretores aprovam são os que os técnicos gostariam de aprovar. Há poucos anos o DAF passou a chamar a Ceduc para opinar informalmente sobre o que deveria ser apoiado, mas não para discutir a proposta, só tinham como informação o título do projeto e o valor. Em 2009 falaram com o DAF da necessidade de vincular os projetos da SEs ao que estão propondo para a área, mas não é oficial.

A Ceduc não tem conhecimento de todas as ações de EP do Iphan, não acompanham ou sabem dos resultados. Numa perspectiva ótima seria bom orientar todas as atividades, mas se não, que pelo menos tivessem a memória das ações.

Educação formal e não formal

É mais fácil trabalhar na educação não formal, pois a formal já tem uma estrutura formada, cheia de vícios e problemas. Para chegar a essa estrutura é mais difícil, o desafio é maior. Não querem criar um programa de educação formal (mesmo porque a receptividade dos professores não é boa, é mais uma coisa para fazerem). Querem utilizar a estrutura do MEC através de seus programas, como o Mais Educação, por exemplo, que utiliza o conceito de educação integrada. O maior desafio é a educação formal.

Tradicionalmente o público da EP é o da educação formal. Com as Casas estão ampliando o público alvo, a Rede trabalha mais com educação informal, que é mais fácil, pois as ONG's estão à frente das políticas governamentais. Porém, a educação informal tem mais resistência dentro do Iphan.

Encaram a escola como mais um ambiente de aprendizagem, mais uma interface com a sociedade. Querem trabalhar com o conceito de ambiente educador (pode ser a aldeia, o quilombo, zona rural a cidade e também a casa do patrimônio).

Eventos

Para o encontro em Pirenópolis – 2008 a ideia era chamar todas as SEs, mas quiseram selecionar os participantes para levar quem realmente estivesse interessado. Então fizeram um processo de seleção por meio de um questionário. Algumas SEs

queriam ir, mas não foram selecionadas, outras não foram ao encontro, pois não responderam o questionário.

A ideia era levar exemplos de metodologias conhecidas, como o Guia Básico, e diferentes – Anima Mundi, Museu da Pessoa, Fundação Casa Grande.

Depois disso não houve um convite formal para as SEs montarem as Casas, os técnicos que participaram levaram a ideia para seus estados, de acordo com seu interesse. Com só dois técnicos na Ceduc não havia possibilidade de procurarem cada SE. Os técnicos mais interessados os procuraram e levaram a proposta à frente, mesmo sendo poucos casos.

Quanto à receptividade da proposta, a maioria das pessoas gostou. Primeiro reclamaram de não ter tempo, dinheiro, pessoal, mas depois da apresentação da Fundação Casa Grande, se convenceram de que é possível fazer um bom trabalho, a partir das parcerias e da descentralização das políticas.

Casas do patrimônio

Ideia

O conceito de casa do patrimônio surgiu no Depam. Deveria ser um lugar mais de divulgação das ações do Iphan, aberto à população. Como os museus estavam ficando independentes com a criação do Demu e estava se delineando a saída do Iphan, o órgão perderia essa interface com a população, que era a única.

O conceito chegou à Ceduc que o desenvolveu, inserindo o componente educacional como cerne. Ao mesmo tempo conheceram a Fundação Casa Grande e lá se fazia o que eles consideravam desejável para o Iphan.

Pactuação e formalização

Pelo fato de discutirem o conceito com os parceiros, isso terá mais resultado, legitimidade, efetividade. E os indicadores de monitoramento e avaliação devem ser desenvolvidos da mesma forma.

A Carta de Nova Olinda poderia ter sido transformada em portaria e publicada em 2009, mas não foi por inexperiência e excesso de cuidado em serem democráticos.

Não querem ter uma posição de controle determinando que todas as CP têm que passar pela Ceduc, mas entendem que não é possível esperar que as SEs venham a até eles quando quiserem, ou criem CPA's completamente apartadas do conceito pactuado desde Pirenópolis-2008.

Por enquanto o único instrumento é o TCT. Não há verba específica para as Casas. Acreditam ser necessário ter um marco legal conceituando CP e uma instrução normativa dizendo como as CP podem fazer parte da Rede. Com isso, as CPs não precisariam passar pelo aval da Ceduc. A procuradoria do Pará questionou formalmente a Ceduc, pois as CP não estão definidas legalmente. Além disso, há o receio de tudo se perder com a mudança de governo.

Em algumas SEs, mesmo não havendo CP, há técnicos trabalhando com a proposta. Em Laguna, por exemplo, a técnica participou do encontro de 2008 e montou uma CP que é conhecida dessa forma pela população, mas a Ceduc só ficou sabendo muito tempo depois e só há pouco tempo foi inserida na rede. Já uma técnica do Pará os procurou porque queria fazer do jeito certo.

Forma de atuação

O trabalho é feito em Rede e esse é um desafio, pois a postura é diferente. Pressupõe relações de horizontalidade, que são mais democráticas, mas são mais difíceis. As CP apresentam as atividades que desempenham ou as dúvidas que possuem e a Ceduc e as outras CP sugerem e discutem. Nesse processo acontecem intercâmbios e

articulação de parceiros. Acompanham por rede de e-mail e pelos blogs. A Ceduc normalmente é chamada para conhecer as CP, dar palestras, participar de alguma ação, etc. Algumas vezes a SE não pode viabilizar alguma ação e a Ceduc auxilia com pessoal ou recursos, ou sugere que algum parceiro da Rede ajude.

O trabalho em Rede ajuda é constante e viável até o momento pois existem somente seis CP. Quando o número de CP aumentar muito não sabem se o sistema funcionará da mesma forma. À medida que as coisas forem crescendo, terão que eleger prioridades para acompanhar de perto. E outras, os parceiros tomam a frente. O fato de trabalharem em Rede forma multiplicadores e, se a Ceduc não consegue estar presente os parceiros conseguem atuar seguindo a mesma linha.

Até agora as CP tem seguido as diretrizes pactuadas, as pessoas estão empoderadas. Um dos parceiros procurou a Ceduc perguntando como saber se as ações que quer desenvolver estariam dentro das diretrizes pactuadas. Isso é possível, pois há muita discussão na Rede. Acreditam que poderiam orientar as CP mais de perto, ser mais presente na construção das ações, mas, pelo fato de serem poucos técnicos, não tem como ajudar mais, não é possível fazer isso em todas as ações. A Ceduc tem consciência de que representa o Estado e que realmente devem assumir uma postura de orientador.

A participação virou um dogma. Mas muitos (inclusive algumas SEs) acreditam que estão agindo de forma participativa só por abrir a Casa para todos ou chamar um número grande de pessoas para as ações – mesmo que seja só de divulgação, mas só isso. Participação é mais que isso. Esse é mais um dos desafios para a preservação do conceito de CP e aí entra a questão do controle, se não houver algum, o conceito se perde.

Avanços

Com a proposta estão construindo coletivamente a política pública, em Rede. Estão também aprendendo juntos. Estão superando a falta de recursos humanos para fazer as coisas. Os parceiros da Rede têm grande competência e participam do projeto com pouca remuneração e muita vontade.

A proposta tem como mérito dar autonomia aos participantes e respeitar a realidade local. Os ganhos são visíveis, mas ainda não são mensuráveis.

Programa nacional de educação patrimonial

Querem criar o programa nacional de educação patrimonial. O programa vai ser construído no fórum, vão focar nas diretrizes do programa.

QUESTIONÁRIO PARA CASAS DO PATRIMÔNIO

1. Antes da criação da Casa, a SE desenvolvia ações de educação patrimonial?
2. Caso desenvolvesse, descreva sucintamente essas atividades, considerando: público-alvo/tipo de abordagem (palestras, reuniões, cartilhas, jogos...)/articulação com instituições locais/eram ações isoladas ou contínuas?/as ações eram relacionadas a outras atividades do Iphan como tombamento, fiscalização, etc?
3. O *Guia Básico de Educação Patrimonial*, produzido pelo Iphan, era (ou ainda é) uma referência para as atividades?
4. A SE participou dos eventos promovidos pela Coordenação de Educação Patrimonial-Ceduc para discussão do projeto das Casas?

5. Quando foi criada a Casa? No município está a sede da Superintendência ou do Escritório Técnico? (Caso não seja sede, como é o funcionamento? Com que periodicidade técnicos do Iphan comparecem à Casa?)
6. De quem foi a iniciativa (Superintendente, técnicos...)?
7. A Casa segue as diretrizes pactuadas com a Ceduc?
8. Como foi a recepção da população quando da criação da Casa?
9. Houve alguma mudança no direcionamento das ações após a criação da Casa? Por que?
10. Quais atividades são realizadas pela Casa? Descreva-as da maneira mais completa possível, considerando: público-alvo/tipo de abordagem (palestras, reuniões, cartilhas, jogos...)/articulação com instituições locais/são ações isoladas ou contínuas?/as ações são relacionadas à outras atividades do Iphan como tombamento, fiscalização, etc? Existem abordagens diferentes para diferentes tipos de público?
11. Quais são os principais desafios para as Casas do Patrimônio?
12. Você acredita que o trabalho desenvolvido nas Casas pode fazer com que a população seja mais parceira e cooperativa com as atividades do Iphan? De que forma? Por meio de quais atividades?
13. Como é o relacionamento da Casa com a Ceduc? Os técnicos da Casa procuram orientação para elaboração e execução das atividades e projetos? Por que?
14. A Casa considera que a Ceduc deve interferir no nível operacional das ações educativas promovidas pela Casa ou só no estabelecimento de diretrizes? Por que?

Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira

Entrevista realizada em 07/12/2010 com Carlos Alberto Pereira Junior. Formado em História e Biologia, atualmente é Gestor de Cultura da Prefeitura Municipal de Iguape.

Fica em Iguape-SP. A cidade possui 30.000 habitantes e cerca de 750 imóveis no núcleo protegido. O Iphan não possui Escritório Técnico na cidade, somente a Casa do Patrimônio - CP. Quinzenalmente um técnico do Iphan vai a Iguape para prestar assistência.

Antecedentes

Iguape foi tombada em nível estadual em 1979, sendo o órgão regulador o Condephaat. Porém, não havia uma atuação sistemática na cidade, e, conseqüentemente, não houve contribuição institucional para a preservação do patrimônio (tanto no que se refere a recursos, quanto por não considerar a população como parte do patrimônio). Era também muito ruim o relacionamento com a prefeitura e, principalmente, com a população.

As ações educativas da prefeitura foram iniciadas em escolas há cinco anos.

Inicialmente foram promovidas visitas a referenciais culturais da cidade. Constatou-se que os alunos não conheciam o patrimônio local, não havia vínculo. A população também não via possibilidade de desenvolvimento com base na cultura e meio ambiente.

Elaboraram uma revista sobre a história de Iguape, distribuída em toda a rede escolar municipal de 1ª a 4ª série, bem como material orientador para os professores. Serviu para uniformizar conceitos e conhecimentos.

Realizaram ações de museografia e museologia em dois museus (Museu de Arte Sacra e Museu Histórico e Arqueológico) e parceria com SENAI em uma oficina escola de artes e ofícios para 60 jovens que atuaram na recomposição de fachadas.

Porém, chegou um ponto em que a prefeitura não possuía mais conhecimento específico para realizar as ações educativas e, assim, passaram a buscar parcerias, como com o Iphan.

Participação na elaboração da proposta

Participaram do evento em Nova Olinda em 2009.

Formalização

Esta foi a primeira CP instituída fora de uma SE. Foi implantada no início de 2008 e o ACT foi assinado em dezembro de 2009.

Parcerias

A maior parceria é entre Iphan e Prefeitura. Em algumas atividades há parceria com a Escola Técnica de Turismo.

A estrutura de pessoal é pequena, somente um funcionário da prefeitura fica no espaço atendendo os visitantes. O mobiliário foi fornecido pela prefeitura. O Iphan montou uma exposição sobre o Vale do Ribeira (visitada pela população e por turistas – muitos são estudantes) e uma biblioteca técnica muito completa e especializada.

Relação com a população

Ótima, estabeleceu-se uma parceria forte e contínua, baseada no respeito e no reconhecimento da população como parte do processo de preservação.

Atividades

No blog¹¹⁵ estão listados três eixos: exposições, formação e capacitação e biblioteca.

A primeira atividade realizada foi a participação da população no tombamento. Antes da instituição do processo de tombamento nacional não havia contato com o Iphan. No primeiro contato com técnicos da SE-SP, ficou acordado que seria feito um trabalho educativo desde o início do processo de tombamento, isso aconteceu um ano e meio antes do processo ser analisado pelo Conselho Consultivo. Assim, foi feito o caminho inverso. O perímetro de tombamento, bem como os bens tombados isoladamente foram escolhidos pela população em oficinas, foram feitas nove audiências públicas. Em 03/12/2009, data do tombamento, a cidade já estava totalmente envolvida no processo. Consequentemente, há uma boa receptividade dos técnicos do Iphan por parte da população.

Foram realizadas posteriormente:

1. Iphan Conversa - Trata-se de momentos de diálogo com a comunidade. O primeiro foi sobre patrimônio imaterial e o segundo sobre as normas para instalação de anúncios e toldos para comerciantes.

2. Sentidos urbanos - Trata-se da aplicação do projeto desenvolvido originalmente em Ouro Preto. *Esta ação tem como objetivos principais: a) capacitar monitores para que possam aplicar o projeto “Sentidos Urbanos” localmente, promovendo uma sensibilização continuada da população; b) coletar dados obtidos nos roteiros como forma de subsidiar o trabalho de normatização do Conjunto Histórico e Paisagístico de Iguape – SP, através da sensibilização, instrução e inclusão da*

¹¹⁵ Disponível em <http://casadopatrimoniovaleadoribeira.wordpress.com/>

população neste processo regulador. A idéia é avaliar, conjuntamente, quais as características urbanas e arquitetônicas que devem ser mantidas, estabelecendo diretrizes de valorização do sítio. Ao final de cada roteiro haverá um formulário de avaliação individual para sugestão e indicação de diretrizes que devem ser contempladas no processo de normatização do conjunto tombado de Iguape.

3. Fandango – Atividades para população que mora na periferia (Bairro Rocio), que tem muitas manifestações culturais, como a dança do Fandango, mas que não se consideram parte do patrimônio.

3. Oficina Cultural de Graffiti: da simbologia à identidade. O público alvo são jovens do Bairro do Rocio, e o objetivo é estabelecer vínculos com o patrimônio da comunidade. *A Oficina vai abordar, por meio de aulas teóricas e práticas, o processo produtivo da arte de rua. “O enfoque é lançar um olhar para o valor cultural e patrimonial e, principalmente, valorizar os elementos simbólicos da região, aliado à produção e criação artística como meio de expressão capaz de contribuir com o fortalecimento da identidade do povo iguapense e do Vale do Ribeira”, explica o artista Fernando Caixeta, instrutor da oficina. Os participantes conhecerão a história do graffiti e deverão refletir sobre o processo criativo e a produção artística, além de lançar um olhar sobre a cidade de Iguape. Ainda serão abordadas as técnicas de graffiti, o estêncil e as máscaras, materiais e a criação de projetos. Os participantes pintaram os muros do bairro tendo como tema o seu patrimônio.*

4. Plano de Ação do PAC Cidades Históricas – Foi construído com participação da população, que definiu que 60% são ações educativas e o restante, obras.

5. Parceria com a Escola Técnica de Turismo para capacitação dos alunos para recepção dos turistas. Pretendem usar os estudantes para trabalhar com os professores da rede municipal.

Ainda é necessário realizar ações educativas com os professores. Os diretores das escolas municipais já foram sensibilizados.

Além das atividades realizadas, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural também se reúne na CP e no local existe uma ouvidoria para a população. Todos os espaços são muito utilizados.

Relação com a Ceduc

A relação é muito boa, uma parceria consolidada. Tudo o que a CP demandou, obteve respostas e orientação. São muito disponíveis e dispostos a ajudar. A Ceduc orienta e incentiva as atividades e isso deve ser fortalecido.

É preciso que os trabalhos tenham métodos, ou pelo menos apontem métodos e para isso precisam da Ceduc. A orientação no nível operacional é complicada por causa da realidade diversa de cada casa, há riscos de uniformidade e isso não vai ser interessante. É por isso que as diretrizes são importantes.

A Rede de CPs é extremamente rica e as trocas de experiência são muito estimulantes. A Ceduc tem papel essencial ao participar e fomentar a rede. Não sabe como a Ceduc dará o mesmo apoio quando houver muitas CPs.

Desafios

- As atividades precisam ser ampliadas, sente a demanda da população por mais. E para isso precisam de aumento no orçamento. A falta de recursos limita a atuação e pode vir a prejudicar a qualidade do trabalho.

- Legalização. É preciso definir a casa juridicamente, inclusive para auxiliar na captação de recursos. Hoje não conseguem atingir outros parceiros sem essa regulamentação.

- A partir daí deseja que a casa tenha uma atuação em nível regional, abrangendo outros municípios do Vale do Ribeira.
- Em algum momento, em breve, será essencial a existência de um Escritório Técnico do Iphan no município, principalmente para a construção das normativas de preservação.
- Desafios da Rede: informar e conscientizar o Iphan de sua existência e importância. Aumentar os parceiros e intensificar os debates também são desafios. A rede precisa divulgar sua experiência, ainda não foi conseguido recurso para publicar um livro.
- Outro grande desafio é o fortalecimento da Ceduc dentro do Iphan.

Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe

Entrevista realizada em 09/12/2010 com Rosiane Limaverde, arqueóloga, doutoranda, fundadora da Fundação Casa Grande, atualmente compõe o Conselho Científico.

A cidade de Nova Olinda – CE fica no Vale do Cariri. O núcleo urbano conta atualmente com cerca de 5.000 habitantes, a população total é de 12.000.

Antecedentes

A Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri é uma organização não-governamental, cultural e filantrópica criada em 1992. Começou com a realização de uma pesquisa etno musical no Vale do Cariri sobre lendas e mitos. Dessa pesquisa surgiu a ideia de criar uma instituição com o objetivo de reunir informações sobre a região e montar o Memorial do Homem Kariri, por meio de um centro cultural. Para isso restauraram a Casa da Fazenda Tapera. Não tinham formação de educadores, então não utilizavam teoria educativa, foi tudo muito espontâneo.

O público principal por demanda desde o início, é o infantil e juvenil. As crianças da comunidade aprenderam a falar sobre o acervo do museu e a cuidar da casa à medida que foram dando a elas pequenas tarefas: criaram um diretor mirim do museu, um diretor de manutenção e um diretor de cultura. As crianças organizavam brincadeiras e torneios. Depois surgiu a rádio com autofalantes para comunicação com a população. Ao longo do tempo as atividades foram se diversificando, mas não perderam o protagonismo das crianças.

Atualmente é vinculada à formação de público, realização de eventos culturais e desenvolvimento socioeconômico. A interface com o patrimônio cultural aconteceu primeiramente com a restauração da sede e com o patrimônio imaterial por meio do levantamento de lendas e mitos (os sítios arqueológicos estão relacionados às lendas e mitos). Posteriormente foi incorporado o acervo arqueológico da região.

Participação na elaboração da proposta

Durante os primeiros anos houve um embate grande com o Iphan-CE, a Fundação não era vista com bons olhos. Aos poucos o Iphan foi conhecendo o trabalho e dando reconhecimento, assim, durante alguns anos não interferiram nas atividades. Há alguns anos a Superintendência Estadual é cooperativa, parceira.

Quando a Fundação foi fazer a primeira escavação arqueológica, pediu autorização ao Iphan Central e aí conheceram a Ceduc (2007-08). Nesse momento estavam sendo elaboradas as linhas da Casa do Patrimônio, inclusive alguns parâmetros foram baseados na atuação da Fundação. A partir do contato, veio a ideia de transformar a Fundação em Casa.

No encontro de 2008 em Pirenópolis fizeram a apresentação da Fundação e em 2009 sediaram o encontro para o primeiro ano de avaliação das Casas. A Fundação é uma referência para a proposta e para as outras Casas.

Formalização

Em dezembro de 2009 a Fundação foi incorporada ao projeto e à Rede de Casas, sendo a primeira e única até agora que não faz parte do Iphan. Porém, o Acordo de Cooperação Técnica ainda não foi assinado.

Parcerias

A prefeitura achava que a Fundação tinha uma proposta partidária, assim, durante alguns anos não houve cooperação e repasse de recursos. Hoje a prefeitura consegue muitos recursos para o município por causa da visibilidade da Fundação.

A primeira parceria foi com a Unicef em 1994. São também parceiros: Unesco, Ministério da Cultura, Banco do Nordeste, BNDES, Governo do Estado do Ceará, W.K. Wellogg Foundation, Sesc, Fundação Araripe, Avina e Ashoka.

Já ganharam vários prêmios, entre eles: Prêmio UNICEF Criatividade Patativa do Assaré - Projeto mais criativo e melhor projeto de educação -2002, Comenda da Ordem do Mérito Cultural, Ministério da Cultura do Brasil- 2004, Summer of Goodwill New York Time Warner -1996.

Relação com a população

Ótima, é uma parceria consolidada. A ideia é agregar cada vez mais a população às atividades da Casa. Além da população local, recebem excursões da região e de fora para visitar o centro cultural, além de turistas e pesquisadores.

Pelo fato de ser um centro cultural, atende a todos os públicos. A relação com a população adulta iniciou-se com a formação da Cooperativa que desenvolve o turismo de base comunitária e atividades de geração de emprego e renda (pousadas, restaurante, loja). Isso fez com que os jovens pudessem continuar estudando ao invés de trabalhar.

Atividades

Não houve mudança nas atividades após a incorporação às Casas do Patrimônio.

1. Memória

O programa de memória resgata o acervo mitológico e arqueológico da pré história do homem da região do Cariri, catalogando-os e expondo-os para formação antropológica que a Fundação Casa Grande desenvolve nos laboratórios de produção.

2. Artes

Primeiramente foi feita a pesquisa étnico-musical das lendas e dos mitos da Chapada do Araripe, origem do Memorial do Homem Kariri.

Em 2002 foi inaugurado o Teatro Violeta Arraes - Engenho de Artes Cênicas e a criação dos laboratórios de música, cineclube, gibiteca e biblioteca. O objetivo desse programa é a formação de crianças e jovens por meio da sensibilização pelas artes e a qualidade do conteúdo, incentivando a produção artística.

3. Comunicação

Primeiramente foi criada Rádio Casa Grande FM, iniciada em 1993 com autofalantes. A partir da daí foi criado o projeto Escola de Comunicação da Meninada do Sertão e sugeriram os outros laboratórios: Rádio FM, TV, Editora e Internet.

O programa de comunicação tem como objetivo a produção de materiais educativos e a formação de leitores, ouvintes e telespectadores. Este programa vem se expandindo a partir da rede de crianças comunicadoras em língua portuguesa, unindo os países: Brasil, Moçambique e Angola com apoio da UNICEF.

A TV Casa Grande que hoje funciona como produtora de documentários, vídeos e curtas que são exibidos pelas TV's comerciais e espaços culturais alternativos. Estão buscando a legalização.

A Editora produz quadrinhos que abordam temas da mitologia e arqueologia da região.

4. Turismo

O programa de turismo surgiu da necessidade de sistematizar ações para potencializar o crescente fluxo de turistas que vem anualmente conhecer de perto a experiência da Fundação Casa Grande.

Para atender a esta demanda, a Fundação Casa Grande criou junto aos pais uma cooperativa (COOPAGRAN) para comercializar a Casa Grande como um destino turístico e forma meninos e meninas para o receptivo turístico: recepcionistas, guias de campo e relações públicas.

O espaço físico interno da Casa Grande vem sendo formatado para o "turismo de conteúdo" onde o turista tem acesso ao acervo dos laboratórios de conteúdo e interage com as atividades desenvolvidas nos laboratórios de produção.

5. Meio ambiente e esportes

É a atividade mais recente. O Parque Ambiental dos Cajueiros Criado foi criado no ano passado em uma antiga aldeia indígena desapropriada e doada pela prefeitura em regime de comodato. Para geri-lo está sendo criada a Associação dos Amigos do Parque, formada por pessoas que moram nas proximidades.

Pretendem em 2011 fazer um trabalho mais sistemático nas escolas, produzir um material de apoio para os professores. Estão também criando também um sítio escola arqueológico aberto à visitação pública.

Segundo o site:

Educação Patrimonial: A Fundação Casa Grande vem desenvolvendo uma proposta de educação patrimonial unindo educação e pesquisa através de um dinâmico e sistemático programa de formação, trabalhando para a identificação dos bens culturais de natureza material e imaterial, os sítios arqueológicos e mitológicos do Cariri com objetivo de manutenção de um banco de dados que revela o patrimônio cultural e a evolução da ocupação humana na Chapada do Araripe em sua pré-história, servindo de instrumento para a aplicação das políticas públicas de preservação nacional.

Relação com a Ceduc

Muito boa, são parceiros. Não há interferência nas atividades. A Ceduc procura mais a Fundação do que o contrário. Até o momento são referencia para a proposta, mas acham que tem muito para aprender com as outras casas, por isso é bom fazer parte da rede, para que os jovens façam intercâmbio. Acha que isso é o mais rico da experiência.

Para eles foi um prêmio o reconhecimento por parte do Iphan, dá um respaldo pelo qual sempre lutaram.

Desafios

A visão atual de educação patrimonial é muito recente e se deve ao esforço da equipe da Ceduc, mas ainda dentro do Iphan é necessário consolidar a ideia da educação patrimonial e das Casas. Para a disseminação das Casas acredita que a atuação da Ceduc deverá ser mais intensa.

A Fundação identificou outras iniciativas semelhantes no Ceará e acham que podem ser incorporadas ao projeto, expandindo a ideia em todo o estado. A Fundação

seria um espaço de formação para outras Casas, como se fosse um polo disseminador da política.

Casa do Patrimônio de Ouro Preto

Entrevista realizada com Simone Fernandes, historiadora, servidora do Iphan há 26 anos. Está há 17 anos no Escritório Técnico de Ouro Preto.

Antecedentes

Antes de trabalhar em Ouro Preto-OP, trabalhou no Museu do Diamante em Diamantina-MG com ações educativas no museu, arquivo e biblioteca (divulgação, eventos). Nesse momento a ação educativa era centrada praticamente só nos museus, quando sobravam recursos, e somente ações isoladas.

Em OP foi chamada para trabalhar com difusão e ações educativas. Na ocasião, 1993, o prefeito era Angelo Oswaldo e a proposta era atuação conjunta do Iphan (Escritório Técnico - Etec e Museu da Inconfidência) e prefeitura (Secretaria de Educação) em um projeto que já existia no Museu da Inconfidência desde meados da década de 1980 – Projeto Museu Escola. A equipe era formada por duas historiadoras e uma arte educadora. A atividade era para 60 alunos da rede municipal escolhidos de diversas formas (os melhores, os piores, os interessados...) que participavam de oficinas de arte educação ligadas à história e memória locais. Não sabe dizer qual linha teórica seguiam. As atividades englobavam a confecção de maquetes, uso de sucata, contação de histórias, e difusão de conceitos em sala de aula. Paralelamente havia oficinas de arte educação para professores da sede e do município (mesma forma de trabalho). Foi a primeira ação continuada. Dentro do projeto foi feita publicação pelo Museu – fichas para trabalhar conceitos como bem cultural, coleção, etc., não voltada para preservação, só para o museu. No final no governo, em 1997, mesmo pertencendo ao Iphan, o Museu não teve interesse em manter a parceria com o Etec e como o trabalho no Etec aumentou, as ações ficaram um pouco de lado.

Não utilizavam o Guia Básico de Educação Patrimonial como metodologia, não era a forma de trabalho que acreditavam. Acha importante como primeira publicação que sistematiza o assunto, usam como referencia bibliográfica.

Fizeram seminário de EP em Ouro Preto em 1995 com a prefeitura, voltado para professores e centrado nas ações de museus.

Na SE não sobrava dinheiro para EP. Passou a fazer o atendimento de estudantes e universidades, mediante demanda. Atenderam um numero razoável de pessoas. Não foi feita ação para outros públicos, como moradores, não se falava nisso.

O Monumenta começa em OP em 1999 tinha componente de EP. Tentaram replicar a experiencia da SR de Goiás em associar ação educativa às obras de restauração, mas não teve sucesso. Uma ação foi feita na primeira obra do Monumenta: a restauração da Capela das Dores. Reuniram a comunidade, fizeram palestra, limpam a igreja, retiraram o acervo com perspectiva de que no retorno montassem um museu da irmandade. Mas o projeto não foi concluído e não houve interesse do Monumenta nessa ação.

Participação na elaboração da proposta

Participaram de todos os eventos, contribuindo para as diretrizes. A proposta da Casa surge em um momento de conflito muito grande da comunidade com o Iphan desencadeado por uma demolição de uma obra irregular. Os moradores criaram a

Associação Patrimonial de Ouro Preto, que tinha muitos embates. OP seria o piloto em função dessas circunstâncias.

Em 2007 a empresa Novelis (antiga Alcan) desenvolvia o Programa Monumento que dava recursos a instituições que queriam fazer ações de preservação. O superintendente sugeriu que a Alcan reunisse as instituições que pediam os recursos e oferecesse um bom curso de gestão de projetos culturais. O curso foi oferecido no Etec para 30 instituições. Em 2007 as instituições começam a trabalhar num regime de gestão compartilhada. Nesse sentido, o Etec montou com a Faop, UFOP e a Secretaria de Patrimônio o que seria o embrião da Casa, formatando o projeto Sentidos Urbanos. Uma possibilidade para viabilizar a proposta era tentar recursos da Lei Rouanet tendo como proponente a Associação de Desenvolvimento de Ouro Preto (ADOP) e patrocínio da Telemig Celular. A Ceduc e o Monumenta ajudaram a estruturar e formatar o projeto. O projeto foi aprovado, mas não captaram porque conseguiram o recurso do Iphan no final de 2008: 80.000 reais para estruturação do circuito expositivo e 80.000 reais para ação educativa. No início a SR achava um absurdo tanto recurso para uma ação educativa só em OP, mas o Etec fez uma reunião com Reitor da UFOP, presidente da Faop e com o Superintendente para firmar o compromisso.

Formalização

A iniciativa para a instituição da Casa foi dos técnicos do Etec.

Ainda não assinaram o Acordo de Cooperação Técnica. Além de a consultoria jurídica demorar para responder, alegaram que o Iphan teria direito autoral sobre tudo o que fosse publicado. Porém, como há outros parceiros, isso não foi aceito pela UFOP.

Parcerias

Não há acordo oficial com os parceiros, o que torna tudo muito frágil.

No início os parceiros foram a Faop e a UFOP e depois a Secretaria de Educação da prefeitura e a organização Base Criativa (ex-TV UFOP e hoje pró-reitoria de extensão da UFOP). A Base Criativa fez a parceria por causa da Fábrica do Futuro (ligada à Fundação Cidade de Cataguases que faz a formação de jovens em audiovisual). O Etec assinou um ACT com a Fábrica do Futuro, que montou um núcleo na Casa do Patrimônio. Mais recentemente incorporaram o IFMG, com projeto também ligado ao audiovisual.

Relação com a população

Historicamente é muito ruim. A população ainda não identifica as ações como da Casa do Patrimônio, mas principalmente com o trabalho nas escolas a visibilidade aumentou.

Atividades

Em 2009 começaram as atividades. São quatro ações: roteiros sensoriais (Sentidos Urbanos), roteiro expositivo, Base Criativa e Projeto *Eu Também Sou Patrimônio*. Receberam convite da Secretaria de Patrimônio de OP para fazer ação conjunta nas escolas municipais com as quatro ações. No momento não pensam em ampliar as atividades, como para incluir os proprietários do centro histórico, pois não tem estrutura para isso.

1. Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania

A atividade foi desenvolvida pela UFOP, iniciada como um programa de disciplina e, em seguida, projeto de extensão universitária do departamento de turismo da UFOP. Foi criado em 2009 antes da Casa do Patrimônio e é a principal ação educativa.

O Etec tinha muitos problemas com os universitários de OP que ocupam as repúblicas, principalmente as federais, pois estavam descaracterizando os imóveis. Esse público não era atendido por nenhuma ação do Etec. Ao mesmo tempo, já havia vontade de trabalhar com jovens, pois as crianças estavam sendo atendidas pela educação formal. Assim, o público-alvo eram estudantes da UFOP, IFMG, professores da rede municipal (a psicóloga da Secretaria de Educação os procurou) e comunidade em geral.

O objetivo é sensibilizar e despertar nos moradores novos olhares sobre a cidade e fortalecer os laços entre as pessoas o espaço urbano, visando uma convivência harmônica e a preservação do patrimônio.

Acha que não temos que trabalhar como guias. Na prefeitura uma pessoa trabalhava assim, mas não interagia com a cidade e a atividade não surgia efeito, pois a criança depois não guardava informações sobre o passeio. O Sentidos Urbanos é diferente. Existem quatro roteiros gratuitos, sendo um noturno. O início da atividade se dá com dinâmicas de sensibilização e terminam com oficinas de registros de impressões, para troca de sensações e experiências. A metodologia é baseada na fenomenologia da percepção do filósofo francês Merleau Ponty. Os monitores do Projeto são estudantes da UFOP dos cursos de Turismo e Artes Cênicas.

A Casa oferece os roteiros aos cursos, não às repúblicas. Dos participantes, 30% são moradores permanentes e 70% são moradores temporários. Os outros moradores do centro histórico (não proveniente de repúblicas) participam, mas não são público alvo. Acredita que é muito difícil convencê-los a participar, são mais resistentes, apesar de que, depois que participam acham interessante. Os turistas não são o público-alvo pois a proposta é para quem já conhece o território da cidade.

Em dezembro de 2009 o contrato com os monitores terminou e não deu tempo de licitar outro. Durante seis meses o projeto ficou parado. Porém, nesse período as escolas que participaram em 2009 pediram continuação. Uma delas foi a Escola Municipal Juventina Drumond, localizada em um dos morros da cidade. Assim, em maio fizeram reunião com a comunidade escolar (Ceduc participou) para oferecer a estruturação de um roteiro sensorial no morro, ações de audiovisual ou algo que eles sugerissem. Só os professores de 1o a 5o ano toparam. Os demais não se interessaram, mas por sugestão da diretora da escola se convenceram após realização de reunião com pais e funcionários. Os professores quiseram começar pelo roteiros sensoriais. A Casa fez oficina com os professores para elaborar o roteiro.

Estão finalizando uma publicação da metodologia dos roteiros sensoriais, com o resultado das ações de 2009 e desdobramentos (parcerias com a Secretaria de Educação e Base Criativa) com economia do pregão eletrônico. Pretendem fazer publicação do Projeto Eu também sou Patrimônio.

2. Projeto Eu também sou Patrimônio.

O objetivo é a valorização do patrimônio local nos morros de OP. Não adianta levar os alunos para passeio no centro histórico se eles não se reconhecem como moradores da cidade, tem vergonha de sua origem, não veem valor na comunidade. Querem trabalhar através da emoção que vai ser despertada. Depois que os alunos se auto valorizarem, vão começar a buscar outros locais da cidade sozinhos, por causa da ampliação do olhar.

Identificaram dentro do morro os bens consagrados ou não, mas de referência para a comunidade. Foi realizada oficina de três dias com Evelina Grumberg durante o Festival de Inverno, na qual foram elaborados quatro projetos – um para cada série.

3. Exposição

Trata-se de exposição permanente em três módulos na Casa do Patrimônio: Iphan, Arqueologia e Evolução Urbana.

4. Oficinas áudio-visuais

Foram realizadas duas oficinas de roteiros sensoriais com registro audiovisual em escolas municipais – Juventina Drummond (localizada em um dos morros de Ouro Preto) e Escola Municipal Dr. Pedroza, no distrito de Santo Antônio do Leite. O objetivo é aplicar o programa Sentidos Urbanos em escolas, aguçando o olhar para os elementos que compõem o espaço urbano de Ouro Preto e registrar percursos e bens culturais a partir de roteiros construídos pelos alunos.

Relação com a Ceduc

É a melhor possível. Acha que o nível de interferência é adequado, pois a Ceduc é apoiadora das ações, participou da elaboração de várias atividades, esteve presente em OP em vários momentos. Sempre que precisaram de orientação foram atendidos. A interação é mais informal, mas funciona bem. Acredita que não seria viável ter uma orientação mais de perto nas Casas, pois as realidades locais são muito diferentes.

A integração com a Ceduc ficou maior depois do início das atividades, foram convidados a participar de outros eventos como o Fórum Juvenil do Patrimônio Mundial, Revelando São Paulo, encontro em Nova Olinda – tudo fruto das Rede das casas e que não passa pela Superintendência.

Desafios

1. Atingir o público- alvo, captar os estudantes para fazer os roteiros sensoriais.
2. Legalização
3. Convencer o Iphan da importância das casas para conseguir o apoio da Superintendência para o apoio às ações continuadas.
4. Orçamento próprio para a Casa para desvincular da negociação geral com Superintendência.
5. Formalizar os parceiros para conseguirem mais recursos e ampliarem as ações.
6. Pessoal. Só ela cuida das ações educativas, é preciso aumentar o número de técnicos.
7. Acha muito importante vincular as ações educativas às ações de fiscalização do Iphan. Só em Goiás fazem isso sistematicamente na execução de obras, a consultoria jurídica de lá acha possível. Se isso fosse respeitado, a população se envolveria mais.

Não sabe se com as ações educativas a população vai ser mais parceira e cooperativa, mas pelo menos passarão a enxergar o Iphan de outra forma, receberão algo de bom e não só serão punidas, como acontece tradicionalmente. O estrago da ação institucional ao longo dos anos foi muito grave.

No final de 2010 foram publicadas normas de preservação de OP, porém não foi feita ação educativa vinculada, houve apenas uma reunião pública para apresentação do resultado. O avanço foi a discussão conjunta com a prefeitura, mas essa foi uma oportunidade perdida.

Desafios para a Rede: se manterem enquanto Rede, manter a sintonia. Tem planos para viabilizar um vídeo institucional sobre Casas, já fizeram o esboço do roteiro e algumas filmagens, mas tem que retomar. Acha que devem buscar uma agenda para a Rede, o presencial tem que acontecer não só o virtual pois é nesse momento que acontece a troca efetiva.

Casa do Patrimônio de João Pessoa

Entrevista realizada em 12/12/2010 com Fernanda Andrade Rocha, publicitária e estudante de Ciências Sociais, funcionária da Prefeitura Municipal de João Pessoa há dois anos. Trabalha no Núcleo de Educação Patrimonial, ligado à Coordenadoria de Patrimônio Cultural da Secretaria de Planejamento.

Entrevista realizada em 14/12/2010 com Átila Tolentino, formado em Letras, Gestor do MPOG, lotado no MinC desde 2000. Foi para o Iphan em 2004 para o Departamento de Museus e está no Iphan-PB há dois anos para trabalhar com EP, entre outras coisas.

Antecedentes

Na época do tombamento do centro histórico de João Pessoa não havia Coordenadoria de Patrimônio Cultural, e a prefeitura não fez ações educativas com a população. No plano de ação de criação da Coordenadoria uma das linhas mestras foi a EP e aí se formou o Núcleo de Educação Patrimonial-NEP, também em 2008. O Núcleo é formado por uma psicóloga, uma pedagoga e uma publicitária, e estagiárias de pedagogia.

No Iphan eram feitas ações pontuais. Na época do tombamento de Areia, o Iphan desenvolveu oficinas de arte educação para introduzir o tema do patrimônio para a população em geral (mas participavam mais jovens e crianças). Fizeram também palestras sobre o patrimônio do centro histórico de João Pessoa na época do tombamento (audiências públicas).

Não utilizavam o Guia Básico como metodologia, nem mesmo agora. É uma referência, mas não é a principal.

Participação na elaboração da proposta

A Superintendente do Iphan participou dos encontros.

A prefeitura participou do encontro de Nova Olinda, onde apresentaram a proposta, mesmo não trabalhando como CP. Depois desse encontro começaram a direcionar e fortalecer as atividades nesse sentido.

Formalização

O NEP desenvolveu um projeto de EP baseado no plano de ação da Coordenadoria e depois do encontro com a SE começaram a desenvolver as ações, claro que com modificações, ampliações até se conformar o Programa de Educação Patrimonial que, hoje, faz parte da Casa do Patrimônio de João Pessoa.

No Iphan a iniciativa foi dos técnicos, mas a Superintendente assumiu como projeto. Trabalham com o conceito de Casa, mas ainda não tem o espaço totalmente estruturado e nem a instituição formal. A Casa do Erário, onde funciona a CP, é atualmente extensão da sede da SE do Iphan, foi a primeira sede comprada como Casa do Patrimônio. Não foi assinado ACT com a Ceduc, mas as ações em parceria para o desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial entre a SE e a Prefeitura de João Pessoa foram oficializadas por meio do Termo de Cooperação Técnica, firmado no dia 31/15/2010.

Parcerias

Iphan, Prefeitura, UFPB, Secretaria de Educação, outras universidades.

Relação com a população

Existe um desconhecimento da população sobre as ações do Iphan, até mesmo porque a SE é nova, instituída em 2004. Como é tudo muito novo, a população não identifica ainda a Casa do Patrimônio como tal. E, de uma certa forma, isso favorece a SE, pois foi criada em um momento em que o Iphan passa a ter um foco mais diferente

em suas ações, preocupando-se com o patrimônio cultural além do pedra e cal, com ações educativas, e menos com o seu poder de fiscalização. Resistências ao tombamento existe em qualquer caso e em qualquer lugar, pois os interesses da especulação imobiliária e do “desenvolvimento urbano” desatrelado da preservação do patrimônio cultural influencia o embate com o Iphan. Mas, diferentemente de outros Estados, o Iphan na Paraíba não tem uma imagem tão negativa frente à população.

No que se refere às atividades da Casa, a receptividade é positiva.

Fernanda acredita que a Casa vá fazer diferença se as atividades tiverem proposta de conscientizar a população e não só interesses políticos. Acha que a forma de atingir o maior número de pessoas é pela escola com a formação de multiplicadores. Átila acredita que a sociedade vai ser mais parceira pela sensibilização e valorização. Só pela fiscalização a imagem do órgão é muito ruim, com a educação veem o lado bom.

Atividades

A atividade principal é o Programa João Pessoa Minha Cidade, dentro do qual muitas outras acontecem. O público principal é o escolar. Apesar disso, a SE considera que todas as ações vão atingir o público do centro histórico.

1. Módulo educação escolar

Primeiramente foi feito um piloto com quatro escolas, mais focado no patrimônio material. Antes foi feita a formação dos professores com oficinas de 20h, parte de um projeto de educação continuada. A primeira foi de conceituação e sensibilização, mas pretendem fazer outras aprofundando a temática. Com os alunos há atividades dentro da sala, aulas de campo e depois oficinas de arte educação.

A casa não dá conta de atender outras escolas no momento. Em 2011 farão outras atividades nas quatro escolas – oficinas, trabalho com os professores. No início o foco era patrimônio material, agora pretendem abordar também patrimônio imaterial. Será também realizada exposição com os trabalhos e os alunos serão capacitados para apresentarem a exposição e receberem os visitantes.

2. Modulo educação e comunidade - Projeto Memória dos Bairros

O piloto está sendo a comunidade do Porto do Capim no centro histórico. Grande parte da comunidade será removida pois a área é de preservação e de risco e porque o Porto do Capim será reabilitado (despoluição do rio, equipamentos culturais, turismo náutico. Projeto de autoria da Comissão do Centro Histórico, órgão do estado). A prefeitura entra com remoção e programa de habitação. A comunidade é pequena, ocupa a área há 50 anos e possui fragilidade socioeconômica. O objetivo é resgatar a memória da comunidade e construir um memorial no local. O projeto tem complicadores como o interesse da comunidade (não veem como prioridade, o que interfere na assiduidade nas atividades).

Fizeram oficina de sensibilização com participação de Simone Scifone da SE-SP. Formaram GT para desenvolver o mapeamento cultural do Porto do Capim para embasar o trabalho de registro da memória. Fizeram mapeamento da comunidade (manifestações culturais, líderes, moradores mais antigos); oficina de fotografia com 25 crianças por uma semana - percepção do olhar com exposição com as fotos na comunidade; outras reuniões com adultos e idosos para esclarecer sobre a remoção, reunião para decidir a primeira atividade (fotografia). Pretendem fazer apresentação do mapeamento que fizeram. Segundo o planejamento de atividades para 2011 acontecerão atividades de história oral, filmes, contação de histórias, etc. Não há resistência da população, mas a dinâmica é diferente, é tudo mais lento e mais negociado.

3. Oficina para gestores municipais e diretores de escola. Da qual participaram Sônia Florêncio e Evelina Grumberg. A partir daí formou-se um GT para discutir a formação de um curso de educação patrimonial em nível de especialização. O curso está montado (parceria Iphan, Prefeitura, UFPB e Universidade Aberta do Brasil, que deverá ser enviada pela UFPB para a Universidade Aberta). O público-alvo é formado por professores da rede municipal e áreas afins.
4. Capacitação dos monitores do Projeto “O futuro visita o passado”. Desenvolvido pela Secretaria de Educação de João Pessoa, esse projeto tem por finalidade levar os alunos a conhecer o patrimônio cultural da cidade. Para o projeto são contratados monitores (30 alunos de vários cursos da UFPB - arquitetura, história, geografia, etc.) que trabalham com todas as escolas da rede municipal em sala de aula e em aulas de campo. Ainda para os monitores produziram material educativo.
5. Material pedagógico para professores. Estão produzindo Caderno Temático com textos literários e acadêmicos, atividades e orientações para trabalhar EP em sala de aula.
6. Exposição memórias da Praça Rio Branco. Formada por histórico, material arqueológico encontrado nas escavações e registros artísticos. A obra foi a primeira do PAC das Cidades Históricas inaugurada no nordeste. Fizeram oficina com os operários que trabalharam na reabilitação da praça sobre a história da praça, importância do trabalho de restauração. O retorno foi muito positivo. Apesar de ser uma ação pontual (essa não é a proposta da Casa), era uma oportunidade importante. Os operários produziram registro artístico que entrou na exposição. Fizeram um roteiro de exposição para as escolas, com atividades dentro e fora da exposição.
7. Jornal Casa do Patrimônio. Jornal para a população, que vai ser distribuído prioritariamente no centro histórico em 2011 numa parceria com a UFPB.
8. Fizeram a proposta para a Ceduc de realizar um Fórum Estadual de EP, que foi bem recebida, tanto que a Ceduc resolveu transformá-lo em nacional e será realizado em 2011.
9. Estão tentando inserir o tema da EP na educação formal, mas estão tendo impasse com o Conselho de Educação pois este considera que não precisa ter uma lei para isso, pois seria um tema transversal, sem obrigatoriedade legal.
10. Pretendem conversar com públicos específicos como arquitetos da cidade, comerciantes, etc., nos moldes do Iphan Conversa realizado em Iguape. Há dois meses fizeram isso em Areia sobre as Normas de Preservação (audiência pública para apresentação).

Relação com a Ceduc

Tanto a prefeitura como o Iphan consideram uma relação muito boa, não há portas fechadas. No início pediam mais orientação à Ceduc, hoje desenvolvem as atividades com mais autonomia, então a relação é mais de troca, mas continuam buscando orientação. Não é um trabalho desarticulado, pois seguem as diretrizes, mostram as atividades, discutem, apresentam os resultados.

Ambos têm dúvidas se seria bom ter uma atuação mais presente pois a realidade de cada Casa é diferente. Segundo Fernanda isso poderia criar uma relação de dependência.

Desafios

- Fortalecer as casas dentro do Iphan. Há casas sem sede e com atividades e casas com sede e sem atividades, isso deve ser definido, respeitando as especificidades de cada local.

– Infraestrutura (pessoal, logística, orçamento), continuidade das ações, dar conta da demanda.

- Implantar o projeto em todo o estado, esse é o principal desafio da SE. A legalização tem um componente político forte, mas é mais uma forma de continuidade das ações e controle da sociedade sobre essa continuidade.

Desafios para a Rede

– Precisa se estabelecer, ser institucionalizada, ter suas próprias atividades, ter encontros regulares, continuar com a avaliação e reformulação das atividades.

- Ampliar a Rede em nível nacional, precisa chegar a outras SEs.

Casa do Patrimônio de Pernambuco

Entrevista realizada em 16/12/2010 com Romero de Oliveira historiador, servidor do Iphan há cinco anos. É o atual coordenador da Casa do Patrimônio - Recife.

Antecedentes

Acredita que primeira ação na Superintendência foi em 1984. A Superintendência desenvolvia ações pontuais, basicamente oficinas com professores e alunos da rede pública e privada e palestras para moradores de sítios históricos tombados (com base na difusão de conceitos, muito básico). Outras ações consistiam na utilização de tapumes informativos (em obras) e oficinas-escola. Havia ações em Igarassu e Olinda (sítios históricos tombados), também oficinas para professores e alunos.

As ações aconteciam por iniciativa dos técnicos. Usavam o Guia Básico como referência, mesmo porque uma das autoras - Evelina Grumberg - trabalhava lá.

Houve ampliação das ações após a formação da Casa do Patrimônio.

Participação na elaboração da proposta

Participaram dos encontros a partir de 2008, mas Evelina pode ter participado dos anteriores, mas não houve desdobramentos na Superintendência.

O projeto de montagem da Casa de Pernambuco foi repassado para várias outras SEs (como as de Alagoas, Ceará e Sergipe). A inauguração, em 17/12/2009, teve presença maciça de representantes dos diversos estados do país, bem como de praticamente todas as principais instituições envolvidas com o tema em PE, numa ação educativa denominada “Jornada do Patrimônio.” A Ceduc não ofereceu subsídios em termos de padrão a ser seguido, exceto pelo documento consolidado na reunião de Pirenópolis. A SE montou um GT depois da reunião de 2008 em Pirenópolis com a participação do superintendente, técnicos (museólogo, historiadores, arquitetos) e outras instituições (Universidade Católica de Pernambuco, Fundarpe) para elaborar a proposta. Foram cerca de 25 reuniões, a Ceduc participou de duas.

Formalização

A casa foi criada em 17 de dezembro de 2009 e foi a primeira casa oficial inaugurada. Não há formalização, mas a colaboração mútua é efetiva. Há edificações definidas para funcionarem como Casa do Patrimônio em outras cidades (Olinda e Igarassu – o último não tem núcleo tombado), mas ainda não estão equipadas.

Parcerias

Há parceria com a Prefeitura do Recife (Departamento de Proteção do Patrimônio Cultural). A Universidade Católica de Pernambuco (proprietária do prédio da Casa do Patrimônio– comodato por 25 anos em troca da restauração) orienta os

alunos dos cursos de Arquitetura, História, Turismo, etc, a participarem das oficinas. Não existe documento formalizando a parceria, são ações esporádicas.

Relação com a população

A população em geral tem conflitos com o Iphan. Em Olinda a relação é complicada, devido à dinâmica da cidade (carnaval, turismo, etc).

Após o início das atividades a visitação em Recife foi enorme, os visitantes têm elogiado o espaço e as atividades. Antes o morador só ia ao Iphan para aprovar projetos. Hoje veem que o Iphan está mais aberto. Com certeza a Casa fez com que a população fosse mais parceira, pois é aberta a todos. Não tem como medir a efetividade das ações na preservação do patrimônio, pois o prazo ainda é curto. Dá pra mensurar a participação pelo numero de visitas, de participação em cursos, etc.

Atividades

O publico alvo principal é o escolar (em 2010 trabalharam com 86 escolas do estado) e depois os moradores de núcleos tombados. Os turistas vêm em 3º lugar.

No térreo da Casa há biblioteca, auditório e exposição (as escolas frequentam muito é como uma aula interativa). Lá também funciona um Ponto de Cultura, lançamento de livros, cursos, palestras, reuniões do Conselho Deliberativo do Funcultura (Fundo Estadual de Cultura).

1. Oficina de Educação Patrimonial para professores do Liceu Nóbrega de Artes realizada durante cinco sábados, com módulos em sala de aula e módulo no centro histórico de Igarassu. Foram trabalhados: conceitos relacionados ao patrimônio cultural; legislação e responsabilidades compartilhadas; reconhecimento empírico de exemplares do patrimônio cultural Pernambucano; apresentação de metodologias de educação patrimonial; elaboração dos planos pedagógicos interdisciplinares para aplicação nas escolas. Resultou em um DVD educativo.

2. Roteiros da Boa Vista. São roteiros de visitação guiada destinados a sensibilizar os usuários do Bairro para a valorização do seu patrimônio material e imaterial. Foi criado material pedagógico que servirá de apoio para os professores e alunos que utilizarão os Roteiros (livro do professor, com DVD-rom, e folheteria para os alunos). Foi também realizada oficina para sensibilização de parceiros visando a aplicação dos Roteiros.

3. Exposição “Sopro do Tempo: Patrimônio Nacional em Pernambuco”, sediada na Casa. Foram realizadas oficinas de apoio técnico-psicopedagógico ao projeto da exposição junto ao público espontâneo e às escolas públicas e particulares da Região Metropolitana da Cidade do Recife e Municípios do interior. Foi também realizada capacitação para os professores levarem os alunos à exposição.

4. Divulgação: campanha publicitária institucional por um mês para comunicar à população do Recife e região metropolitana a sua co-responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural, a nova linha de atuação do IPHAN (a Casa do Patrimônio) e o novo endereço da SE. Foram também produzidos 5 vídeos institucionais e 15 slideshows para utilização nas ações Casa do Patrimônio.

5. Com os moradores há projetos pontuais. Em Olinda recentemente foi feita reunião publica para diálogo sobre preservação. Para 2011 a proposta é ir em cada casa do centro histórico informar sobre a aplicação de multas que começará a ser feita.

6. Promoveram quatro cursos sobre patrimônio cultural e mercado de trabalho (Mediação Cultural, Empreendedorismo Cultural, Turismo Cultural e História Regional), para publico universitário para que participe das atividades e frequente o espaço.

7. Em 2011 será feito projeto pedagógico para cada série e disciplina associado ao patrimônio cultural.

8. Contrataram no fim de 2010 consultoria de empresa especializada em projeto pedagógico para elaboração de metodologia para educação formal (alunos e professores) que depois será oferecida para as outras Casas. Com isso querem chegar à Secretaria de Educação do estado e replicar para todas as escolas. Acha que essa deve ser a estratégia principal. Depois querem chegar a proprietários de bens tombados e políticos, mas esse público já sabe que também é responsável pela preservação.

Relação com a Ceduc

Possuem uma boa relação com a Ceduc, discutem as propostas e atividades da Casa. O contato é mais pessoal.

Desafios

Enquanto política ainda há muito por ser feito, as coisas estão em um estágio inicial. Compara com o patrimônio imaterial que é mais bem estruturado e reconhecido.

Acha impossível trabalhar sem metodologia, assim, deve ser criado um projeto pedagógico unificado. Diz que já existem muitas ações estruturadas para serem tomadas como referência, não estão mais na fase de experimentar. Se cada Casa fizer do seu jeito não se caracteriza uma política nacional, mas sim política local. Sem essa estruturação é difícil firmar parcerias e convênios.

A consolidação das Casas com base em marcos legais é fundamental, mas não adianta só isso. Uma portaria ou lei talvez ajudassem a conseguir mais recursos, pois aí seria uma política pública. O orçamento para educação é 3% do orçamento da Superintendência, acha que de 5% a 8% seria o correto.

Só mais duas pessoas trabalham diretamente com EP na Superintendência, acha que precisa de pelo menos 5 técnicos (não exclusivos para o tema).

Para conseguir mais apoio da população acha que outras unidades têm que ser estruturadas – sejam vinculadas ao Iphan ou baseada na proposta para geridas por outros, desde que funcionem efetivamente.

Casa do Patrimônio da Região dos Lagos

Entrevista realizada em 27/12/2010 com Ivo Matos Barreto Junior, arquiteto e urbanista, servidor do Iphan desde 2006. Passou três anos no Iphan do Maranhão e atualmente é Chefe do Escritório Técnico da Região dos Lagos e coordenador das ações da Casa do Patrimônio da Região dos Lagos.

A Casa do Patrimônio e o Escritório Técnico abrangem treze municípios fluminenses: Armação dos Búzios, Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Carapebus, Conceição de Macabu, Iguaba Grande, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Silva Jardim.

Antecedentes

O escritório técnico de Cabo Frio (atual Escritório Técnico – Etec da Região dos Lagos) foi criado no final da década de 1980. Na última gestão, iniciada em 2005, iniciaram-se as ações educativas, porém limitadas devido à estrutura do Etec (escasso espaço físico e reduzido efetivo de pessoal). Nesse momento foram retomadas/ampliadas as parcerias com os governos locais.

Realizadas em Cabo Frio, duas ações tinham destaque neste momento: concurso de “*Contação de Causos*” para resgatar a história oral de comunidades da área tombada (resultando em DVD) e o “Iphan tá na Praia” (campanhas educativas ligadas à preservação ambiental na alta temporada, feita na praia do Forte, área tombada).

Há cerca de dois anos a SE-RJ dividiu o estado em cinco regiões e passou a trabalhar com ETs de maneira regional. Os outros Etecs e a Sede, apesar de possuírem trabalhos no campo da educação (com destaque para a Sede, que possui uma Assessoria de Educação Patrimonial), ainda não possuem Casa do Patrimônio.

Participação na elaboração da proposta

Participou do encontro de 2008 e, apesar de não ter participado do encontro de 2009, contribuiu para a redação da Carta de Nova Olinda, da qual é signatário. Não sabe dizer se o Etec participou das reuniões anteriores.

Formalização

A iniciativa foi dos técnicos do Etec, mas conta com o apoio da SE, mesmo porque esta também desenvolve ações educativas. Mesmo não havendo interferência da SE nas atividades da Casa, procura fazer com que tudo seja de conhecimento da SE e que alguns trabalhos sejam construídos com apoio direto da Assessoria (ex: Oficina de Estudos da Preservação Itinerante”).

A Casa vem trabalhando por projetos há cerca de um ano e meio, mas não existe formalização por meio de TCT com a Ceduc. Porém, a Casa possui TCT com a Prefeitura de São Pedro da Aldeia para implantação do Centro de Memória Ferroviária da Região dos Lagos. Outros dois acordos de cooperação estão em fase de elaboração para assinatura:

- Centro Cultural Casa do Sal – Envolve um acordo tripartite entre Iphan-RJ, Prefeitura de São Pedro da Aldeia e Sal Cisne AS para implantação numa salina em São Pedro da Aldeia de uma CP tendo como temática a memória do sal na região.

- Casa Scliar: para transformá-la em CP ligada ao Iphan tendo como temática a arte-educação;

Todos estes acordos se apoiam (e fazem referência direta ao conceito das CPs do Iphan) e mesmo não existindo acordo formal com a Ceduc não foi um problema para os parceiros. Acredita que quando houver repasse de recursos do Iphan para parceiros privados externos, a anuência da Ceduc será necessária (como no caso da Casa Scliar).

A estratégia de trabalho da CP da Região dos Lagos passa pela formação de uma rede regional de atores e, até Novembro de 2010, tem como sede (ponto de articulação e encontro) o blog Estação do Patrimônio (www.estacaodopatrimonio.blogspot.com). Em dezembro foi feita a mudança do Etec para São Pedro da Aldeia, ocupando a antiga estação ferroviária. Nesta nova sede a Casa do Patrimônio ganhou uma sede física, dotada de sala exclusiva com de biblioteca, videoteca, sala de vídeo, mesa/postos de pesquisa e trabalho para recepção da população e pesquisadores. Um dos projetos é instalar no local uma ilha de edição para os projetos de produção de audiovisual, sendo que a instalação e infraestrutura já foi feita na obra de restauração e reabilitação.

Parcerias

Como a Casa/Etec tem atuação regional, a articulação de parcerias é vital para a existência das ações. Acha que o papel do Iphan é o de articulador e fomentador, não precisa necessariamente executar as ações. O Iphan tem articulado encontros na região e desses tem surgido parcerias entre os municípios, bem como proposição de ações pelos parceiros. Existe na região o hábito de as prefeituras procurarem o Iphan para a realização de ações culturais diversas, não necessariamente de patrimônio.

Parceiros: Prefeituras, Secretaria de Educação, Escolas, Instituições culturais como Casa Scliar (ONGs, institutos, etc.). Quanto a essa última, existe a proposta de transformá-la em Casa do Patrimônio. Já houve inclusive reunião com participação da Ceduc para discutir o convênio. Por meio de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta, aplicado a terceiro), o Iphan já executou atividades através da instituição, contratada pelo infrator para executar o objeto do TAC.

Relação com a população

Historicamente observa-se um embate entre população e Iphan, pois as ações do órgão eram por muito tempo, se concentraram na gestão urbana e na fiscalização. Com as ações educativas e de divulgação, a relação com o público geral passou a ser mais cooperativa.

Cita ações em parceria com a Casa Scliar na comunidade da Gamboa (área de ocupação irregular em área de preservação natural) através de oficinas de xilogravura e pintura ou ainda reuniões com as Ass. De Pescadores e Moradores da Gamboa, resultantes de ações de fiscalização na área, que tiveram como efeito o envolvimento mais amplo do que o público alvo atingido pela ação (resultando em denúncias por parte do público em favor da contenção de ações de degradação na área tombada e ainda suscitando a revisão de critérios por parte do Iphan para a região).

Além das ações setoriais de educação, as populações dos municípios abrangidos demandam ações de educação formal envolvendo o patrimônio cultural. Alguns dificultadores são constatados tais como: a dificuldade de encontrar profissionais capacitados para a elaboração dos trabalhos e principalmente a falta de articulação nas instâncias de planejamento da educação entre IPHAN-Município-Estado (para equacionar problemas como a indisposição de professores e diretores em participar e se envolver).

Atividades

No início da Casa, pela falta de sede, optou-se pela atuação por meio de projetos. As ações de difusão dependem da articulação com os parceiros, já as ações educativas passam pela articulação com as comunidades.

1. Difusão do patrimônio cultural em diversas escalas na tentativa de divulgar o patrimônio com um todo (já que o foco que domina a região é o do turismo de praia) e sensibilizar o maior número de parceiros.

a) Iphan tá na praia: Iniciado em 2005 com campanhas de conscientização com banhistas na Praia do Forte, a ação vem sendo continuada através de parceria com a CCR Via Lagos e se foca na distribuição, nos feriados prolongados, de material de divulgação do patrimônio regional (tais como sacolas plásticas biodegradáveis sobre a preservação da Praia do Forte, além de folhetos explicando o ato do Tombamento e alusivos ao Convento de Nossa Senhora dos Anjos, Morro e Capela da Guia e Morro do Telégrafo, bens protegidos por legislação Federal em Cabo Frio). Em larga escala estabeleceram parceria com a empresa da região dos lagos e distribuem até 30.000 panfletos com informações sobre o acervo local por dia nos pedágio.

b) Blog. O número de visitas é muito alto (entre 600 e 1.000 acessos por mês, sendo que os picos ocorrem após campanhas) e repercute em e-mail, contatos e parcerias. Os parceiros podem postar diretamente ou através do ETRL. Existe orientação para que no blog não sejam divulgadas informações sobre ações de fiscalização do Iphan (como a realização de vistorias), focando em educação e cultura. Não estão preocupados em restringir ao patrimônio. As ações de cultura em geral terão efeito sobre o patrimônio.

2. Articulação regional – blog. O blog iniciou suas atividades em março 2010. A proposta é disponibilizar ao público em geral informações variadas sobre preservação por meio da divulgação de editais e oportunidades para projetos no campo da cultura e do patrimônio, principais acontecimentos no cenário cultural da região e notícias com releases e links pra matérias da grande mídia que trata de temas relativos à memória e ao patrimônio cultural.

3. Educação formal

a) Oficina de Sensibilização em Arqueologia com professores em Cabo Frio

O Etec realizou Oficina de Sensibilização em Arqueologia com professores de história da sexta série da rede pública de ensino de Cabo Frio. Pretende-se que, com a distribuição de materiais educativos do Iphan e após os debates da presente oficina, os docentes formulassem em sala de aula atividades piloto tendo como tema a arqueologia e o patrimônio cultural, entendendo-as como uma alternativa prática de abordar o tema, avaliando seu alcance junto aos alunos e possíveis estratégias de trabalho. O resultado das atividades formuladas em sala de aula serão apresentados pelos próprios professores na II Oficina de Sensibilização em Arqueologia, prevista para ser realizada no âmbito de evento de educação do MART, previsto para segunda quinzena de Agosto de 2010.

4. Ações na Área Tombada

a) Oficina de arte-educação

Tendo como tema a Paisagem da Gamboa, foram realizadas em Cabo Frio, quatro oficinas de arte-educação. A iniciativa é uma parceria do Escritório Técnico do Iphan e da Casa Scliar, instituição cultural local. A proposta prevê a execução de duas oficinas de pintura e duas de xilogravura, tendo como tema a preservação da paisagem urbano-ambiental da cidade. Espera-se, com isso, uma aproximação do público jovem com a temática, bem como um estreitamento ainda maior dos laços da comunidade com o Morro do Telégrafo, bem tombado local. A ideia do curso surgiu em meio aos debates que vêm sendo conduzidos pelo Escritório Técnico, junto à Associação de Amigos da Gamboa, como uma demanda da comunidade por ações educativas que dêem destaque ao tema preservação.

b) Reuniões com as associações de moradores (Gamboa e ocupações irregulares no morro da Guia) para esclarecimentos sobre como é possível ocupar a área, qual é o papel do Iphan, etc. Foi também contratado levantamento das edificações para a regularização junto ao Iphan.

5. Cine Estação São Pedro

É uma parceria do IPHAN com o Audiovisual do MinC, que tem por intuito implantar em cidades históricas brasileiras salas de cinema, utilizadas como instrumento de difusão e debate do patrimônio para o público em geral.

- Quatro cidades (Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Quissamã e Casimiro de Abreu) elaboraram Plano de Ação para o PAC das Cidades Históricas. Todos possuem ações educativas como produção de material didático para escolas (Cabo Frio e São Pedro da Aldeia e posteriormente Arraial do Cabo), produção de folheteria e elaboração de roteiros regionais de patrimônio cultural (envolvendo municípios distintos). Junto às obras são usados tapumes educativos e oficinas para formação de mão-de-obra (além de postagens no Blog).

Existe por parte do IPHAN-RJ a estratégia de realizar encontros regionais com prefeitos. Tais encontros possuem como estratégia realizar ações educativas diretamente relacionadas às atividades finalísticas do Iphan, explicando procedimentos e metodologias em curso sobre tombamento, registro, patrimônio ferroviário, arqueologia,

educação, fiscalização, aprovação de projetos, etc. Assim sendo, no campo direto de atuação, as oficinas regionais têm sido realizadas nos encontros com os municípios, focando-se sempre numa escala mais detalhada de cada ação. Já foram realizados dois encontros neste sentido tendo como tema a captação de recursos por meio de leis de incentivo (incluindo a lei estadual, com participação da Secretaria de Estado de Cultura) e sobre a elaboração de projetos para editais (entre os municípios do PAC das Cidades Históricas).

Acredita que a educação patrimonial seja importante para conscientização da população de preservação do patrimônio. Porém, pensam isso não só para tombamentos federais, também para bens protegidos localmente, na perspectiva da estruturação regional do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural.

Relação com a Ceduc

É um movimento de mão dupla visando fortalecer o elo entre as duas instâncias. Procuram a Ceduc para informar sobre o que realizam e participar de atividades (como na Gamboa e o convênio com a Casa Scliar) e a Ceduc os procura para apoiar propostas e inseri-los em ações da rede de divulgação das atividades locais (como a Residência Criativa em Iguape e o convite para participar de Nova Olinda). Sempre obteve apoio e orientação quando precisou. Procura aproximar a Ceduc da SE-RJ.

Acha que a postura de atuar na pactuação de diretrizes e não interferência nas atividades é consultiva e construtiva na medida em que fomentam fóruns de criação de um conceito que possa ser apropriado nacionalmente, mas respeitando peculiaridades locais.

Desafios

Transformar em política de Estado – articulação em nível nacional, articulação ministerial. Deve existir uma orientação para todos, um rito claro, o que é especialmente importante se o Iphan delegar parte das ações para a sociedade. A DAF deveria criar instrumentos comuns para que os parceiros de diferentes partes do país possam se aproximar e contribuir com a proposta (de forma a possibilitar que parceiros que muitas vezes não tenham, em princípio, proximidade com a representação local do Iphan).

Descentralização da implementação - Defende que existam CPs fora do Iphan e que o Iphan defina instrumentos mecanismos de ampla participação para financiamento das ações, como editais, por exemplo. A partir de um conceito e diretrizes definidas, o Iphan selecionaria projetos para serem apoiados. Nem todas as cidades precisam ter Etec's, mas todas podem ter CPs (na medida em que se deseja um Sistema Nacional de Patrimônio) com parcerias locais: mesmo que o Iphan não participe da execução o conceito pode ser apropriado. Isso estaria de acordo com o Sistema Nacional de Cultura e de Patrimônio Cultural. É nas parcerias que está o potencial de crescimento das CPs, assim como ocorreu com os pontos de cultura. A participação e o fortalecimento da sociedade acontecer de fato na medida em que esta tenha autonomia para propor e executar ações dentro das diretrizes desenhadas pela rede. Isso seria útil também em casos em que as instituições locais não tenham uma atuação próxima da Superintendência Estadual. O controle que o Iphan teria sobre as Casas, nessa perspectiva, seria a partir do debate com a rede das diretrizes a serem seguidas nacionalmente e na realização de avaliação de resultados e divulgação dos mesmos.

Desafios para Rede:

Falta sistemática de divulgação e avaliação de resultados onde os parceiros possam ter uma noção de onde está dando certo, como está dando certo e se é possível apropriar-se dessas linguagens em outros locais.

Forma de acesso à rede e financiamento das ações dos parceiros, que se insiram nas diretrizes estabelecidas para as CPs nacionalmente, por meio de editais.